

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGGeo**

ARENILTON MONTEIRO SERRÃO

**COLÔNIAS AGRÍCOLAS E CAMPESINATO: RAÍZES DE UMA NOVA
TERRITORIALIDADE NO MÉDIO RIO AMAZONAS, MUNICÍPIO DE
URUCARÁ-AM**

**MANAUS-AM
2018**

ARENILTON MONTEIRO SERRÃO

**COLÔNIAS AGRÍCOLAS E CAMPESINATO: RAÍZES DE UMA NOVA
TERRITORIALIDADE NO MÉDIO RIO AMAZONAS, MUNICÍPIO DE
URUCARÁ-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

**MANAUS-AM
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S487c	<p>Serrão, Arenilton Monteiro Colônias agrícolas e campesinato: raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-Am. / Arenilton Monteiro Serrão. 2018 186 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Colônias Agrícolas. 2. Camponês. 3. Territorialidade. 4. Escola Família Agrícola. 5. Cooperativismo. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Poder Executivo

Ministério da Educação

Universidade Federal do Amazonas

IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestrado Conceito 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95

Credenciado pela CAPES em set/2000

Reconhecido através da Portaria Nº 1.077- MEC, de 31 de agosto de 2012

PORTARIA Nº 007/ 2018

O COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/, usando de suas atribuições estatutárias, e

CONSIDERANDO o documento oficializado junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no que concerne à composição de Banca Examinadora de Defesa Pública de Mestrado,

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 10 Resolução Nº 033/2014-CONSEPE, de 30 de setembro de 2014,

R E S O L V E:

CONSTITUIR com os(as) doutores(as) abaixo nominados(as), a Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado do discente **ARENILTON MONTEIRO SERRÃO**, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a qual ocorrerá no dia **25 de Maio de 2018, às 09h00, na Sala de Audiovisual do Departamento de Geografia:**

Presidente:

- Professor Doutor MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ
PPGEOG/UFAM

Membros Titulares:

- Profa. Dra. ANA PAULINA AGUIAR SOARES
UEA/MANAUS
- Prof. Dr. JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
PPGEOG/UFAM

Membros Suplentes:

- Profa. Dra. AMÉLIA REGINA BATISTA NOGUEIRA
PPGEOG/UFAM
- Profa. Dra. EDILZA LARAY DE JESUS
UEA/MANAUS

Dê-se ciência e cumpra-se.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, em Manaus/AM, 27 de Abril de 2018


Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
Coordenador

Dedico este trabalho aos camponeses moradores da várzea, terra firme, colônias agrícolas e de todas as comunidades rurais do município de Uruará, sujeitos constituídos historicamente da fibra juta, do cultivo do cacau, do guaraná, da roça de mandioca, da pescaria, extrativismo. Em especial aos meus pais, Benedito Serrão e Darlinda Monteiro, sujeitos que metamorfosearam pelas planícies alagadas das várzeas e pela estabilidade da terra firme, cultivando, plantando, colhendo, pescando e tirando da terra o fruto da esperança e do sustento.

AGRADECIMENTOS

Entre a concepção, amadurecimento e a realização dessa dissertação, vários aspectos foram analisados e discutidos ao longo desse período de tempo. Tenho certeza que fui uma pessoa privilegiada, pelas possibilidades de contar com um grupo de amigos da Geografia que me incentivaram desde as primeiras empreitadas para o caminho do mestrado.

Agradecer espiritualmente ao Senhor nosso Deus, pois a força e a sabedoria que nos concedeu foram essenciais para encarar os desafios dessa árdua caminhada.

Ao professor Manuel de Jesus Masulo da Cruz, nosso eterno “Lorde Amazônico” por ter aceitado a propostas da pesquisa, pelos ensinamentos de vida e acadêmico, pela paciência e confiança.

A universidade Federal do Amazonas e o Programa de Pós-graduação em Geografia, aos servidores desta instituição (professores, administrativos, zeladores, serviços gerais), a toda infraestrutura que possibilitou a realização de nossas atividades.

A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa, sem os quais seria impossível sua realização.

A Prefeitura Municipal de Uruará pela ajuda de custo fornecido ao longo desses quase dois anos, muito obrigado.

Aos meus pais, Benedito Serrão e Darlinda Monteiro pelo apoio incondicional que me deram ao longo dessa caminhada, pelo amor, afeto e carinho, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos que amo muito, em especial a Dalciele Monteiro e seu esposo Nelson Almeida, pessoas que sempre terão meu amor, carinho e gratidão, fortalezas em minha vida e na vida de meu filho. A Aldison Monteiro, um super parceiro dessa pesquisa e aos demais, sem citar nomes para não cometer o erro de esquecer alguém, deixo meu muito obrigado, minha eterna gratidão.

A Fabiane Costa Martins, minha eterna incentivadora, amiga, namorada e companheira de todos os momentos. A Franciney Costa pela estadia, amizade e ajuda e aos demais membros da família Martins, especialmente a matriarca Maria Cenir.

Aos professores, colegas e amigos da Universidade Federal do Amazonas, pelo companheirismo, amizade, incentivos e socialização de seus conhecimentos.

A Dona Graça Loureiro pela paciência e todo trabalho prestado! Meu muito obrigado.

As professoras Dr. Amélia Regina e Dr. Edilza Laray pelas belíssimas contribuições no exame de qualificação.

Aos amigos geógrafos e companheiros de caminhada, Dilson Gomes Nascimento, Luís Fernando Belém da Costa, Rildo Oliveira Marques, Crizan Graça de Souza, sujeitos que contribuíram ao longo de vários anos com ideias, incentivos e companheirismo.

Aos amigos do curso de mestrado que a vida me presenteou, em especial a Lenivaldo Carvalho Marques, Dalila, Eluana Carvalho da Silva, Edgar Soares da Silva, Amanda Caroline Cabral, Aline Gabriela Silveira Araujo, pelos vários momentos de descontração, discussões, ideias, viagem, caronas.

Aos amigos e colaboradores desta pesquisa, especial ao técnico agropecuário Manoel Pedro Braga Paes, o popular “Pedroca” pelas valiosas fontes históricas, riquíssimo acervo de fotografias e pelas entrevistas e conversas me concedido, fundamental para o desenrolar dessa pesquisa, meu muito obrigado!

Aos companheiros Antonio Carlos Fonseca, presidente da Cooperativa Agrofrut e o professor Raimundo Bucão, amigos de valiosos diálogos, fontes bibliográficas, materiais de pesquisa e conhecimento técnico.

A todos os camponeses (colonos), foco principal dessa pesquisa, em especial ao ilustre amigo Leonardo Nunes, morador da comunidade do Amanari, pelas valiosas e sábias palavras.

E a todos os amigos, colegas, desconhecidos que de alguma forma direta ou indireta ajudaram e contribuíram para que essa pesquisa fosse possível, meu muito obrigado!

SOMOS UM SÓ POVO

Vamos juntos baixar de Santana até o Mocambo por esses paranás, igarapés e lagos, vamos encontrar cada lugar com a sua beleza, cada pessoa, cada família, cada comunidade, com suas capacidades, alegrias e dificuldades.

Tudo tão diferente! E ao mesmo tempo se descobre cada coisa bonita e parecida, como se fosse uma só. Essa gente trabalha na roça, na pesca, na caça, na juta, na criação, na construção de suas casas e de suas canoas.

O pouco que tem é resultado do próprio esforço. Essa gente sofre dias sem peixes, doenças sem remédios, comércio que vende caro e compra barato, patrão que paga pouco, terras alagadas.

Essa gente que estuda! As crianças na escola distrital, os adultos a noite após o trabalho no Mobral ou nos cursos do CETRU.

Essa gente se organiza em comunidades alegres com diretoria,

constroem suas sedes, casas de farinha, formam clubes de mães, jovens, times de futebol, algumas já criaram colônias e cooperativas, compraram redes de pesca, cascos, barcos, motor de luz ou um tratorzinho.

Essa gente é esquecida da administração que promete e quase não cumprem, os títulos são esperados a tempo, os empréstimos são difíceis de conseguir. Essa gente quer o bem de todos e se une para se libertar!

Essa gente não quer enriquecer a custa dos outros. Essa gente respeita todos e não quer que ninguém seja enganado.

Essa gente exige justiça para todos e já sabe que para isso, precisa se unir e lutar. Essa gente somos todos nós caboclos, agricultores, ribeirinhos, camponeses da Amazônia, do Amazonas e de Uruará.

Padre Augusto Gianola

RESUMO

Os sujeitos sociais no qual tratamos nessa pesquisa, os colonos, camponeses historicamente constituídos nas várzeas do médio rio Amazonas, em especial nos municípios de Uruará, Parintins e Urucurituba. Nessas localidades, pela absorção de diferentes traços culturais, estabeleceram relações econômicas, sociais e territoriais, condição que prevaleceu até meados da década de 1950, quando grandes enchentes/cheias e indisponibilidade de terras forçaram a migração permanente para as áreas de terra firme nas décadas de 1960/70. Historicamente a base de sustentação socioeconômica desses municípios, em especial Uruará, foco da nossa pesquisa, esteve ligada a atividade camponesa e suas possíveis relações com a terra, floresta e água possibilitaram uma agricultura de subsistência, práticas extrativas e atividades pesqueiras, destacando o protagonismo da várzea na vida e nas relações estabelecidas. Sua integração mercantil possibilitou trocas de produtos e mercadorias e ao mesmo tempo, relações de exploração e subordinação do trabalho camponês, sistema rompido ou acentuado pelas novas conjunturas políticas, econômicas e sociais da década de 1960. Essa década é emblemática não apenas pela visibilidade que os movimentos sociais no campo adquiriram no Brasil, mas especialmente pela organização e fortalecimento do campesinato no médio rio Amazonas. A Igreja Católica na figura de alguns padres e missionários que chegaram no estado do Amazonas na década de 1960 tiveram papel determinante nos novos rumos do campesinato, com cargas ideológicas progressistas e libertárias, as Prelazias de Itacoatiara e Parintins fincaram bases de um projeto inovador, elegendo o camponês-ribeirinho, como sujeitos de transformações sociais, lançando as sementes da libertação, da autonomia e do desenvolvimento social. A territorialização camponesa na terra firme se deu através de Comunidades Eclesiais de Bases e colônias agrícolas, fortalecendo suas lutas através da criação de entidades (associações, cooperativas, sindicatos, Escola Família Agrícola) e principalmente, de uma instituição que coordenasse e articulasse as ações juntamente aos setores estatais, engajado de forma ou de outra, despertar a consciência política e social desses sujeitos sociais. A crise econômica, política e ideológica da década de 1980 aos poucos foram esfacelando a importância que o CETRU representou para os colonos e demais segmentos sociais do médio rio Amazonas. Com o fim do regime militar e das instituições que davam suporte financeiro, fundamentais para o funcionamento das estruturas físicas e humanas, a entidade perde importância, passando a se dedicar exclusivamente aos trabalhos executado pela Escola Família Agrícola. Tudo isso somado ao esvaziamento das colônias, fragmentação das lideranças, falta de confiança e de apoio institucional aos poucos foram restringindo suas atividades, paralisadas por completo no final da década de 1990. Com o fim do projeto de colonização, do CETRU e da Escola Agrícola, os últimos diretores da entidade focaram todas as suas forças no cooperativismo agrícola, visando principalmente o mercado consumidor interno e externo. O guaraná, o principal produto econômico das colônias se tornou importante alternativa frente à crises e adversidades produtivas do mundo globalizado.

Palavras-chave: Colônias Agrícolas; Camponês; Territorialidade; Cooperativismo

ABSTRACT

The social subjects we deal with in this research, the colonists, peasants historically constituted in the floodplains of the middle Amazon River, especially in the municipalities of Uruará, Parintins and Urucurituba. In these localities, through the absorption of different cultural traits, they established economic, social and territorial relations, a condition that prevailed until the mid-1950s, when large floods / floods and land unavailability forced a permanent migration to land areas in the 1960/70. Historically the base of socioeconomic support of these municipalities, in particular Uruará, the focus of our research, was linked to peasant activity and its possible relations with land, forest and water made possible subsistence agriculture, extractive practices and fishing activities, highlighting the várzea in life and established relationships. Their mercantile integration made possible the exchange (products and merchandise) and at the same time a relation of exploration and subordination of peasant labor, a system broken or accentuated by the new political, economic and social conjunctures of the 1960s. This decade is emblematic not only for the visibility that the social movements in the countryside acquired in Brazil, but especially for the organization and strengthening of the peasantry in the middle Amazon River. The Catholic Church in the figure of some priests and missionaries who arrived in the state of Amazonas in the 1960s played a decisive role in the new directions of the peasantry, with progressive and libertarian ideological burdens, the Prelazias de Itacoatiara and Parintins laid the groundwork for an innovative project, choosing the peasant-riparian, as subjects of social transformation, throwing the seeds of liberation, autonomy and social development. Peasant territorialization on the mainland took place through Ecclesiastical Communities of Bases and agricultural colonies, strengthening their struggles through the creation of entities (associations, cooperatives, unions, School Family Agriculture) and mainly, of an institution that coordinates and articulates the actions together to the state sectors, engaged in one way or another, to awaken the political and social consciousness of these social subjects. The economic, political, and ideological crisis of the 1980s gradually eroded the importance that CETRU and the agricultural school had for the settlers and other social segments of the middle Amazon River. With the end of the military regime and institutions that provided financial support, fundamental for the functioning of physical and human structures, the entity loses importance, starting to dedicate itself exclusively to the work carried out by the Agricultural Family School. All this added to the emptying of the colonies, fragmentation of the leaderships, lack of confidence and institutional support were gradually restricting their activities, completely paralyzed in the late 1990s. With the end of the colonization project, CETRU and the Agricultural School, the last directors of the entity focused all their forces in agricultural cooperativism, aiming mainly at the internal and external consumer market. Guarana, the main economic product of the colonies, has become an important alternative to the crises and adversities of the globalized world.

Keywords: Agricultural colonies; farmer; Territoriality; Cooperativism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Uruará – AM.....	16
Figura 2: Caracterização da região do médio rio Amazonas.....	17
Figura 3: Circuitos da produção/comercialização camponesa até meados do século XX.	37
Figura 4: Rede de comercialização camponesa no médio rio Amazonas até meados do século XX.	40
Figura 5: Navio a vapor Barão de Cameté no médio rio Amazonas.....	41
Figura 6: Comportamento de cheias e vazantes no porto de Manaus – Período 1902 a 2012	42
Figura 7: Casa de comércio da família Missoni, município de Uruará.....	49
Figura 8: Geografia dos comerciantes-patrão, mun. de Uruará, 1960/1970.....	50
Figura 9: Territorialização japonesa na várzea urucaraense.....	52
Figura 10: Visibilidade dos movimentos sociais no Brasil	63
Figura 11: Figura do patrão, predominante no Paraná de Uruará	67
Figura 12: Condição de vida do camponês na várzea e a produção da juta no município de Uruará/AM.....	68
Figura 13: A genese das grandes propriedades rurais no mun. de Uruará	74
Figura 14: Padre Augusto Gianola e alunos da EFA CETRU.....	76
Figura 15: Dom Jorge Marskell	78
Figura 16: Projetos de colonização Federal - Rodovia Transamazônica	85
Figura 17: Geografia dos maiores latifúndios do Amazonas e do Brasil	86
Figura 18: Características fundamentais do camponês amazônico.	91
Figura 19: Trabalho nas colônias agrícolas, município de Uruará.....	93
Figura 20: Ligação terrestre das colônias agrícolas, município de Uruará	96
Figura 21: Inserção do guaraná nas colônias agrícolas, município de Uruará	98
Figura 22: Território das colônias agrícolas no médio rio Amazonas	101
Figura 23: Representação das colônias circulares - Colônia Boa Esperança	102
Figura 24: Representação das colônias cortadas por estrada	103
Figura 25: Representação das colônias cortadas por igarapés	103
Figura 26: Curso de Construção Rural ofertada aos colonos	107
Figura 27: Escola Família Agrícola (EFAs), Espírito Santo	115
Figura 28: Escola Família Agrícola do CETRU	122
Figura 29: Qualificação técnica ofertada aos alunos e colonos	128
Figura 30: Setor de artesanato da EFA CETRU.....	131
Figura 31: Confecção da cerâmica pelos alunos da EFA CETRU	132
Figura 32: Antiga sede do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Uruará.....	133
Figura 33: CETRU/Escola Família Agrícola - infraestrutura	145
Figura 34: Comercialização do guaraná na década de 1980 pelo CETRU.	149
Figura 35: Primeiro produto de exportação do CETRU.....	152
Figura 36: Sede, Escritório e agroindústria da Coop. Agrofrut, Uruará-AM.	155
Figura 37: Alguns princípios da produção orgânica, cooperativa Agrofrut	156
Figura 38: Os maiores produtores de guaraná do estado do Amazonas	161
Figura 39: Comercialização do guaraná orgânico da Cop. Agrofrut.....	162
Figura 40: Perfil dos cooperados da cooperativa Agrofrut, Uruará-AM.	162
Figura 41: Acordos entre a Coca-Cola e a Cooperativa Agrofrut	165
Figura 42 :Sites e jornais eletrônicos destacando o guaraná orgânico de Uruará, AM.....	167

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Fatores externos que influenciaram na produção do cacau no médio rio Amazonas.	43
QUADRO 2: Propostas direcionadas para Educ. na Rep Populista (1930-1945). ..	110
QUADRO 3: Propostas direcionadas para Educação brasileira nos anos 1960.	111
QUADRO 4: Estágios da escola agrícola – demanda-procura-decadência.	127
QUADRO 5: Colônias agrícolas no médio rio Amazonas.....	135
QUADRO 6: Brasil – dados macroeconômicos	139

LISTA DE SIGLAS

ACAR-AM - Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas
AFEAM - Agência De Fomento do Estado do Amazonas
AGC - Assembleia Geral dos Colonos
AGROFRUT - Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores de Uruará
AMBEV - Companhia de Bebidas das Américas
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BASA - Banco da Amazônia
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETRU - Centro de Treinamento Rural de Uruará
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases
CELETRAMAZON - Centrais Elétricas do Amazonas
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CODEAGRO - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas
COMAP - Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Diretos de Uruará
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG/AM - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Amazonas
CPC - Centro Popular de Cultura
EFA - Escola Família Agrícola
EMATER/AM - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas
EMPRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FDI - Fundo de Desenvolvimento do Interior
FETAGRI/AM - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNEDE – Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico
IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
INPA - Instituto Nacional De Pesquisa Da Amazônia
ITERAM - Instituto de Terras e Colonização do Amazonas
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEB - Movimento de Educação de Base
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
NTI - Núcleo de Treinamento Intensivo
OCB/AM - Organização das Cooperativas do Brasil
ONGs – Organização Não-Governamental
PA - Projeto de Assentamento
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDRI - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PIN - Programa de Integração Nacional
PIME - Pontifício Instituto de Missões Estrangeiras
PMU - Prefeitura Municipal de Uruará
SAMASA - Sociedade Agrícola de Maués
SAPPP - A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEDUC –AM - Secretaria de Estado de Educação do Estado do Amazonas
SENAR - Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
SEPROR - Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SESCOOP/AM - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Amazonas
STRU - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruará
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ATIVIDADE CAMPONESA NO MÉDIO RIO AMAZONAS	24
1.1 A formação do campesinato no médio rio amazonas	24
1.2 A rede de comercialização camponesa e os agentes monopolizadores do território	34
1.3 A Geografia do comerciante-patrão: exploração e subordinação do trabalho camponês	44
1.4 Crises da juta e a territorialização camponesa na terra firme	55
CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO MÉDIO RIO AMAZONAS	56
2.1 Movimentos sociais e a luta pela terra no Brasil: algumas abordagens	56
2.2 Organização social pretéritas às colônias agrícolas e as comunidades eclesiais de bases no médio rio amazonas	65
2.3 Movimentos sociais e outras resistências camponesas no médio rio Amazonas	71
2.4 Geografia das colônias agrícolas no médio rio Amazonas	82
2.5 Educação no campo amazônico: do descaso às primeiras experiências de um modelo educacional voltado para o homem do campo.....	108
2.6 A Escola Família Agrícola do CETRU: uma resposta alternativa à educação do meio rural no médio rio amazonas	117
CAPÍTULO 3: O FRACASSO DO PROJETO COLONIZATÓRIO E A PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO ALTERNATIVA DA MERCADORIA SUSTENTÁVEL	138
3.1 O real em movimento: fracassos dos projetos de colonização e o fortalecimento das relações cooperativistas no município de Uruará	138
3.2 Cooperativismo agrícola como alternativa a crise de confiança	147
3.3 O produto orgânico como mercadoria sustentável.....	155
3.4 A circulação do guaraná orgânico no mundo globalizado e os agentes monopolizadores do território pelo capital	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	175

INTRODUÇÃO

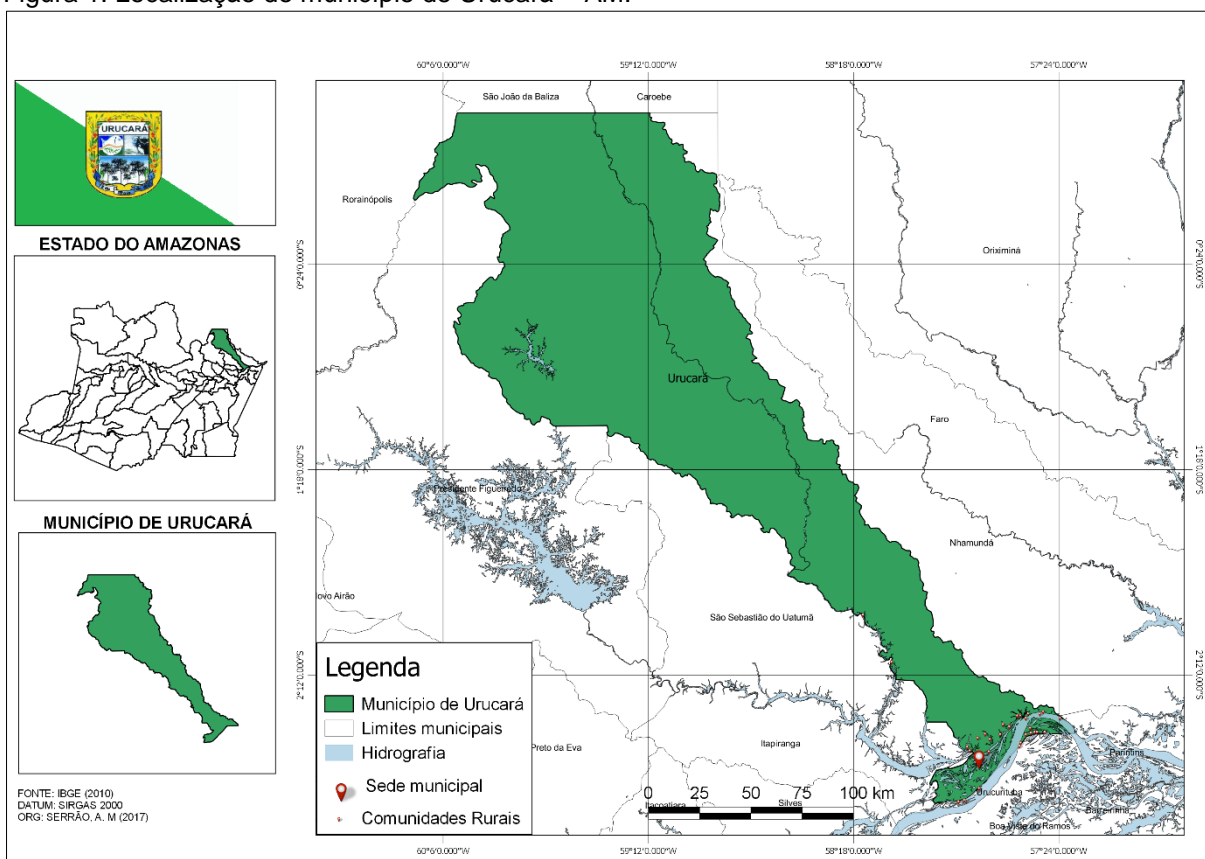
Os sujeitos sociais no qual tratamos nessa pesquisa, os colonos, camponeses historicamente constituídos nas várzeas do médio rio Amazonas, em especial nos municípios de Urucará, Parintins e Urucurituba. Nessa localidade, pela absorção de diferentes traços culturais, estabeleceram através de territorialidades, fortes relações econômicas, sociais e políticas com as várzeas, condição que prevaleceu até meados da década de 1950, quando grandes enchentes/cheias e indisponibilidade de terras forçaram migração permanente para as áreas de terra firme nas décadas de 1960/70.

Além dos fatores naturais, muitas famílias foram atraídas pelas ofertas de terras no projeto de colonização ou pelo surgimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Bases apresentada pelos segmentos progressistas e libertários da Igreja Católica. Ligados a um modo de vida específico, onde a pesca, o extrativismo e agricultura de subsistência sobressaiam sobre as principais condições de vida, foram direcionados através das colônias agrícolas criadas a partir da década de 1970 a dedicarem exclusivamente a agricultura, rompendo com o sistema fundamental para a sua reprodução, a combinação de atividades.

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender a Formação/Organização das colônias agrícolas no médio rio Amazonas, município de Urucará/AM. Para nos auxiliar nos possíveis desdobramentos da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1. Entender o contexto histórico de formação do campesinato no médio rio Amazonas; 2. Conhecer o contexto histórico, político e econômico que resultaram no surgimento dos movimentos sociais e como pano de fundo, na criação do Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), Escola Família Agrícola (EFA) e Colônias Agrícolas no município de Urucará (AM); 3. Entender os fatores que ocasionaram a crise e a derrocada do CETRU e fortalecimento do cooperativismo agrícola no município de Urucará.

O município de Urucará localizado ao leste do Estado do Amazonas, pertencente a mesorregião Centro amazonense e Microrregião de Parintins (figura 1). Possui extensão territorial de 27.903,4 km², equivalente a 2.790.337 hectares, predominando em seu território, o ecossistema de terra firme.

Figura 1: Localização do município de Urucará – AM.

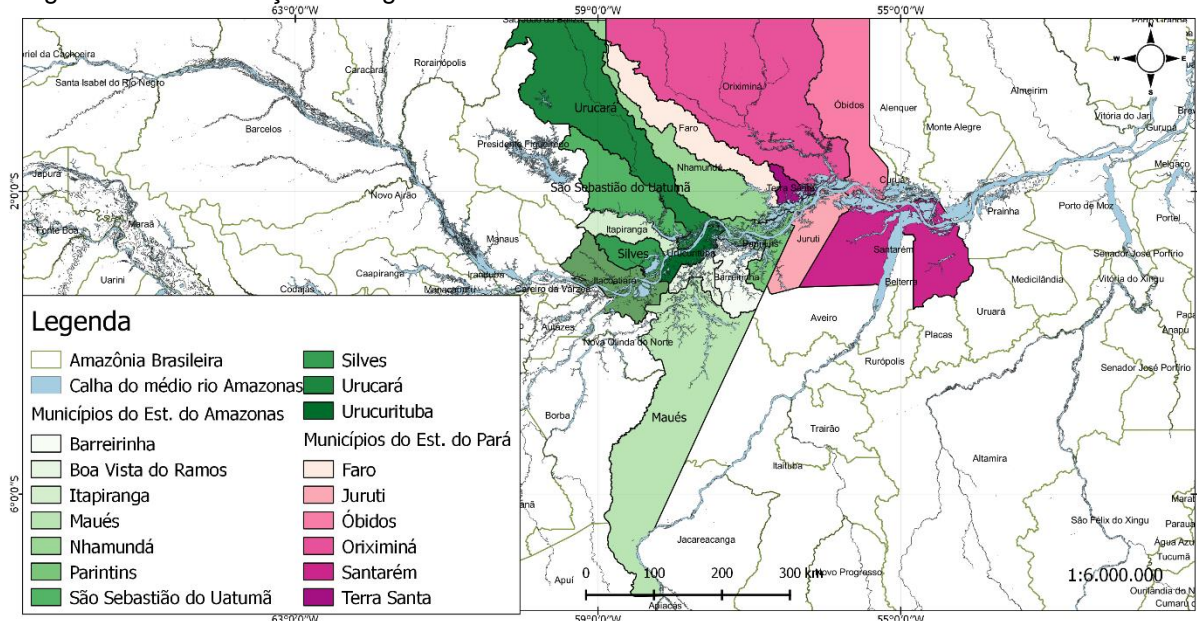


Pela abrangência geográfica que as colônias agrícolas adquiriram no território amazense, englobando alguns municípios pertencentes ao médio rio Amazonas, é fundamental a caracterização desse sistema de regionalização do território amazônico com base exclusivamente no nome dos grandes e médios rios, afluentes do Amazonas (AB'SÁBER, 2010). A compreensão da expressão médio rio Amazonas deve ser entendido como classificação simplista, regional, geográfica e histórica. A natural, somada a todos esses aspectos ganha um destaque especial, pois tem no rio Amazonas e seus tributários a gênese e a popularização do termo.

Pela classificação estabelecida por Ab'Sáber (2010), o Médio rio Amazonas inicia a leste do ponto nodal de Manaus, onde acontece o notável encontro das águas do Rio Negro com o Solimões, envolvendo o grande e importante Paraná do Ramos, Baixo Rio Madeira, Ilha Tupinambarana, paraná de Urucará, região onde se localizam alguns dos mais tradicionais núcleos urbanos do Estado do Amazonas: Maués, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Urucará, Itacoatiara, Parintins, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Presidente Figueiredo e Nhamundá, se estendendo até a região de Santarém, na foz do Rio Tapajós (figura

2), onde se inicia o Baixo Rio Amazonas até as proximidades do Porto de Moz e a Ilha Grande de Gurupá.

Figura 2: Caracterização da região do médio rio Amazonas



Base cartográfica IBGE. 2010. ORG: SERRÃO, A. M. 2018.

Historicamente a base de sustentação socioeconômica desses municípios, em especial Urucará, foco da nossa pesquisa, esteve ligada a atividade camponesa e suas possíveis relações com a terra, a floresta e água, seja através de agricultura de subsistência, de práticas extrativas ou de atividades pesqueiras que possibilitaram a várzea a assumir um papel de protagonismo na vida e nas relações estabelecidas territorialmente por esses sujeitos.

Dessa forma, para o entendimento das relações sociais, econômicas e geográficas que foram estabelecidas em distintos momentos histórico, lançamos os seguintes questionamentos: Como se constituiu historicamente a formação do campesinato no médio rio Amazonas? Quais os contextos gerais e específicos determinantes na consolidação do movimento social camponês, colônias agrícolas e Escola Família Agrícola do CETRU no médio rio Amazonas na década de 1970, município de Urucará? Como o cooperativismo agrícola se tornou importante alternativa frente às crises institucionais, políticas e econômicas da década de 1990 vivenciada pelos camponeses no município de Urucará/Amazonas?

Não poderíamos iniciar essa discussão sem levar em consideração o contexto histórico, político e econômico em uma escala mais ampla. A concentração fundiária,

típica da formação histórica brasileira, tem suas raízes fortalecidas na região do médio rio Amazonas, graças às políticas neo-colonizatória instituída pelos governos militares (1964-1985).

É preciso pontuar que essas famílias camponesas que ocuparam territorialmente as colônias agrícolas na década de 1970, eram oriundas do ecossistema de várzea, constituídos historicamente nesses territórios desde as primeiras décadas do século XX. O processo de ocupação se deu forma espontânea, não se tem registro quando começaram a ser territorializada por sítios agrícolas. Uma coisa é certa, a várzea era estratégica para estabelecimento da atividade camponesa, que além da fertilidade do solo e terras sem gente, possuía fartura em peixes, caças, produtos extrativos e principalmente formas de se relacionar com o mercado, condições que foram fundamentais para a ocupação desses territórios.

No decorrer do século XX, com a crescente internacionalização da Amazônia, outros elementos étnicos são inseridos na composição e formação do campesinato na região, a destacar os sírios, libaneses, judeus, italianos e por último os japoneses que se instalaram na região por volta da década 1940, transformando as relações de comércio, inserindo através da juta, nova racionalidade produtiva aos camponeses.

O cacau, além de representar uma das primeiras tentativas de integração camponês/mercado, foi fundamental para a fixação desses sujeitos na várzea. Produto marcado por constantes oscilações e variações de preços nas bolsas internacionais, serviu de impulso para um crescente aumento nas áreas plantadas neste trecho do território amazônico no decorrer do século XX. No entanto, as sucessivas enchentes/cheias que se abateram sobre esse ecossistema em períodos cronológicos curtos (1953 e 1973), ocasionaram não apenas perdas de plantações e sítios agrícolas (terras caídas), mas sucessivas migrações de famílias camponesas para a terra firme.

É importante destacar que até esse período, a maior parte da população que residia na zona rural do município de Uruará se encontrava na várzea. A partir de então, surtos migratórios foram direcionados para a terra firme, visto que muitas famílias buscavam estabilidade, segurança e perenidade em seus cultivos, realidade que a várzea não oferecia mais. Partes desses camponeses migraram para o lago do Carará, lago do Marajatuba, lago do Marajzinho, lago do Amanari, lago do Castanhal, Sororoca, Paurá, para a cidade de Uruará e por fim, para as colônias

agrícolas que estavam sendo criadas a partir da década de 1970, dando início à nova territorialidade camponesa nas terras firmes do município.

Com as sucessivas crises que abateram sobre a produção do cacau, muitas famílias camponesas encontraram na juta (*Corchorus capsularis*) importante alternativa econômica e ao mesmo tempo, a permanência na várzea. Espécie de ciclo curto foi introduzida na região pelos japoneses e absorvida rapidamente pelos camponeses locais na década de 1950. Espécie nativa da Ásia, foi introduzida e adaptada desde a década de 1930 nas várzeas do município Parintins, ocorrendo na sequência a sua dispersão (HOMMA, 2014).

Na Amazônia, em especial no médio rio Amazonas, com a consolidação dessa atividade nas várzeas, a lógica de produção era camponesa, onde os mesmos controlavam a força de trabalho, que dependendo do contexto, poderia ser familiar ou assalariada. Detinham os meios de produção - terra, objetos de trabalho, no entanto, subordinados a lógica da monopolização do território pelo capital, na qual os atravessadores e as indústrias ditavam os preços e controlava os fluxos e os padrões de produção.

Com crescente valorização da fibra, criou-se uma articulada rede de agentes comerciais, se intensificando principalmente no final da década de 1960. Mantinham conexões com várias localidades ao longo do rio Amazonas, algumas cidades paraenses e principalmente, com a cidade de Parintins, graças à consolidação das indústrias de manufatura nesse município¹.

A juta representou por um breve período o elo entre o camponês X mercado, sistema em que a subordinação camponesa atingiu seu maior pico de desigualdade social, subordinação do trabalho e das relações comerciais, comandado especialmente pela figura do comerciante-patrão. Sujeitos que comandavam as relações de comércio em um sistema típico denominado aviamento, configurando assim, uma complexa rede de exploração e subordinação do trabalho camponês, que, sem nenhuma representação que resguardassem seus direitos, também eram explorados pelos políticos e pelos fazendeiros.

A partir da década de 1970, a produção local da juta apresenta seus primeiros sinais de declínio e os efeitos amplamente sentidos pelo camponês produtor, que

¹ Na década de 1970, o estado do Amazonas era considerado um dos maiores fornecedores de juta e malva para o mercado nacional, o município de Parintins se destacava dada a instalação de várias unidades fabris de beneficiamento, prensagem e classificação dessas fibras.

tinha nesse produto importante alternativa de renda, trabalho e mercado. No final da década de 1960, o rio Amazonas apresentava sinais de variações nos ciclos das águas, culminaram com a grande enchente/cheia de 1974. As várzeas amazônicas demonstravam a sua fragilidade e muitas unidades camponesas foram perdidas pelos fenômenos das terras caídas, bem como as criações e os plantios permanentes, que desde a enchente/cheia de 1953, tinham voltados a aparecer.

Com a criação da Paróquia de Urucará em 1963, subordinada a Prelazia de Itacoatiara, chegaram os primeiros padres para atuarem de forma permanente ao município. Ao verificarem a condição de vida dos trabalhadores do campo, que em sua maioria, viviam e trabalhavam nas várzeas, especialmente com a juta, sujeitos a diversas formas de exploração (econômica, política e social), começou a se pensar na organização desses sujeitos em comunidades e posteriormente, em colônias agrícolas.

Para tais empreendimentos, sobretudo, aos que ocupariam as colônias agrícolas, a titulação de suas terras era condição essencial para o mínimo de dignidade e segurança a essas famílias. Diante dessa emergência, era necessária a criação de uma instituição que intermediasse as ações dos movimentos sociais juntamente aos órgãos governamentais e outras entidades de apoio, ligada na maioria das vezes à igreja católica. Em janeiro de 1972 é criado o Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), instituição de administração mista diretamente envolvida com a causa camponesa e com o projeto de colonização em solo medioamazônico.

Dessa forma, surgiu o interesse pela realização da pesquisa intitulada “Colônias agrícolas e campesinato: raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-AM”, procurando assim, contribuir e preencher lacunas de estudos sobre colônias agrícolas na Amazônia, a partir dos conceitos da Geografia e do campesinato.

Esta pesquisa é de caráter exploratório, pautando na abordagem teórico-empírica, de cunho qualitativo, tendo como área de estudo o município de Urucará e suas respectivas colônias agrícolas. Anterior aos trabalhos de campos realizou-se o levantamento bibliográfico de autores e obras da ciência geográfica que tratam da teoria e conceitos pertinentes ao objeto de análise dessa pesquisa. Os principais conceitos trabalhados foram os de *território*, *territorialidade* e *camponês*. Revisamos

também a literatura regional para a identificação de obras que abordam sobre o tema e as temáticas em questão.

No entanto, para compreendermos sobre quais circunstâncias foram pensados e idealizados esses projetos de colonização é fundamental recorreremos aos vários mecanismos que influenciaram diretas ou indiretamente nesse processo. Dessa forma, buscamos através de entidades sociais (igreja, sindicatos, cooperativas, associações, Ongs) e dos organismos governamentais (prefeitura, câmara dos vereadores, secretarias) localizados na sede municipal fundamentos que embasassem a pesquisa.

No entanto, as principais dificuldades que encontramos ao longo da pesquisa foram as poucas literaturas referentes ao município de Uruará, seja elas sobre quaisquer aspectos. As fontes orais dos sujeitos territorialmente estabelecidos nas várzeas e terras firme deram um suporte histórico inestimável, fundamental para a realização dessa pesquisa.

Os primeiros trabalhos de campos foram realizados no segundo semestre de 2016, permitindo os primeiros contatos com camponeses oriundos das áreas de várzea e terra firme. A faixa etária escolhida focou na experiência de vida e sabedoria dos moradores acima de 60 anos, através de seus ricos relatos foi possível compreender as relações sociais, políticas e econômicas que predominaram nos últimos 50 anos; as transformações dessas relações e do modo de vida camponês; as relações que estabeleciam ou estabelecem com o mercado; as práticas sociais, culturais e políticas; as formas de organizações que surgiram e fortaleceram a luta camponesa; as primeiras comunidades e colônias agrícolas.

Os instrumentos metodológicos usados nessa etapa da pesquisa consistiram em entrevistas, anotações de campo, aplicação de questionários semiestruturados, registro fotográfico, confecção de mapas cartográficos e cognitivos, acompanhamento sistemáticos em determinado período do ano em atividades camponesas, eventos culturais, festas, torneios e outras formas de socialização. A pesquisa participante se caracteriza pela necessidade do pesquisador se ater a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente, ao longo da pesquisa (SEVERINO, 2007).

Os dois últimos trabalhos de campos ocorreram no ano de 2017 (julho e novembro), nesta etapa da pesquisa, através de um roteiro pré-estabelecido, as

entrevistas e aplicação de questionários foram direcionadas aos principais sujeitos envolvidos no projeto de colonização e da Escola Família Agrícola (colonos, líderes comunitários, diretores do CETRU, professores, alunos, políticos). E por fim, para a finalização do terceiro capítulo da dissertação, que tinha como objetivo destacar o papel do cooperativismo agrícolas como alternativa, frente à eventuais crises, entrevistas, visitas e aplicação de questionários foram direcionados aos dirigentes da Cooperativa Agrofrut, camponeses cooperados, órgãos e acompanhamento técnico e de fomento (IDAM, SEPROR, Secretaria de Produção, etc.).

Como instrumentos técnicos da pesquisa, utilizamos a câmera fotográfica, gravador de voz, computador, caderneta de anotações, GPS, imagens de satélites, entre outros. Após a realização dos trabalhos de campo foi feita a organização e análise dos dados de acordo com os objetivos propostos da pesquisa, que foram representados em tabelas, quadros, mapas, entrevistas transcritas, etc. o que resultou na dissertação estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “A constituição histórica da atividade camponesa no médio rio Amazonas” apresenta uma abordagem histórica da consolidação da atividade camponesa na Amazônia, no Estado do Amazonas e na região identificada hoje como médio rio Amazonas. O destaque especial desse capítulo são os camponeses constituídos historicamente na várzea, suas atividades, seus sistemas de produção e de relação econômica com sujeitos não camponeses. Período que culmina com a crise da juta nas várzeas do médio rio Amazonas; as políticas nacional-desenvolvimentista apregoado pelos governos militares para a Amazônia; o novo papel progressista e libertadora da Igreja católica; a fundação das primeiras Comunidades Eclesiais de Bases, colônias agrícolas, Centro de Treinamento Rural de Urucará e da Escola Família Agrícola do CETRU, estruturas fundamentais no fortalecimento e na luta camponesa nesse trecho do território.

O segundo capítulo intitulado “Movimentos sociais e outras resistências camponesas no médio rio Amazonas”, faz uma abordagem sobre as origens dos movimentos sociais e a luta pela terra no campo brasileiro e como pano de fundo o ocorrido na década de 1970 no médio rio Amazonas. Esse capítulo destaca também a trajetória, as crises, as adversidades naturais, econômicas e sociais vivenciadas pelos camponeses nas várzeas e terra firme, contextualizando com o surgimento das primeiras comunidades eclesiais de bases e colônias agrícolas no município de Urucará. Período em que a territorialização camponesa na terra firme atinge sua

maior expressão, que além das colônias, contou com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; das Assembleias Gerais dos Colonos, Cooperativas, cultivos de viabilidade econômico (guaraná) e principalmente com idealização de uma escola agrícola condizente com a realidade social dos colonos e de outros camponeses ribeirinhos.

Por fim, o terceiro e último capítulo denominado “O fracasso do projeto colonizatório e a produção orgânica como alternativa da mercadoria sustentável”, do qual trata especificamente sobre as crises políticas, econômicas e ideológicas das décadas de 1980/90, resultando em um dismantelo total das estruturas do CETRU, das colônias agrícolas e principalmente da Escola Família Agrícola (EFA CETRU). Período que culmina com o fortalecimento das práticas cooperativistas e o surgimento da Cooperativa Agrofrut no início dos anos 2000. A cooperativa criada para vencer as crises e adversidades produtivas, se insere hoje em emaranhado de relações comerciais (nacional e internacional), colocando a produção do guaraná orgânico como importante alternativa de renda aos camponeses cooperados.

CAPÍTULO 1

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ATIVIDADE CAMPONESA NO MÉDIO RIO AMAZONAS

1.1 A formação do campesinato no médio rio Amazonas

A constituição dos assentamentos humanos que se formaram na Amazônia, em especial as colônias agrícolas e as comunidades rurais têm ampla relação com os acontecimentos históricos e econômicos de sociedades mais amplas (SHANIN, 1980). Influenciada pelas ordens mundiais hegemônicas que há séculos comandam a economia mundial, a Amazônia em seus mais diversos períodos, foi incorporada a economia mercantil, fornecendo-lhes matéria-prima das mais diferentes utilidades, entre elas, as drogas do sertão, a borracha, a castanha, o cacau, a juta, o guaraná, entre outros.

Diante das necessidades que foram criadas pelo capital, importantes medidas governamentais fincaram base para a formação de atividade agrícola e como consequência, a formação de uma nova classe, a camponesa. Sem sombra de dúvidas, as reformas pombalinas² na transição do século XVIII para o XIX, trouxeram series de transformações na composição étnica (cruzamento forçado entre brancos e índios), na aptidão pelo trabalho e pelo apego a terra, formando assim, a classe específica de camponeses, que por alguns autores é entendido como o “camponês-ribeirinho da Amazônia” (CRUZ, 2007).

Evidente que a consolidação dessa nova classe se tornou importante peça na estratégia de dominação econômica e territorial por parte da coroa portuguesa. Estratégia que provou ser um sucesso reprodutivo e que foi decisiva na adaptação dos camponeses às condições econômicas e políticas da região (Harris, 2006). Anterior as reformas pombalinas (1755-1777), a base mercantil da Coroa na Amazônia era pautada em produtos extrativos e contavam com o auxílio de trabalho escravo indígena.

²Período marcado por amplas reformas políticas e econômicas direcionadas para a Colônia e em especial para a Amazônia pelo então ministro português, Marquês de Pombal (1750-77), na qual pretendia reforçar seus laços comerciais com Lisboa, estimulando a agricultura e exercendo maior controle sobre as atividades econômicas, transformando, ao mesmo tempo, a força de trabalho (ARAUJO, 1998).

No controle dessas atividades, estavam às missões religiosas, que para a Coroa representava ameaça, pelo contexto de crescimento econômico, poder e influência. Na verdade, os portugueses não tinham interesse mercantil firme ligado ao garimpo da mata, estavam mais preocupados com a posse territorial, logo, era fundamental incentivar a agricultura, como forma de fixar e expandir o domínio, como fizera em outras regiões produtoras da colônia, a exemplo do algodão e da cana de açúcar, em Minas e Pernambuco (SOUZA, 2009).

Na Amazônia, o período pombalino deixou marcas importantes na caracterização da sociedade colonial, onde a racionalidade econômica e política direcionaram para a produção espontânea e para cultura da terra, culminando na valorização regional e em projeto de estabilidade às experiências agrícolas. A destribalização dos grupos originários, realizados pela submissão militar e a nacionalização forçada, “foram aliados fundamentais na formação de uma mão de obra regional, resguardada pela fortificação das margens, do centro e das fronteiras do território e da bacia amazônica” (SILVA, 2004, p. 83).

E como efeito, os conjuntos de medidas adotadas por Pombal foram essenciais para alterar o quadro social, político e econômico. Entre elas, a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), que estimulou a agricultura e todo o setor produtivo, reforçando a mão de obra local disponível com a escrava africana, assegurando o escoamento dos produtos (SILVA, 2002). Outra importante medida foi o incentivo ao matrimônio entre homens brancos e mulheres indígenas, lei assinada em 1755, que tinha como objetivo, estimular o povoamento e a ocupação da região. “O soldado ou colono que se casasse com mulher indígena teria inúmeros incentivos, entre os quais a posses de terras, de armas, dinheiro e instrumentos agrícolas” (OLIVEIRA, 1983, p. 207).

Em 1757, foi criado o principal instrumento de controle que transformou a sociedade nativa em cabocla miscigenada, o Diretório dos Índios. O Estado percebendo a escassez de mão de obra, ocasionado por diversos fatores, entre os quais mortes por doenças e fugas que dizimaram parte da população indígena, levando ao esvaziamento de trabalhadores nas colheitas das especiarias e da agricultura nas missões. Inúmeras mudanças foram instituídas para dinamizar a produção agrícola e fixar o nativo na terra, entre elas a repartição, podendo o índio atuar em diversos setores do Estado, estimulando-o ao trabalho na lavoura, no

comércio, na vida civilizada, no amor a propriedade privada, no apego as riquezas e entre outras induções (OLIVEIRA, 1983).

Essas séries de medidas tiveram impacto direto na vida dos autóctones e colonos a partir da segunda metade do século XVIII, dando caráter singular e específico a nova classe de homens e mulheres que surgiam dessas políticas e cruzamentos, ligados a nova concepção de trabalho, de apego e fixação a terra. Essas experiências do governo colonial, em especial para a recém-criada capitania do Rio Negro foi o pilar para o processo interétnico, originando o que Souza (2009) denominou dos primeiros “cabocos amazônicos”, invólucro biológico que o cruzamento inventou para enfrentar a região, considerada insalubre ao homem branco.

Com o objetivo de viabilizar os interesses mercantilistas na Amazônia, os conquistadores portugueses, seja por meio do regime das missões, seja pelo diretório, vão praticar contra os índios das águas um verdadeiro processo de etnocídio (CRUZ, 2007, p. 23). E esse etnocídio, não se deu apenas pela morte física, mas principalmente pela morte cultural que o diretório e outras políticas instituíram. As mudanças, em pouco tempo passaram a ser percebida, a Amazônia aos poucos vai deixando de ser indígena, para se transformar em uma Amazônia mestiça, cabocla, camponesa.

Primordialmente, os traços desses cruzamentos deram base para formação do camponês na Amazônia e em especial no médio rio Amazonas, foco da nossa pesquisa. No entanto, com o apogeu da produção da borracha na segunda metade do século XIX, reforçou ainda mais esse cruzamento, consequência principalmente de milhares de famílias nordestinas vieram compor a força de trabalho nos seringais, mantendo a agricultura como base de sustentação familiar. Os traços herdados foram fundamentais para que instituíssem estratégias próprias de (re) produção, estabelecendo com o ambiente, verdadeiras territorialidades, criando formas de adaptação às condições de vida na complexidade amazônica.

Cruz (2007) caracterizou esses sujeitos sociais de camponês-ribeirinho, classe que se constituiu frente a um processo civilizatório, constituídos territorialmente às margens dos rios ou até sobre eles, estabelecendo distintas territorialidades (terra, água e floresta), adaptando as complexidades que esses ambientais impunham às condições de vida. Essas adaptações só foram possíveis, graças aos conhecimentos práticos acumulados secularmente, articulado a uma

poderosa acumulação de conhecimentos que influirá de modo decisivo, no resultado da interação dos conquistadores brancos com os ameríndios, formando assim, os caboclos/ribeirinhos – os camponeses amazônicos (WITKOSKI, 2006, p. 421).

Pelas imposições de trabalhos aos quais foram submetidos, usaram em determinados períodos, a opção pelo extrativismo, ao ponto do abandono esporádico da agricultura e dos cultivos, voltando sua atenção para o mercado externo (LOUREIRO, 2007). O contrário também ocorreu, dada ao enfraquecimento das demandas externas por produtos extrativos, quando esses camponeses voltavam o trabalho para o interior das unidades familiares, fortalecendo a agricultura e a combinação de atividades, característica que marca a trajetória camponesa na Amazônia.

Isso demonstra a plasticidade sobre o qual assenta o campesinato amazônico, que mesmo voltado para o mercado externo, não deixou de desempenhar outras funções, combinando diferentes atividades, motivos pelo qual não abandonam a agricultura, a pesca, a caça, o extrativismo, as pequenas criações entre outras atividades (CRUZ, 2007). As territorialidades desses sujeitos são múltiplas, visto que, com a terra é agricultor e criador, dependendo de conhecimentos sobre os ciclos naturais da água (enchentes/cheia e vazante/ seca); com a floresta exerce o extrativismo e com o rio, desde infância aprende a ser pescador e a tirar tanto o sustento e a renda familiar (WITKOSKI, 2006).

Assim, ao se tratar da formação do camponês específico, com relações internas e externas, é preciso compreender as interações com os contextos sociais mais amplos e as possíveis influências que os levaram a habitar as várzeas³ e a terra firme⁴ no médio rio Amazonas. Nesses campos de interpretações, voltamos nossa atenção para a formação do campesinato no médio rio Amazonas, em especial nos territórios que compreendem o atual município de Uruará.

Nessa localidade, os camponeses pela absorção de diferentes traços culturais, estabeleceram territorialidades primordialmente na terra firme, dada a

³Terras de várzea – planície de inundação, periodicamente inundada pelas cheias anuais e fertilizadas pelos sedimentos dos rios de água branca (Amazonas e seus afluentes). São terras mutáveis, assim como sofrem um processo de sedimentação, portanto, de ampliação, em outras ocasiões, particularmente nas grandes enchentes, sofrem um processo de erosão que podem alterar profundamente o quadro físico em pouco tempo (MONTEIRO, 1981, p. 83).

⁴ As terras firmes são consideradas como os baixos platôs da Amazônia Centro-Oriental, recobertos por Mata de Terra Firme, ocupam expressivas extensões da porção oriental do Estado do Amazonas e são caracterizados por terrenos baixos (em cotas inferiores a 200 m), com solos espessos, pobres e bem drenados, em geral, Latossolos Amarelos. (MARQUES, 2017, p. 67).

chegada de colonos do Grão-Pará no início do século XIX, posterior a isso, as várzeas aos poucos foram sendo ocupadas, tanto por ribeirinhos locais quanto por retirantes e descendentes de nordestinos no transcorrer do século XX. Tendência que pendurou até meados desse século, quando grandes enchentes e indisponibilidade de terras para o cultivo forçaram sua migração permanente para as áreas de terra firme.

Desde então, os diversos núcleos humanos que se estabeleceram às margens do rio Amazonas, paraná de Uruará e rio Uatumã passaram por diversas transformações ao longo da segunda metade do século XX. Marcada pelas adversidades econômicas, culturais e sociais, fica evidente que a existência camponesa é sob grau considerável definida por não-camponeses, pelos governos e decisões governamentais, pela mudança da natureza, de regimes políticos, econômicos e naturais (SHANIN, 2008).

Historicamente, a base de sustentação socioeconômica do atual município de Uruará esteve ligada a atividade agrícola, extrativismo animal e vegetal. Município localizado à margem esquerda do paraná de Uruará, afluente esquerdo do rio Amazonas, ocupado territorialmente pelos povos indígenas Aruaques e Burubus, foi colonizada por Crispim Lobo de Macedo nas primeiras décadas do século XIX.

De origem ainda difusa, alguns historiadores locais o consideravam comerciante, espécie de regatão⁵, que saindo de Cametá, no Grão-Pará, desbravou os mais longínquos rincões do paraná de Uruará e rio Uatumã nas primeiras décadas século XIX, estabelecendo com a família, escravos e agregados (TENÓRIO, 2016).

No entanto, pelo contexto político, econômico e fundiário, o século XIX é considerado por muitos estudiosos como o “século da instrução primária” no mundo e no Brasil (NERY, *et al*, 2014). Isso nos leva a considerar os reais motivos pelas quais foram pensados e idealizados os primeiros sítios agrícolas na província do Amazonas, e como pano de fundo, na região que compreende hoje o município de Uruará. Diante de tal configuração, Crispim Lobo de Macedo não se tratava de comerciante regatão, mas de colono, a serviço da coroa portuguesa.

⁵Bastos (2000), definiu o regatão como uma espécie de comerciante que levava em canoas, por todos os rios, lagos, furos e lugares, mercadorias estrangeiras ou nacionais, no qual o sistema de comércio consistia sem o intermédio de moedas (dinheiro), mas pela troca de objetos, produtos.

Vale lembrar que as políticas de incentivo à agricultura, estipulada por Pombal na segunda metade do século XVIII, ainda estavam em voga. Além do mais, a questão de posse e domínio do território amazônico ainda era uma incógnita (MACHADO, 1997). Preocupação que permaneceu até meados do século XIX, visto que, as fronteiras do território brasileiro ainda eram instáveis e passíveis de ameaças estrangeiras.

A invasão da Guiana francesa (1809-1817) por tropas portuguesas e inglesas, a independência das colônias espanholas, a conquista de grande parte da Guiana holandesa por ingleses e a fundação da Guiana inglesa, ocorreram, todas, no final das guerras napoleônicas. Na escala nacional, a independência do Brasil (1822) desencadeou uma série de revoltas políticas em diversas partes do país. As fronteiras do território brasileiro, que incluíam agora o antigo estado do Grão-Pará, não estavam definidas e a região Norte era conhecida como *terra incógnita* (MACHADO, 1997, p. 22).

Ao que tudo indica, o sítio agrícola de Crispim Lobo de Macedo não surgiu pelo simples acaso, como até então se imaginava. Foi pensado estrategicamente para resguardar os domínios da Coroa nos rios Uatumã e Jatapú. Os autóctones que ainda restaram nessas localidades, migravam cada vez mais para as cabeceiras⁶ dos rios, rumo ao norte, para além das fronteiras com as Guianas. Ocupar essas terras por meio de colonos e mestiços, e aí instituir bases agrícolas e econômica era de fundamental importância, visto que, eram espaços a serem preenchidos no território, além do mais, as províncias precisavam de alimentos e,

A criação de colônias agrícolas na Amazônia foi uma forma encontrada pelos governos provinciais do Pará e do Amazonas para tentar resolver o problema da falta de alimentos causado pelo aumento da atividade extrativista da borracha na região e devido muitos agricultores terem deixado suas plantações para viver do extrativismo que lhe garantia melhores lucros devido o alto preço do produto nos mercados de Belém e Manaus (NERY, *et al*, 2014, p. 13).

Com familiares, agregados e alguns escravos, os primeiros colonos que se tem registro, chegaram por volta de 1808 no município de Urucará, estabelecendo sítios e plantações em área de terra firme do rio Uatumã, na localidade conhecida hoje como Santana. Freguesia pertencente até 1981, ao município de Urucará, quando parte de seu território foi desmembrado em detrimento da criação do município São Sebastião do Uatumã. As trocas culturais instituídas no período

⁶Lugar distante de um rio, afastado, geralmente ligados as nascentes.

pombalino deram base para a fixação de atividades agrícolas, com a predominância de sítios frutíferos, plantações de mandioca, milho, feijão e tabaco (TENÓRIO, 2016).

No transcorrer do século XIX, em termos províncias, o Amazonas tinha uma atividade agrícola em crescimento, alguns produtos que geravam excedentes eram exportados, a destacar o guaraná, o tabaco, o cacau, o algodão e o café (LOUREIRO, 2007). Havia também, atividade agrícola camponesa de subsistência⁷, baseada no cultivo de mandioca, batata, macaxeira, milho, arroz, feijão e banana, atendiam principalmente ao consumo interno. Essa agricultura de subsistência nunca teve o devido cuidado na região, pois volta e meia, aparecia atividades mais rentáveis, ligadas ao extrativismo que os atraíam e direcionavam a abandonarem temporariamente suas roças e seus cultivos.

A opção pelo extrativismo trouxe pioras para a agricultura de subsistência no Estado do Amazonas, principalmente nas proximidades dos centros produtores do látex, matéria-prima extraída da borracha, agravando-se com crescimento populacional da cidade de Manaus (LOUREIRO, 2007).

No entanto, situação inversa ocorria longe dos centros extrativos, a destacar no médio rio Amazonas, região no qual a borracha não teve a mesma importância e a agricultura alcançou certo desenvolvimento, ao ponto da pequena produção gerar excedentes que eram comercializados principalmente entre camponeses e comerciantes ambulantes, conhecidos regionalmente como regatões.

O ápice da atividade extrativa se deu com o advento da navegação pelos rios da Amazônia, estabelecendo com o tempo, um apogeu econômico nunca antes visto, transporte rápido e mais barato para a escoação da produção transformou a região na segunda metade do século XIX, em área de produção da mais valiosa e procurada matéria-prima, a borracha (LOUREIRO, 2007). A borracha não apenas dinamizou a economia de algumas cidades amazônicas, mas influenciou diretamente na composição interétnica, combinando ainda mais elementos na formação sociocultural dos camponeses nas calhas dos grandes rios.

Calcula-se que aproximadamente 500.000 nordestinos vieram para a Amazônia no período de 80 anos, representando assim, o maior movimento humano

⁷ O termo subsistência longe de exprimir apenas sobrevivência, sustento da família, também relaciona a produção e comercialização de excedentes, usados principalmente na obtenção do bem-estar familiar.

das migrações internas da história brasileira, superado apenas por São Paulo, em decorrência dos surtos industriais e de empregos (BENCHIMOL, 1999). Partes dos retirantes que aqui chegaram, eram camponeses e trabalhavam com a terra em seu local de origem, no entanto, a mão de obra a qual foram direcionados, práticas agrícolas não eram bem-vindas, ficando proibidos em determinados períodos de plantar, criar, ou seja, combinar atividades ao quais estavam acostumados.

Vale salientar que nem todos os migrantes nordestinos que chegaram a Amazônia, em especial ao Amazonas a partir da segunda metade do século XIX partiu para os seringais, muitos estabeleceram em áreas urbanas das pequenas e médias cidades, outros, porém, ocuparam as terras devolutas e de alta fertilidade a margem dos rios de águas barrentas, ou seja, as várzeas amazônicas (CRUZ, 2007). Segundo esse autor, os camponeses ao se estabelecerem nessas áreas começaram imediatamente a cultivar o solo por meio da organização do roçado, a praticar a pesca, a coleta, a caça, enfim, começando a produzir nessas terras e dela extrair sua renda.

Nesse campo de interpretações, a formação do campesinato em terras urucaraense se deu em meio a um conjunto de transformações na composição e incorporação de diversos povos e culturas. Nessa localidade, os camponeses pela absorção de diferentes traços culturais, estabeleceram através de territorialidades fortes relações econômicas, sociais e políticas com as várzeas, tendência que prevaleceu até meados da década de 1950, quando grandes enchentes/cheias e indisponibilidade de terras forçaram migração permanente de parte desses camponeses para as áreas de terra firme.

Em termos gerais, esses são os primeiros registros do processo de colonização em terras urucaraense, composto inicialmente por colonos da província paraenses, com destaque para a família de Crispim Lobo de Macedo e posteriormente com a chegada de algumas famílias nordestinas e de descendência estrangeira. Alguns desses sítios agrícolas se desenvolveram com o passar do tempo, criando condições para as primeiras formas de organizações, transformando-se em povoados, freguesias, vilas e cidades.

Vale ressaltar que os camponeses ao qual trataremos ao longo dessa pesquisa não moravam em terra firme, mas, encontravam-se territorialmente estabelecidos em áreas de várzeas, condição que prevalecia em boa parte do médio rio Amazonas, devido à alta fertilidade dos solos, grandes disponibilidades

pesqueiras e agroextrativa. Como as narrativas históricas e as descrições sobre o espaço geográfico que constituem boa parte de nossa dissertação são pautadas em narrativas de sujeitos sociais, é importante pensá-lo enquanto construção cultural, política e subjetiva, produtos de práticas cotidianas, difíceis de serem apreendidas metodologicamente (MEDEIROS, 2014).

Alguns elementos contidos nesse capítulo surgiram de várias indagações e questionamentos acerca da ocupação e consolidação camponesa nas várzeas urucaraense. Não se tem registro histórico da atuação desses sujeitos nesses territórios. Algumas de nossas interpretações partiram de narrativas cedidas por camponeses constituídos historicamente nesses locais, de obras clássicas sobre a Amazônia e de trabalhos acadêmicos mais recentes que têm discutido a formação e consolidação econômicas, sociais, políticas e geográficas do campesinato no médio rio Amazonas, em especial, na calha do rio Amazonas.

Nascimento (2016) em trabalho recente sobre o processo de ocupação das várzeas parintinense, apontou a importância da imigração nordestina na formação/consolidação dos assentamentos humanos ao longo do médio rio Amazonas, motivadas principalmente pelas áreas “desocupadas” do território e pelo “desabastecimento” de alimentos nas províncias do Pará e Amazonas, ocasionado pela concentração de trabalhadores em práticas extrativa, principalmente nos altos rios da Amazônia.

Na várzea urucaraense, o processo de ocupação se deu forma espontânea, não se sabe ao certo quando começaram a ser ocupada por sítios agrícolas. Uma coisa é certa, a várzea era estratégica para estabelecimento da atividade camponesa, que além da fertilidade do solo e terras sem gente, possuía fartura em peixes, caças, produtos extrativos e principalmente, formas de se relacionar com o mercado, condições que foram fundamentais para a ocupação desses territórios na transição do século XIX.

No decorrer do século XX, com a crescente internacionalização da Amazônia, outros elementos étnicos são inseridos na composição e formação do campesinato na região, a destacar os sírios, libaneses, judeus, italianos e por último os japoneses que se instalaram na região por volta da década 1940, transformando as relações de comércio, inserindo através da juta, nova racionalidade produtiva aos camponeses, tema que trataremos com ênfase nas próximas seções da dissertação.

A parte significativa de camponeses que colonizaram a terra firme e as primeiras colônias agrícolas do município de Uruará na década de 1970, foco da nossa pesquisa, descendia de antigos moradores dessas localidades no qual estamos tratando. Já tecemos alguns comentários sobre a formação desses camponeses e suas possíveis relações com a terra, a floresta e água, elementos que aprofundaremos nos próximos capítulos.

O cacau, além de representar uma das primeiras tentativas de integração camponês/mercado, foi fundamental para a fixação desses sujeitos na várzea. No entanto, outros produtos agroextrativos aliados a pequena agricultura de subsistência, forneciam meios para permanência e reprodução nesse ecossistema complexo. A expansão geográfica camponesa nas várzeas urucaraense se deu nas primeiras décadas do século XX, resultando não apenas na incorporação de território para o atual município, mas principalmente na definição de um modo de vida específico, condicionados em grande parte, pelas diferentes territorialidades estabelecidas, ao qual denominamos de cultura ribeirinha, pois tem o rio como principal elo de comunicação, sobrevivência e de relações sociais.

Por se inserir no contexto societário mais amplo, sua ligação com o externo variou em períodos e contextos diferentes. Para Marx (1985), a economia camponesa, é por definição, uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadoria – ou seja, M (mercadoria) – D (dinheiro) – M (mercadoria) - tem como fim as necessidades familiares (ARCHETTI, 2014). Esta operação é possível pelo fato de que o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadoria produzida por ele mesmo.

Na compreensão do surgimento das colônias agrícolas no município de Uruará na década de 1970, é fundamental a contextualização de acontecimentos anteriores, periodizando as características gerais e específicas desses camponeses no decorrer de distintos momentos históricos, reafirmando sua territorialidade, que para Roncayolo (1986, p. 90) longe de pertencer apenas à intuição:

Está ligada às condições técnicas, econômicas e sociais e à estrutura do grupo e suas relações com outras populações. Cada ambiente, cada região, cada paisagem, mesmo nas suas características físicas, tornaram-se, portanto, uma ecúmena da qual o território, através de uma série de sinais e símbolos, exprime as relações humanas, de igualdade e hierarquia, de conflito quer interno quer externo de sistemas de identidade dotado de coerência ou de crises que tornam ao mesmo tempo precário o sistema social e a ordem do território.

As principais características no qual se assenta esse campesinato, reside na força do trabalho familiar, que para Oliveira (2001) é o motor principal do processo de produção camponesa, pois é dele que deriva e abre possibilidade para a combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho. Essas combinações, no caso do camponês do médio Amazonas, vêm acompanhadas pela agricultura, pela pesca e pelo extrativismo como principais fontes de sobrevivência.

Não podemos, porém, compreender a economia camponesa sem conhecer suas especificidades, que em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo.

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas, os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses (SHANIN, 1980, p.75).

Ao analisar o campesinato enquanto entidade social e histórica, no contexto mais amplo, abriremos espaço para a compreensão de suas especificidades, que são fundamentais para a permanência e reprodução do camponês enquanto modo de vida (ALMEIDA, 2006). Visto que alguns fatores de ordem externa (político, econômico, social, demográfico) têm condicionado algumas de suas atividades ao longo do tempo, aspectos que analisaremos a partir das próximas seções.

1.2 A rede de comercialização camponesa e os agentes monopolizadores do território

Historicamente a base de sustentação socioeconômica de boa parte dos municípios do médio rio Amazonas esteve ligada a atividade camponesa, em especial do município de Urucará, foco da nossa pesquisa. Dada a ocupação das

várzeas nas primeiras décadas do século XX, o cacau (*Theobroma cacao*) representou importante alternativa econômica, complementado por uma agricultura de subsistência e pelo extrativismo vegetal e animal.

Na América, os primeiros registros desse produto remontam o período pré-colombiano, segundo a CEPLAC (s/d), os botânicos acreditam que o cacau é originário das cabeceiras do rio Amazonas, tendo-se expandido em duas direções principais, originando dois grupos importantes, o *Criollo* e o *Forastero*. A espécie *Criollo* partiu em direção ao norte, para o rio Orenoco, penetrando na América Central e Sul do México, variedade cultivada pelos índios Astecas e Maias. A variedade *Forastero* espalhou-se pela bacia amazônica em direção às Guianas. É considerado o verdadeiro cacau brasileiro e se caracteriza por frutos ovoides, como superfície lisa, imperceptivelmente sulcada ou enrugada. Na medida em que o cacau ganha importância econômica, com a expansão do consumo de chocolate, várias tentativas foram feitas visando à implantação da lavoura cacauera em outras regiões com condições de clima e solo semelhantes do seu habitat natural (CEPLAC, s/d).

Como consequência, suas sementes foram se disseminando gradualmente pelo Brasil e pelo mundo. Em meados do século XVIII, o cacau tinha atingido o sul da Bahia e, na segunda metade do século XIX, levado para a África. As primeiras plantações africanas foram feitas por volta de 1855, nas ilhas de São Tomé e Príncipe, colônias portuguesas da costa ocidental africana (CEPLAC, s/d).

Segundo Rodrigues (2006), o desenvolvimento dessa cultura no Brasil pode ser classificado em duas fases distintas: A primeira como produto vinculado a drogas do sertão, comercializada desde o século XVII até final do XIX, quando ocorreram as primeiras exportações para a Europa, visando o predomínio da produção na Amazônia. A segunda fase corresponde à hegemonia da produção do cacau no estado da Bahia, período que se inicia na transição do século XIX para o XX. Atualmente o estado da Bahia é o maior produtor brasileiro, a qual corresponde com 96% da produção do país, enquanto que a Amazônia, berço da espécie, representa juntamente com outros estados produtores, pouco mais do que 4%.

Produto marcado por constantes oscilações e variações de preços nas bolsas internacionais, serviu de impulso para um crescente aumento nas áreas plantadas neste trecho do território amazônico no decorrer do século XX. Segundo Nascimento (2016), na região de Parintins, parte das várzeas eram dedicadas a grandes

plantações de cacau pelos chamados coronéis de barranco, sujeitos que detinham posses e terras. Nas várzeas que compreendiam os municípios de Urucará e Urucurituba, as pequenas plantações de cacau eram exclusivamente camponesas, no entanto, em algumas localidades, predominava grandes plantações na posse de comerciantes. Por várias décadas o cacau representou alternativa econômica para os camponeses, que conciliado com outras atividades, determinou um modo de vida específico ao longo das décadas do século XX.

Em vista disso, boa parte das várzeas que compreendiam territorialmente as localidades do paraná do Albano, paraná do Comprido, Jurupari, Santa Cruz, Augusto Montenegro, entre outras, era possível vislumbrar grandes plantações de cacau, região que há décadas mantinha tradio nesse cultivo, fato que com o tempo, transformará os municípios de Urucurituba e Urucará, em grandes produtores de cacau do estado do Amazonas.

No entanto, pela ausência de bibliografias referente à formao e ocupao histórica, política e econômica das várzeas urucaraenses, nossos principais guias metodológicos foram os camponeses que moravam nessas localidades, que pela sabedoria de vida e conhecimento do local, nos forneceram ricos relatos sobre as atividades que eram desenvolvidas ao longo da segunda metade do século XX, com destaque para a produo de cacau e da juta.

As sucessivas enchentes/cheias que se abateram sobre esse ecossistema em períodos cronológicos curtos (1953 e 1973), ocasionaram não apenas perdas de plantações e sítios agrícolas, mas sucessivas migraoes de famílias camponesas para a terra firme. Antecedente a esses eventos, o comércio do cacau, dentre outros produtos do extrativismo animal e vegetal era o que agregava maior valor econômico, em vista principalmente da sua ligao com o mercado externo.

O comércio das sementes do cacau era realizado entre camponeses, detentores e produtores dessa mercadoria e o comerciante, que poderia ser tanto local, denominado patro⁸ ou de outras localidades, regionalmente conhecidos como regatão ou marreteiro, oriundos na maioria das vezes do estado do Pará. No caso das várzeas e dos sujeitos em estudo, a localizao geográfica assume um papel

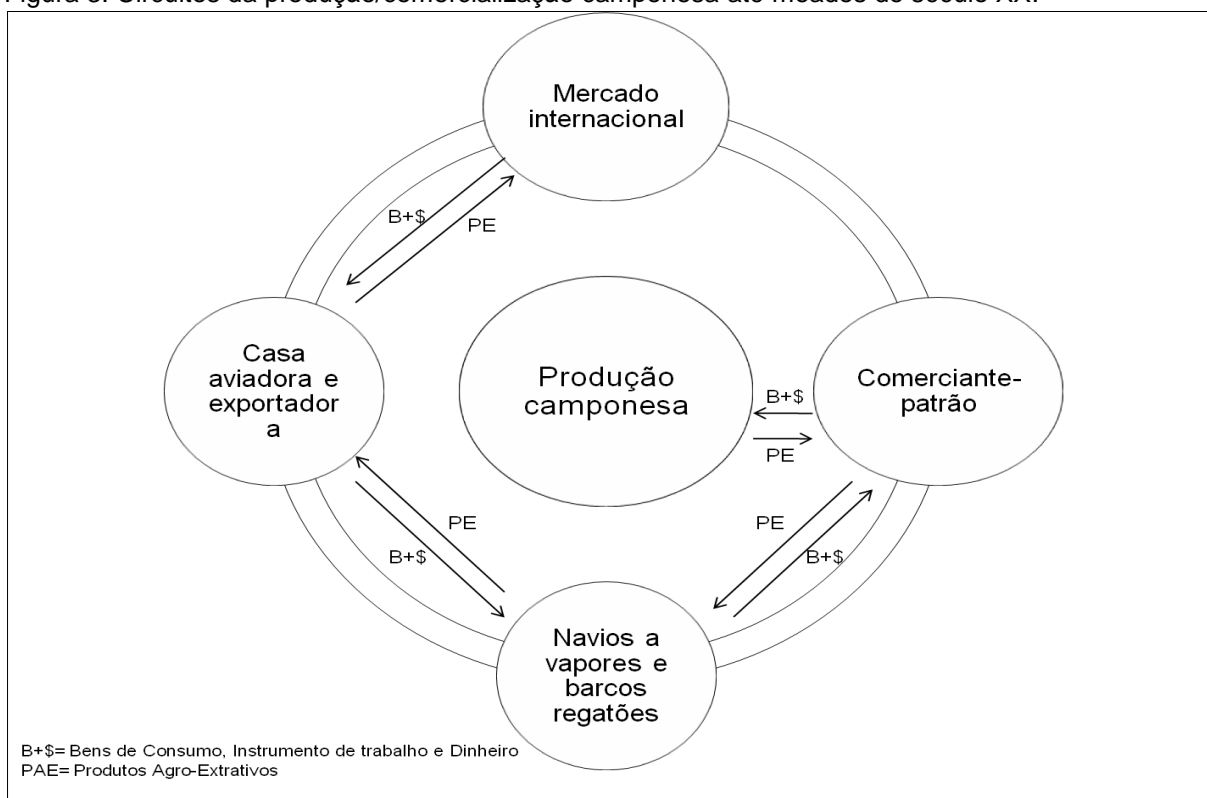
⁸A denominao patrão  cercada de ambiguidades, no entanto, em termos gerais, se aplica ao termo freguês. Ele é patrão porque financia a unidade de produo camponesa por meio da distribuio de implementos agrícolas (sementes, máquinas de plantios) e também pela oferta de mercadoria e outros gneros de primeira necessidade, recebendo como pagamento a esses adiantamentos, a produo *in natura*, ou parte dela (FERREIRA, 2014, p. 187).

fundamental nas relações de comércio e trocas, pois era local de passagem de navios a vapor e de pequenas embarcações regatões que vinham de Belém com destino a Manaus e vice-versa.

Os comerciantes ambulantes, em troca da produção agrícola camponesa, forneciam-lhes suprimentos de primeira necessidade, não produzidos pela família. Uma relação de troca altamente desigual denominado aviamento, extraíam a renda da terra, fruto do trabalho não pago, valor materializado na confecção da mercadoria produzida pelo camponês (PAULINO, 2012).

É importante mencionar que a rede de comercialização entre o território produtivo e o centro urbano local, no caso a cidade de Urucará, era disperso e sem muita conexão, ao ponto de se tornarem quase inexistentes. O comércio basicamente se estruturava entre os eixos principais do rio Amazonas - Parintins, Manaus e Belém. Está última, com o fluxo mais intenso, pois permitia que seus navios a vapor e barcos regatões estabelecessem comércio com os camponeses aí estabelecidos, em vista da rota de comércio da margem direita do grande rio (figura 3).

Figura 3: Circuitos da produção/comercialização camponesa até meados do século XX.



Fonte: Santos (1980)

Organização: Arenilton Serrão, 2017.

O princípio comercial que predominava era o de crédito, sistema já empregado em outras regiões do Brasil colonial e que na Amazônia predomina a partir do século XIX, fortemente influenciado pela abertura da navegação dos rios, em 1855 (GOULART, 1968). O cientista Wallace (2004) se impressionou com tal sistema em suas viagens científicas pelos rios da região.

Não há assim penso, nenhuma outra região do mundo, onde prevaleça, como aqui, tão generalizado e tão inseguro sistema de crédito. Raramente aqui se encontram, quer o grande, quer o pequeno negociante, dos quais se possa dizer que dispõem de algum capital que seja seu. Em cada fase desse sistema de crédito não há a mais leve segurança, não há garantia de espécie alguma (p. 469).

Com a consolidação desse sistema comercial na Amazônia, em princípio, na forma simples, concretizou também aos grandes agentes comerciais - casa exportadora - casa de comércio e de aviamento, situados na maioria das vezes na grande metrópole Belém. Serviam de sustentáculo as empresas coletoras que em troca dos mantimentos, recebiam o pagamento em produtos. Essa modalidade de financiamento ficou conhecida como aviamento, espécie de crédito sem dinheiro (SANTOS, 1980).

Esse será o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha e dos períodos posteriores. Com o passar do tempo, o aviamento ultrapassou os limites iniciais fortalecido no extrativismo, reforçou-se também na agricultura, na pesca e nas relações de trocas entre os pequenos comerciantes e camponeses.

Importante salientar que esse sistema era marcado pelas incertezas, sem garantia alguma quanto o pagamento, o comerciante local ou regatão recorriam a algumas estratégias e repassavam diretamente esses custos aos camponeses, elevando gradativamente o preço das mercadorias, que em alguns casos, como denunciado por Lima (1975, p. 56) “era o fator mais deprimente da vida comercial amazônica, que não se agravava apenas pelas tiranias das distâncias, mas ainda por impiedosa oneração das faturas de gêneros de primeira necessidade”.

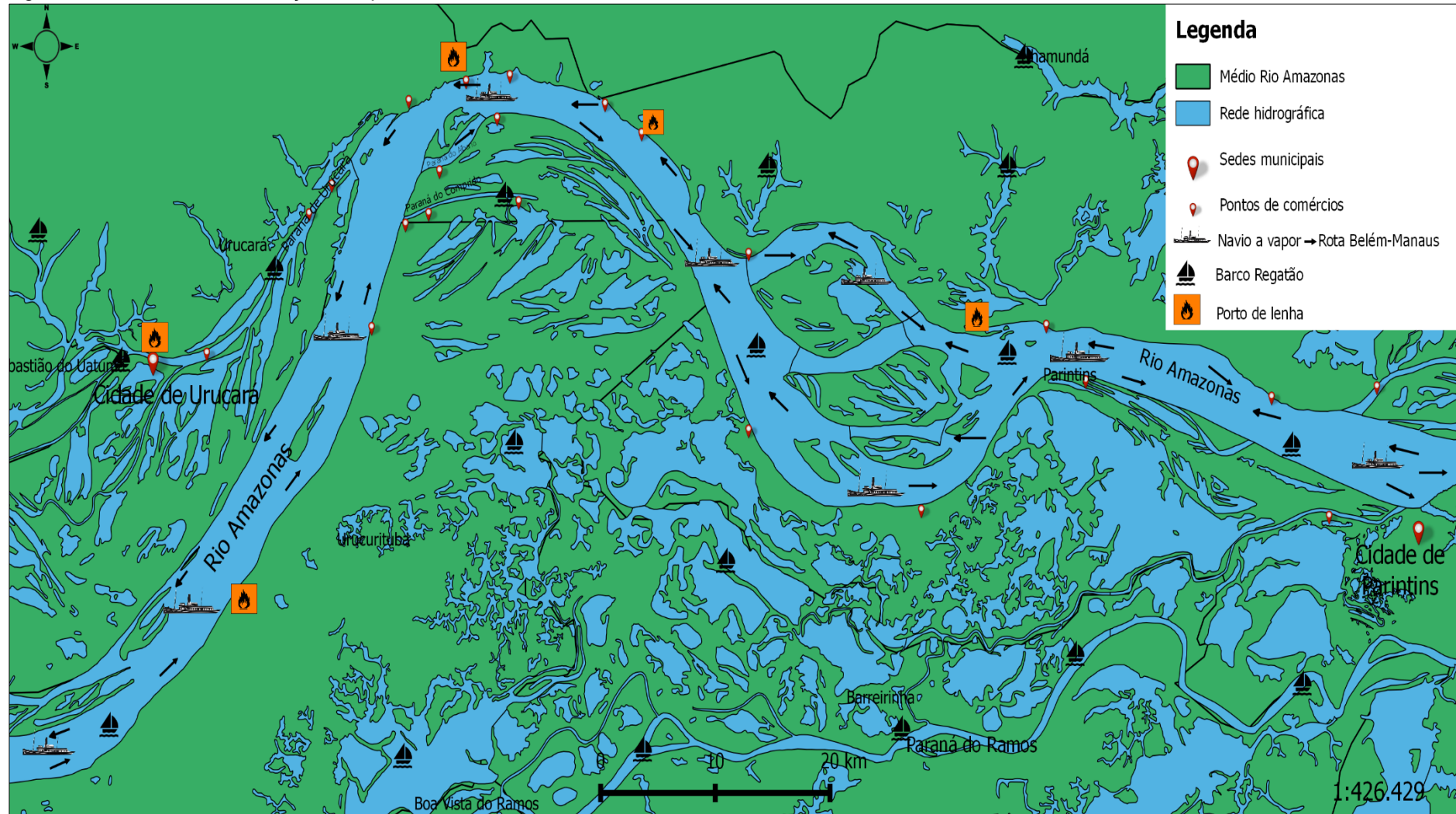
Os preços ofertados pela produção camponesa poderiam ser baixos, já a mercadoria fornecida pelo comerciante-patrão aos camponeses alcançava preços fabulosos e incríveis, representando quatro vezes o seu valor nas cidades das quais eram transportados. Geralmente, os poucos comércios existentes encontravam-se

em áreas estratégicas e de fácil acesso, mantinham pouca circulação de dinheiro e mercadoria, as formas que predominava eram as trocas comerciais, no sistema simples de produção mercantil.

O cacau nesse contexto histórico poderia ser a mais importante mercadoria produzida pelos camponeses nesse trecho do médio rio Amazonas, no entanto, para o comerciante-patrão, era apenas mais um componente da rede de comercialização, pois comprava de tudo um pouco, desde couros (jacaré, onça e capivara), pirarucu seco, juta e outros produtos extraídos, plantado ou pescado. Ligando as extremidades entre si, surgia o elo do aviamento e das relações camponesa com contextos mais amplos.

Segundo relato do camponês B. R. S (64 anos), os comerciantes que regateavam pelo rio Amazonas em suas embarcações movidas a vapor (figura 4), compravam produtos agrícolas e extrativos nos pequenos pontos de comércio, deixando também suas mercadorias. Em determinadas localidades ao longo do rio, abasteciam suas embarcações com lenha, item fundamental para a sequência a viagem, que na maioria das vezes durava dias.

Figura 4: Rede de comercialização camponesa no médio rio Amazonas até meados do século XX.



Fonte das Bases Cartográficas: IBAMA, 2010.

Organizador: Arenilton Serrão, 2017.

O sistema de abastecimento que abasteciam os comerciantes localizados nas várzea e terra firme do médio rio Amazonas não obedecia a nenhuma fórmula estratificada. Os comerciantes mais ricos costumavam receber suas mercadorias diretamente das casas aviadoras, localizadas em cidades como Belém e Manaus. Outros os faziam de comerciantes menores, instalados em cidades como Parintins e Santarém. O mesmo acontecia com os pontos de comércio localizados nas barrancas dos rios, paranás e igarapés, os mais ricos abasteciam seus armazéns diretamente dos navios a vapor (figura 5). Os comerciantes locais com menor capital recorriam a esses dois sujeitos (regatão ou comerciante rico), o que lhes proporcionava economia de tempo e dinheiro para a multiplicação do giro comercial, geralmente comercializavam com camponeses e indígenas, clientela pouco exigente.

Figura 5: Navio a vapor Barão de Cameté no médio rio Amazonas.



Fonte: Arquivo Pessoal de Thomas J Thomas, s/d.

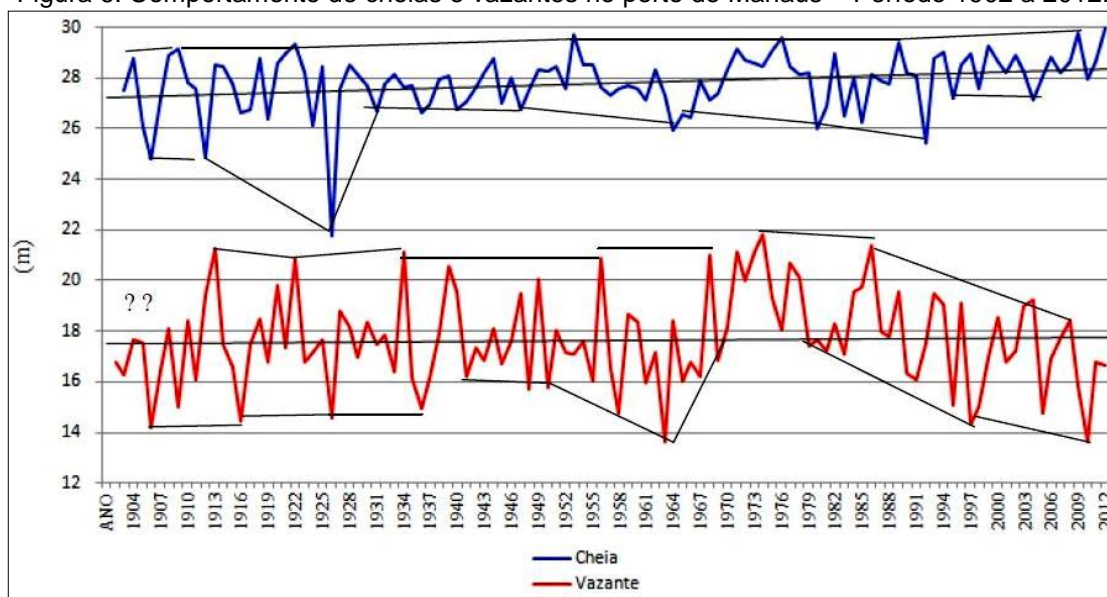
Segundo Santos (1980) esse sistema econômico que prevaleceu em boa parte da história amazônica só foi possível graças a algumas peculiaridades da região, tais como a base de recursos naturais espacialmente amplos e de difícil acesso; atraso das técnicas de produção; índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; a presença de lideranças mercantis locais e estrangeiras; acesso ao mercado externo monetarizado por agentes mercantis locais e demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área.

O cara entregava a mercadoria ao patrão, naquela época era muito bacana o negócio, o patrão financiava e aguentava tudo fiado a safra todinha, tudo no crédito, o cacau já estava pronto né, era só colher, todo ano dava mesmo, não falhava, pois era grande o cacual lá, as cheias não eram grandes, só de sete em sete ano que dava enchentes e não tinha muitas perdas (J. B. 52 anos. Camponês da comunidade Sol Nascente. Pesquisa de campo. Novembro de 2016).

Inseridos na lógica mercantil, os camponeses historicamente integrados através da produção do cacau aos mercados regionais e internacionais sentiram ainda que modestamente, as primeiras crises e instabilidade desse mercado. Alguns fatores internos e externos influenciaram na diminuição da produção do cacau nas várzeas urucaraenses, ocasionado principalmente pela queda gradativa dos preços.

Os fatores internos e de ordem natural também tiveram sua parcela de contribuição, as enchentes/cheias que assolaram boa parte dos rios amazônicos na segunda metade do século XX (figura 6) tiveram papel fundamental na diminuição das plantações e dos sítios agrícolas, através do fenômeno das terras caídas.

Figura 6: Comportamento de cheias e vazantes no porto de Manaus – Período 1902 a 2012.



Fonte: Administração do Porto de Manaus. Org. Alberto Carvalho, 2012.

Como mostrado no gráfico elaborado por Carvalho (2012) e corroborado pelos camponeses oriundos das localidades de várzea, entre as décadas de 1950 e 1970, ocorreram algumas das maiores enchentes/cheias registradas nesse século, e de fato isso mexeu com a economia do cacau, principalmente pelos prolongamentos na vazão dos rios, ocasionaram incontáveis prejuízos às plantações e criações, levando

a perda constante de propriedades pelo fenômeno das terras caídas⁹ na calha do Amazonas, em especial nas áreas produtoras do município de Urucará e Urucurituba.

O que acabou com o cacau, foi a água que matou, a água que destruiu, até que ele aguenta um bocado, mas com essa água aí, foi tudo se acabando e hoje só já é mato nesse beiradão aí, alguns pés que ainda tem por lá, mas é pouco. É triste a gente olhar esse beiradão e sentir como se nunca tivesse nada aí, a gente andava embaixo das plantações, era muito bonito, limpo, nessa mediação do jurupari pra baixo e pra cima tudo era cacual (M. B. 56 anos. Camponês da comunidade Jurupari. Pesquisa de campo. Novembro de 2016).

Fatores externos, adversidades econômica, política e natural, ocasionaram constantes crises nos preços e nas cotações do produto nas bolsas de valores. É impossível mencionar as dificuldades enfrentadas localmente, sem levar em consideração os contextos mais amplos de políticas e planos econômicos que interferiam diretamente na produção camponesa. Como mostrado no (quadro 1), inúmeras crises abateram sobre a trajetória econômica do cacau, sendo as mais importantes ocorridas no século XX.

Quadro 1: Fatores externos que influenciaram na produção do cacau no médio rio Amazonas

PERÍODOS HISTÓRICOS	FATORES CONDICIONANTES
1910 a 1929	Caracterizou-se pelos acréscimos constantes e sucessivos na produção brasileira, atingindo recordes como 78 mil toneladas em 1928/29.
1930 a 1941	Neste período deu-se a primeira grande crise do cacau em 1930, proveniente de uma queda brusca de preços nas commodities internacionais, entre elas, o cacau e seus derivados, devido à grande depressão que atingia a economia mundial como um todo (queda na Bolsa de Valores de Nova York).
1941 a 1946	Caracterizado pelo brusco declínio da produção mundial, devido à II Guerra Mundial. Baixos preços no mercado internacional e decréscimo no consumo mundial causado principalmente pela eliminação do mercado alemão e holandês. Assim, foram adotados preços máximos de compra e racionamento, provocando o fechamento das Bolsas de Cacau de Nova Iorque e de Londres.
1946 a 1960	Reabilitação da produção e do consumo mundial. Neste período detectaram-se variações extremas na produção por grande irregularidade nas condições climáticas e agravamento de enfermidade nas plantações denominada “podridão parda”. Um ano antes do término desse período, desagregou-se o processo produtivo em decorrência da queda dos preços no mercado mundial de cacau.

Fonte: Rodrigues (2006).

Organização: SERRÃO, A. M, 2017.

⁹Fenômeno conhecido na Geomorfologia Fluvial como “erosão lateral” e na Amazônia como terras caídas. Ocasionalmente segundo Carvalho (2012) por vários fatores, entre os quais pela pressão hidrodinâmica, pressão hidrostática, neotectônica, fatores climáticos: chuva e vento, a composição do material das margens e fatores humanos.

Em termos locais, a crise na produção do cacau se deu a partir da década de 1950, em decorrência principalmente da instabilidade hidrológica nos regimes de enchentes/cheias, culminando na grande enchente de 1973, quando parte dos cacauais que ainda restavam pereceram.

Importante salientarmos que até esse período, a maior parte da população que residia na zona rural do município de Uruará se encontrava nesse ambiente. A partir de então, surtos migratórios foram direcionados para a terra firme, visto que muitas famílias buscavam estabilidade, segurança e perenidade em seus cultivos, realidade que a várzea não oferecia mais. Partes desses camponeses migraram para o lago do Carará, lago do Marajatuba, lago do Marajazinho, lago do Amanari, lago do Castanhal, Sororoca, Paurá, para a cidade de Uruará e por fim, para as colônias agrícolas que estavam sendo criadas a partir da década de 1970, dando início à nova territorialidade camponesa nas terras firmes do município.

1.3 A Geografia do comerciante-patrão: exploração e subordinação do trabalho camponês

A década de 1950 representou surtos migratórios significativos de famílias camponesas para as terras firmes do município de Uruará, já destacamos alguns fatores, entre os quais, as instabilidades nos regimes hidrológicos e as constantes perdas de terras pelo fenômeno das terras caídas. No entanto, estaríamos sendo despretensiosos em atribuir apenas esses fatores, com a crescente valorização da juta e da pecuária, muitos camponeses ao inserirem nessa nova lógica produtiva, também sujeitaram seu bem mais precioso, a terra.

A partir da década 1960 as políticas de colonização instituída pelo governo federal para a Amazônia, incentivaram através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) os grandes latifúndios, as empresas capitalistas e a execução de megas-projetos para região, usada também, como escape espacial para os conflitos sociais não-solucionados (KOHLHEPP, 2002).

No médio rio Amazonas, os sujeitos sociais beneficiados por esse pacote de políticas nacional desenvolvimentista foram médios fazendeiros, os comerciantes-

patrão e a classe política¹⁰, figuras de influência política e econômica que imperavam pelas várzeas e terras firmes do município de Uruará.

Desde a década de 1950, com a chegada de novos sujeitos sociais nesse trecho do médio rio Amazonas, é introduzido aos camponeses um novo cultivo, uma nova lógica de produção e relação comercial, estamos nos referindo aos japoneses e a juta. Segundo Rodrigues *et al* (2015), já se encontravam desde a década de 1940 na embocadura leste do paraná do Albano e costa do Amazonas, na região hoje compreendem as respectivas comunidades: Lírio do Vale no Paraná do Albano e São Sebastião das Garças.

Com as sucessivas crises que abateram sobre a produção do cacau, muitas famílias camponesas viram na juta importante alternativa econômica e ao mesmo tempo, a permanência na várzea. Espécie de ciclo curto foi introduzida na região pelos japoneses e absorvida rapidamente pelos camponeses locais na década de 1950. Espécie nativa da Ásia, foi introduzida e adaptada pelos japoneses desde a década de 1930 nas várzeas do município de Parintins, ocorrendo na sequência a sua dispersão (HOMMA, 2014).

Não aprofundaremos sobre tais processos que ocasionaram a inserção ou produção de juta na Amazônia, apenas destacar que dependendo das demandas que são estabelecidas pelo capital comercial e financeiro, os camponeses rapidamente se adequam a essas novas demandas e dedicavam parte de seu tempo a essas atividades que lhes garantem renda e ao mesmo tempo, permitem sua inserção ao mercado. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Os camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008).

Além do mais, queremos mostrar as formas de exploração e subordinação pelos agentes monopolizadores do território aos quais esses sujeitos estavam submetidos. Como destacado por Cruz (2007), a década de 1950 é marcada por profundas transformações no sistema de produção e a instalação das primeiras

¹⁰ Na figura dos coronéis, sagrado como chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. No caso específico do médio rio Amazonas, alguns possuíam descendência estrangeira e outros nordestinos, por décadas esses sujeitos comandaram a política e os privilégios econômicos. O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política (FAORO, 2001).

unidades fabris de juta do estado do Amazonas. Por meio de isenção de impostos, são deslocadas as unidades fabris para próximo do centro produtor da fibra.

No cenário internacional dada a recuperação dos mercados asiáticos pós Segunda Guerra Mundial, o preço da juta se manteve instável, grande fornecedor mundial, a Índia, influenciava diretamente nos preços da produção camponesa na Amazônia (PINTO, 2010). Dependendo da oferta ou da procura que essa área produtora impunha ao mercado internacional, o preço da fibra local era pesadamente afetado.

Na Amazônia, em especial no médio rio Amazonas, com a consolidação dessa atividade nas várzeas, a lógica de produção era camponesa, onde os mesmos controlavam a força de trabalho, que dependendo do contexto, poderia ser familiar ou assalariada. Detinham também, os meios de produção - terra, objetos de trabalho, no entanto, subordinados a lógica da monopolização do território pelo capital, na qual os atravessadores e as indústrias ditavam os preços e controlava os fluxos e os padrões de produção, ocorrendo a extração da renda da terra (PAULINO, 2012).

No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar é está contido nos produtos (matéria-prima) que os camponeses colocam no mercado. Em outras palavras, sabemos que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas se apropriam deles, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nele contido (PAULINO, 2012, p. 110).

A restrição segundo a autora a uma única atividade (no caso camponês) potencializa a variável produtividade, por outro lado, maximiza o fator risco, principalmente ao pequeno produtor. As combinações de atividades são fundamentais para a manutenção da unidade familiar, visto que, as crises, as adversidades naturais, sociais e econômicas fazem parte da vida camponesa. Dependendo do grau de subordinação apenas a uma produção, como no caso da juta, muitas famílias camponesas passaram por algumas dificuldades ou prosperaram economicamente, como veremos a seguir.

Algumas famílias camponesas que habitavam as localidades acima mencionadas, não possuíam terras de trabalho, recorrendo ao sistema de parceria¹¹

¹¹Elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar permanentemente trabalhadores em sua propriedade. O camponês ao contratar o **parceiro** divide com ele custos e ganhos (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

ou arrendamento. Os japoneses que migraram para o município de Uruará graças ao sucesso da produção nas várzeas parintinense, transformaram-se em agentes comerciais que monopolizavam o processo não apenas da juta, mas de outros produtos agroextrativos, incorporando também, grandes áreas de terras, seja através de compra, recebimento de dívidas ou mesmo se apossando de terras de posseiros.

Do ponto de vista geográfico, a rede comercial nesse trecho do território do médio rio Amazonas era dispersa até meados da década de 1950. No entanto, com a introdução e dispersão da juta a partir da década de 1960, criou-se uma articulada rede de sujeitos comerciais, criando uma verdadeira Geografia dos comerciantes-patrão. Estabeleciam comércios exclusivamente em locais estratégicos ao longo do rio Amazonas, paraná de Uruará e rio Uatumã. A eles eram garantidos à posse da produção agroextrativos e das relações comerciais, fazendo com que, raramente os camponeses se dirigissem a cidade, seja para comprar gêneros de primeiras necessidades, atendimentos médicos, bancários ou religiosos, raras exceções, quando realmente se fazia necessário.

Segundo as palavras do camponês B. R. S (64 anos), um dos principais fatores relacionava a presença de gêneros de primeira necessidade que precisavam no dia a dia, sem a necessidade de ir à cidade comprá-lo. O mais interessante na época é que quem vinha atrás da produção camponesa era o comerciante, na figura do regatão e não o produtor, lógica que se investe nos dias de hoje.

Além dos comércios nas proximidades de suas casas, outro fator fundamental na relação campo-cidade da década de 1960, era a questão espaço-tempo, em um período em que as relações de rapidez não faziam parte daquele contexto de trocas. O principal instrumento técnico utilizado para vencer as distâncias geográficas era a canoa e o remo, instrumentos indispensáveis, tão importantes como o alimento de cada dia.

Era através de sua canoa que o camponês alcançava os mais longínquos lugares, desde a ida e vinda dos lagos de pesca, das trocas comerciais com o patrão, nas relações sociais que estabeleciam com seus parentes e vizinhos próximos, relação que no cotidiano eram marcadas pelo compadrio, pela ajuda mútua, pela ida e vinda da igreja, do campo de futebol, das festas religiosas, relações que eram fundamentais para definir o universo imediato da vida camponesa e suas relações básicas (CANDIDO, 2010).

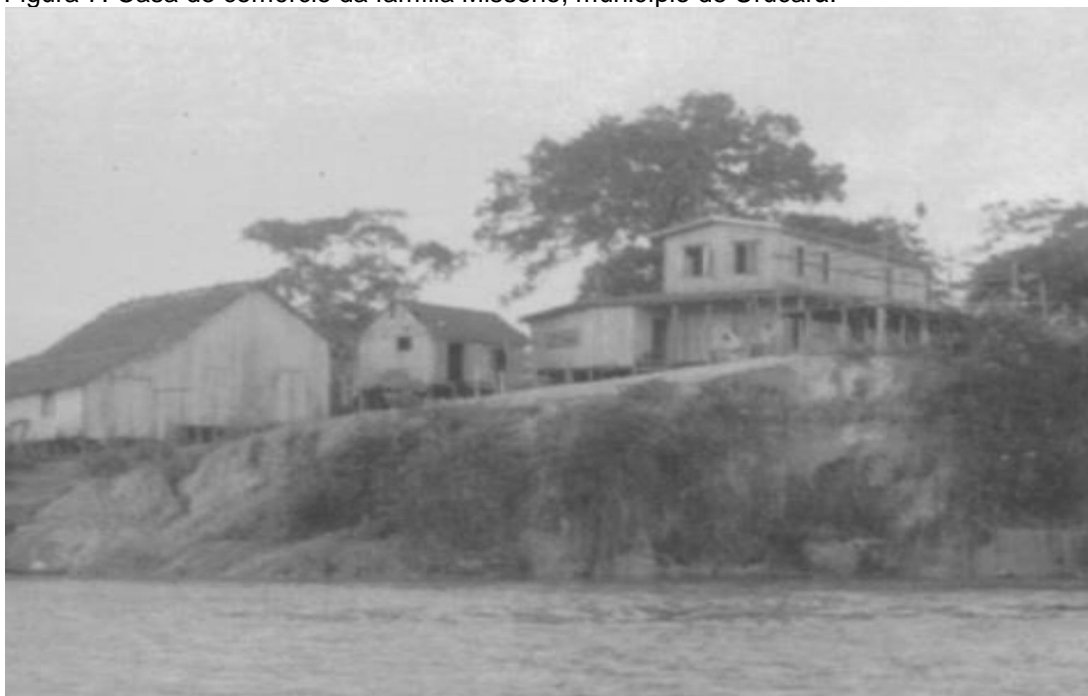
Até meados da década de 1950, a articulação entre produção camponesa *versus* o mercado era dispersa, ocorrendo de forma esporádica. No entanto, com crescente valorização da juta, criou-se uma articulada rede de agentes comerciais, se intensificando principalmente no final da década de 1960. Mantinham conexões com várias localidades ao longo do rio Amazonas, algumas cidades paraenses e principalmente, com a cidade de Parintins, graças à consolidação das indústrias de manufatura da fibra nesse município.

Segundo relatos do camponês¹² B. R. S (64 anos), na margem esquerda do rio Amazonas, em área de terra firme, existiu alguns pontos de comércio localizados desde a costa do Remanso (Parintins) até os últimos meandros dos rios Uatumã e Jatapú. O comércio de Antônio Maia, rico comerciante parintinense, sem sombra de dúvidas se enquadra nas características de um grande agente monopolizador da produção camponesa e de outros pequenos comércios localizados nas proximidades da costa do Remanso. Esse sujeito canalizava boa parte da produção da juta de outros produtos agroextrativos dos municípios de Uruará e Parintins, fornecendo em troca da matéria-prima, produtos manufaturados e de primeira necessidade.

À montante da costa do Remanso, adentrando ao município de Uruará, encontrava o comércio de Branco Rodrigues, localizado nas proximidades da comunidade do Paurá. Pelo perfil de comércio que tinha, era considerado um pequeno comerciante, pois parte de suas mercadorias eram adquiridas de outros agentes locais. Nas proximidades da atual comunidade do Sororoca, existia a Vila Jamila (figura 7), de propriedade do senhor Missoni, próspero comerciante japonês que chegará à região por volta de 1940 e detinha parte do monopólio da juta e de outros produtos dos camponeses localizados nesse trecho do território. Essa casa de comércio comprava produtos manufaturados diretamente dos navios a vapor que faziam a rota Manaus/Belém, a destacar o Manauense, Sobral Santos e o Barão de Cametá, embarcações que chegavam até a pequena cidade de Uruará.

¹²O contexto histórico das principais narrativas referentes à Geografia dos comerciantes-patrão nesse trecho do território se deu a partir dos ricos relatos do camponês Benedito Serrão (64 anos) e sua Esposa Darlinda Monteiro, moradores da Comunidade Paraíso, município de Uruará (Pesquisa de Campo. Novembro de 2016).

Figura 7: Casa de comércio da família Missono, município de Urucará.



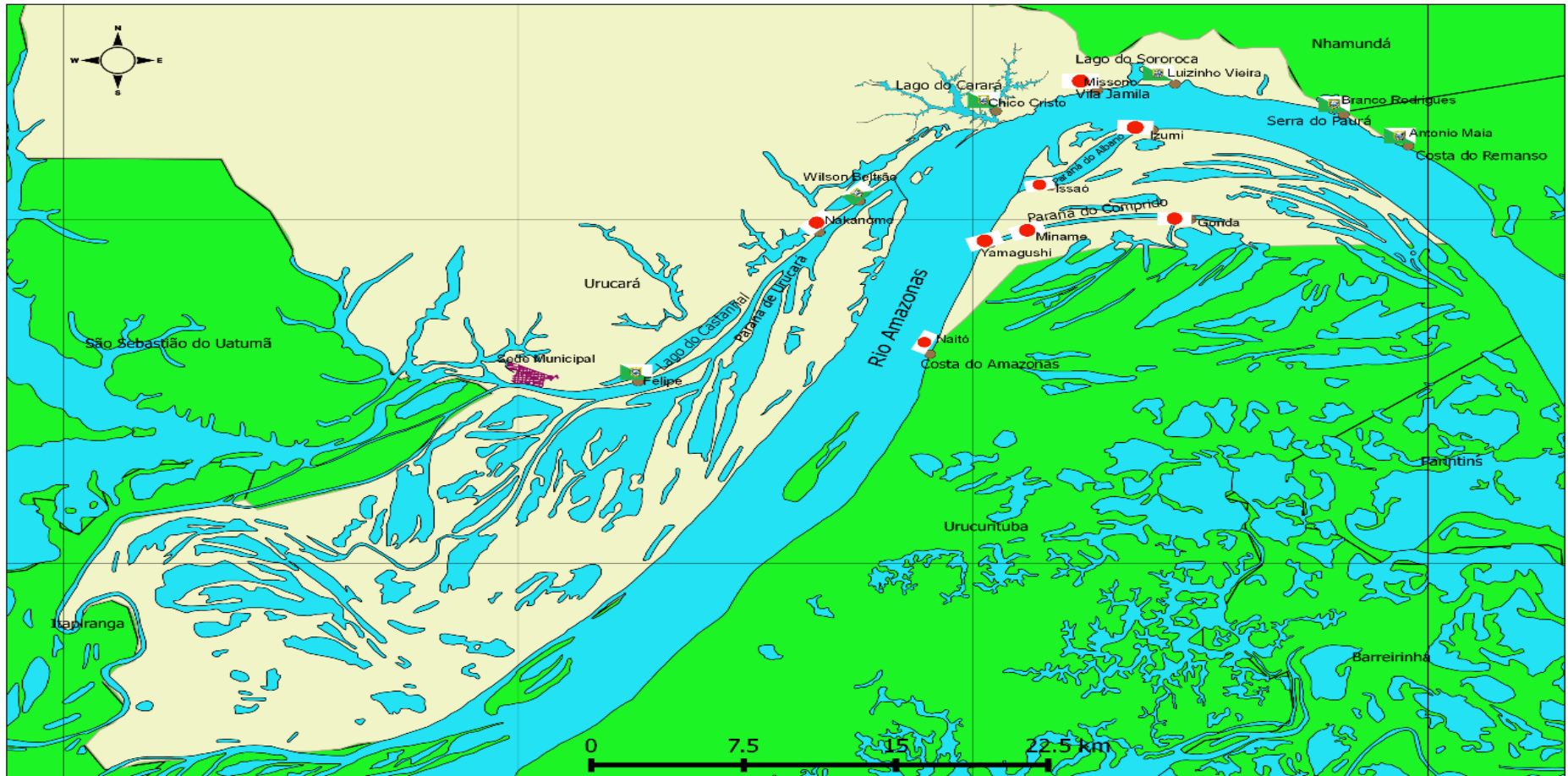
Fonte: Acervo Pessoal de Armando Massato Missono. s/d.

No lago do Carará, localizava o comércio do senhor Chico de Cristo, local onde se encontra hoje a atual Igreja Assembleia de Deus, além de comercializar produtos manufaturados, comprava parte da produção camponesa, a destacar o cacau e a juta.

Localizados geograficamente à margem direita do rio Amazonas, existia um forte predomínio de comerciantes japoneses. Sujeitos que estabeleceram propriedades em territórios estratégicos e de fácil acesso nas embocaduras do rio Amazonas, paranás do Albano, Comprido e Urucará, ideal para escoação da produção, recebimentos de mercadorias e compra da produção camponesa.

Alguns chegaram ao município para trabalhar com a juta e com o comércio. Vieram do município de Parintins, a destacar as famílias dos Yamagushi, os Miname, os Gonda, os Naitó, os Izumi, os Missono entre outros, evidenciando que o desenvolvimento dessa cultura se deu justamente com a chegada desses novos agentes sociais que em muito se diferenciava do camponês local, tanto economicamente, quanto culturalmente. Como mostrado na (figura 8), a territorialização japonesa na várzea e terra do município de Urucará alcançou importante desenvolvimento nas décadas de 1960/70.

Figura 8: Geografia dos comerciantes-patrão, município de Urucará, 1960/1970.



Legenda

- | | | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| ■ Municípios do Médio Amazonas | ■ Rede Hidrográfica | ● Comerciante-patrão japonês |
| ■ Município de Urucará | — Sede Municipal | ■ Comerciante-patrão regional |

Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2010.
Org: Arenilton Serrão, 2017.

Bases Cartográficas: IBGE, 2010.

Organizador: Serrão, A. M (2017) com bases em informações fornecidas pelos camponeses.

Em termos de comparação, os Yamagushi estabelecidos primordialmente nas várzeas do paraná do Comprido, ganharam muito dinheiro com o comércio e a venda da juta. A acumulação de capital e de lucro possibilitou a essa família a posse de inúmeros empreendimentos (comércios, propriedades, gado) e o controle acionário da fábrica de juta Caçapava, uma das grandes indústrias de beneficiamento da matéria-prima do estado do Amazonas, localizada no município de Parintins.

Os nipnicos aos poucos foram impondo o controle territorial e econômico, representava de alguma forma o capital, simbolizado na compra e venda da juta, nas linhas de créditos que de certa forma amarrava os camponeses a sua lógica.

Os japoneses dominaram o comércio na localidade, a começar pela costa do Amazonas, nos limites com o município de Urucurituba, paraná do Comprido, paraná do Albano, e na terra firme, desde os limites com o município de Parintins, a começar por Paur, Sororoca, Carará, paraná de Urucará e rio Uatumã (D. M. S, 64 anos. Camponesa moradora da comunidade Paraíso. Pesquisa de campo, novembro de 2016).

Diferentemente dos comerciantes regatões que visavam o intercâmbio comercial Belém/Manaus, os comerciantes japoneses que atuavam nesse trecho do território medioamazônico mantinham conexões diretamente com a cidade de Parintins. Algumas famílias japonesas que acumularam capital com o negócio da juta investiram principalmente na compra de terras (várzea e terra firme), destinadas à pecuária, atividade amplamente incentivada pelas políticas governamentais nas décadas de 1970/80.

Atuavam em rede de comércio que abarcava desde o pequeno produtor camponês, até as grandes indústrias de beneficiamento. Assim como todo empreendimento capitalista que visa o lucro, os comerciantes-patrão japoneses acumularam riquezas  custa do trabalho alheio, criando verdadeiros latifúndios em um ambiente onde a pobreza e a simplicidade reinava e a terra era o principal bem.

Não  difícil constatar as mazelas sociais em que vivia o camponês no médio rio Amazonas, tampouco sua terra de trabalho naquele contexto histórico e com grande reflexo nos dias atuais. Ficando visíveis as heranças deixadas pelos anos dourados da produção da juta no médio rio Amazonas, especialmente aos descendentes de antigas famílias japonesas, como mostrado na (figuras 9), exemplificando a posse territorial das várzeas para atividades agropecuárias.

Contradição ou não, essas foram às desigualdades criadas no âmbito das relações capitalista na Amazônia, geradoras de exploração e subordinação do trabalho camponês.

Figura 9: Propriedade de família japonesa na várzea do paraná de Urucará.



Fonte: SERRÃO, A. M. Trabalho de campo, setembro de 2017.

Alguns fatores permitiram que tais sistemas de relações econômicas fossem favoráveis aos agentes monopolizadores do território. O bloqueio estabelecido durante a Segunda Guerra Mundial criou uma conjuntura excepcionalmente favorável à produção regional da juta, com preços extremamente compensadores, estimulou um crescimento significativo das áreas plantadas e a abertura de novas áreas de cultivos nas várzeas (PINTO, 2010).

Em meados da década de 1950, a economia urucaraense girava exclusivamente em torno da produção agrícola, tendo a juta como carro chefe e complementado pelos produtos extrativos como o pau-rosa e a castanha, a produção agrícola municipal fechou 1956, totalizando Cr\$ 20 000 000,00, do qual, Cr\$ 9.037.907,00 era oriundo do comércio da fibra e os demais, de outras culturas (BRASIL, 1957).

Na várzea urucaraense, inúmeras famílias camponesas passaram a se dedicar a essa atividade, consorciando-a com a produção de alimentos. O principal agente financiador/credor era o Banco do Brasil, com sede em Parintins. Muitas

famílias se deslocavam até essa cidade para fazer o contrato e adquirir tal financiamento. No entanto, era difícil contrair empréstimos, como não possuíam o título de propriedade da terra em que trabalhavam, raramente tinham acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho, pois não ofereciam garantias ao banco pelo simples fato de serem posseiros¹³ (MARTINS, 1995).

Devido às burocracias criadas pelos bancos na hora do financiamento, poucos camponeses conseguiam adquirir tais incentivos, ficando mais viável recorrer ao comerciante-patrão, sujeito de prestígio, poder e terra. A eles eram concedidos empréstimos, repassando diretamente os custos na entrega da produção.

Este entrava com a mercadoria, implementos agrícolas (máquina de plantio) e sementes, no típico sistema de aviamento que já imperava desde o século XIX na Amazônia. Como o dinheiro dos empréstimos adquirido no banco mal dava para as primeiras etapas do plantio, os camponeses recorriam às series de estratégias que possibilitavam no final do ano entregar a produção e pagar as suas dívidas.

Vendendo a juta a preços sempre baixos e adquirindo mercadorias a preços superiores aos do mercado, o pequeno camponês via como saída, aumentar a produção, para isso tendo que intensificar o trabalho de todos os braços familiares disponíveis, ou complementando com a produção com trabalho acessório ou trabalho fora da unidade familiar (PINTO, 2010, p. 183).

Subordinando a sua lógica produtiva, o patrão, sem grande esforço se prevalecia da força de trabalho do camponês, extraindo-lhes a renda da terra com a compra de seus produtos, não pagando pelos seus dias de trabalhos.

Os agricultores trabalhavam muito e no final entregavam a juta ao patrão, alguns até tiravam saldo, mais aqueles que eram mais tapados (analfabetos), que não sabiam anotar, esses ficavam se nada. Meu padrao coitado, nunca tirava, e quando tirava, era pouquíssimo, sempre ficava devendo e tinha que trabalhar no próximo ano para pagar as dívidas. Eram explorados por não saberem ler e muitas vezes porque era a única atividade que poderia render um dinheirinho (M. D. G. C. 57 anos. Professora filha de camponesa. Pesquisa de campo. Agosto de 2016).

¹³ Entendido no Brasil como o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nem um documento reconhecido legalmente e reconhecido no cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum (MARTINS, 1995, p. 103).

A condição de vida dessas famílias dependia muito da manutenção do equilíbrio trabalho-consumo, no qual “El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores” (CHAYANOV, 1974, p. 81). Dependendo dessa disponibilidade de bocas para alimentar, algumas famílias constituídas de pouca mão de obra, plantavam em média quatro hectares de roçado de juta.

No entanto, em decorrência dos altos índices de natalidades da década de 1970, as famílias em sua maioria eram numerosas, possibilidades que poderiam criar condições para prosperidade financeira, a contratação de trabalhadores assalariados temporários, bem como o aumento das áreas cultivadas, chegando a alguns casos, como citado pelo camponês B. S (64 anos a dez) a 10 hectares de roçado.

Dependendo da disponibilidade da força de trabalho familiar e do tamanho das áreas plantadas, muitos camponeses recorriam ou não ao sistema de parceria, que na linguagem local se resumia na “sociedade”. Como afirmou o camponês J. M. S (64 anos), “no período de grande demanda e alto preço da juta, contratava-se trabalhadores temporários, pagando-os diárias, isso se dava em caos extremos, como grande enchente, por exemplo”. Havia também, a oferta de produção em troca da ajuda ou parceria, condição aplicada também a outras atividades, como no caso da pecuária, prática social comum no município de Parintins, especialmente na Costa do Boto (NASCIMENTO, 2016).

Quando estava tudo pronto, a gente dava de sociedade e também comprava a parte, a gente plantava, a gente capinava, só quando a cheia era muito grande que a gente dava. Primeira vez que plantamos, fizemos sete hectares, era muita juta, não demos conta de colher tudo, tivemos que pagar e dar de sociedade (B. R. S. 64 anos. Camponês morador da comunidade Paraíso. Pesquisa de campo, novembro de 2016).

Entendida teoricamente como “parceria”, a sociedade é mais um elemento da produção camponesa, decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; [...] “a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente o aumento de sua renda” (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

1.4 Crises da juta e a territorialização camponesa na terra firme

A partir da década de 1970, a produção local da juta apresenta seus primeiros sinais de declínio. Além de fatores naturais e econômicos, a produção regional, sentiu os efeitos da intensa divulgação das fibras sintéticas, que ofereciam sacos mais leves e baratos e com possibilidade de economia em escala (CRUZ, 2007). Os efeitos dessa crise foram amplamente sentidos pelo camponês nesse trecho do médio rio Amazonas, que tinha nesse produto importante alternativa de renda, trabalho e mercado.

Com o passar do tempo, uma nova atividade começou a ganhar importância nesse contexto de crise que se acentuou na década de 1980, fazendo com que as várzeas, antes território do cacau e da juta, desse espaço para a pecuária. O Estado tornou-se um importante aliado nessas novas políticas de incentivos aos pecuaristas e latifundiários, criando poucas alternativas para o camponês se firmar em alguma atividade agrícola.

O crescente processo de pecuarização transformou a várzea urucaraense em área de pastagem e conseqüentemente em garantias hipotecária para os bancos na contração de empréstimos, passando a configurar em algumas áreas, o processo de transformação da terra em mercadoria (PINTO, 2010). Diferente dos cultivos que poderiam ser facilmente perdidos com as enchentes/cheias, o gado era deslocado para a terra firme assim que os diques marginais (restingas) transbordavam.

A permanência dessa atividade segundo Ianni (1979), se ver fortalecida por medidas governamentais que tornava as terras devolutas, invadidas ou ocupadas por sítios e latifúndios, em propriedade privada, transformando-a em mercadoria no circuito de reprodução do capital.

Diante desse cenário de contradição, inerentes às políticas agrárias que privilegiaram a manutenção e a concentração de terras visando a pecuária, bem como os constantes problemas de ordem natural (enchentes/cheias, terras caídas), muitos camponeses são forçados e outros atraídos pelas ofertas de terras no processo de colonização agrícola no município de Urucará, dando origem no início da década de 1970 aos primeiros movimentos de cunhos sociais pela terra no Estado do Amazonas, itens que abordaremos no segundo capítulo da dissertação.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO MÉDIO RIO AMAZONAS

Há muitos anos, a sociedade brasileira aguarda a implementação ampla da reforma agrária prevista pelo Estatuto da Terra, razão suficiente para analisar o alcance do processo redistributivo da propriedade fundiária pelo seu inverso, ou seja, o processo de colonização de novas terras, o qual não supõe uma redefinição da propriedade fundiária, mas a incorporação de novas terras, devolutas ou públicas, ao processo de ocupação humana do território (SANTOS, 1995, p. 39).

2.1 Movimentos sociais e a luta pela terra no Brasil: algumas abordagens

No primeiro capítulo da dissertação, caracterizamos a condição de vida dos camponeses historicamente constituídos no território medioamazônico, situação que remetia à exploração por agentes mercantis, políticos e econômicos. No segundo capítulo, para compreendermos as origens do movimento social que culminou no processo de colonização ocorrido no município de Uruará a partir da década de 1970, enfatizaremos os acontecimentos internos e externos que marcaram a região a partir dessa década.

Entre os principais fatores que influenciaram os novos rumos da atividade camponesa no médio rio Amazonas, as políticas de colonização instituída pelos governos militares sem sombra de dúvidas foi uma delas. Pois além de acentuar as desigualdades sociais e territoriais, desencadeou inúmeros conflitos pela posse da terra em diversos trechos do território. Outro importante fator que contribuiu significativamente para o fortalecimento da luta camponesa se deu com a visibilidade que os movimentos sociais assumiram no Brasil e, com reflexo na Amazônia.

A década de 1960/70 culminou também com o novo papel que a igreja católica passou a desempenhar junto aos camponeses ribeirinhos e como consequência, fortalecendo o surgimento das primeiras CEBs, colônias agrícolas e do Centro de Treinamento Rural de Uruará (CETRU). Acontecimentos que marcaram os novos rumos do campesinato, em especial no município de Uruará.

Como foco principal desse capítulo é destacar a importância do movimento social camponês, relacionando-o com o processo de territorialização camponesa em terras devolutas do Estado através de colônias agrícolas. Entenderemos não como um acontecimento exclusivo no médio rio Amazonas, mas relacionado a uma conjuntura societária mais ampla. As origens dos movimentos sociais que eclodiram no Brasil ao longo de distintos períodos históricos, políticos e sociais se deram em meio a estrutura extremamente desigual e excludente. Apesar dos poucos registros em torno das lutas, eles nunca deixaram de existir, muito pelo contrário, sempre assumiram papel central no espaço agrário brasileiro.

Segundo as principais conceituações, os movimentos sociais são caracterizados por uma ação coletiva de um grupo organizado que luta por mudanças sociais por meio de um embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, no sistema econômico, no modo de produção, bem como nas reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos.

Do ponto de vista geográfico, os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas (FERNANDES, 2000). Ainda que, nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado como movimento social, pois ele existe quando são canalizadas forças coletivas por diferentes grupos para transformação das relações sociais, políticas e econômicas. A existência de movimentos sociais exige forte expressão de dimensão coletiva e quando estas condições não estão amadurecidas, há dificuldade para o surgimento deles (FABRINI, 2014).

O amadurecimento em termos de articulações com diferentes grupos sociais (estado, igreja, sindicatos e outros segmentos) é algo recente nos seios dos movimentos sociais no Brasil. Ao longo de distintos momentos históricos, políticos e econômicos, diversas manifestações com caráter popular surgiram e ao mesmo tempo desapareceram. Com pouca articulação entre os territórios, trocas de informações e experiências, sucumbiam aos ataques e repressões pelas forças econômicas e políticas, restando pouca expressão ou abrangência, ao ponto de existirem poucas memórias sociais desses movimentos, que muito tinham em comum, a luta contra as desigualdades, a miséria e o acesso à terra.

Em seu livro intitulado “História dos movimentos sociais no campo”, Medeiros (1989) destaca a dificuldade em recuperar a história das lutas dos trabalhadores do

campo, pois segundo a autora, trata-se de um percurso com poucos registros e na maioria das vezes, dispersos, fragmentados e contada pelos vencedores.

Apesar dos registros fragmentados em torno das lutas e dos movimentos sociais no campo brasileiro, eles nunca deixaram de existir. Em decorrência das grandes desigualdades sociais, econômicas e territoriais que marcaram distintos momentos históricos no Brasil (colonial, monárquico e republicano), os conflitos em torno da questão direito e posse da terra, assumiram papel central no espaço agrário brasileiro (FURTADO, 1989).

Inúmeras formas de resistências marcaram a trajetória popular no campo brasileiro. Organizados por distintos grupos sociais (escravos, indígenas, camponeses, quilombolas, caboclos e outros) tinham como principal objetivo, a luta pelo direito ao uso, acesso e a posse da terra. Mostrando que a concentração e o monopólio da terra tem sido umas das principais razões pela origem e surgimentos de conflitos no campo brasileiro (FABRINI, 2014).

Segundo Medeiros (1989), entre os escravos eram comuns as fugas para escapar da exploração e dos maus-tratos dos senhores, buscando alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos. Estabeleciam territórios suficientemente distantes para se protegerem das forças repressivas, mas próximas para tornar viáveis as trocas com o circuito comercial e produtivo escravista (MAESTRI, et al, 2008).

No século XVIII, na região das Minas Gerais e Goiás, eclodiram importantes movimentos de lutas e resistências camponesas. Suas reivindicações se davam em razão da exploração pelas elites aristocráticas e governamental, o pagamento de pesados impostos e outros privilégios. Contavam com a adesão das classes mais pobres e excluídas, como os indígenas e caboclos. Assim como muitos outros movimentos, foram duramente massacrados pelo governo e pelas elites locais (FIGUEIREDO, 2008).

Nas fronteiras do Sul do país, apesar dos poucos registros históricos, eclodiu alguns conflitos entre camponeses (lavradores-pastores) e grandes proprietários de terra, figuras oligárquicas que geralmente possuíam cargos militares e função administrativa para a colônia (OSÓRIO, 2008). Os conflitos segundo o Autor, não se resumiam apenas à expulsão de camponeses que ocupavam as terras, se tornava um negócio, no qual os espoliadores obtinham lucros monetários, obrigando os

posseiros a comprarem as terras que já ocupavam, ou impondo-lhes o pagamento de renda, em dinheiro ou em espécie (sobretudo trigo).

Longe dos olhos ou negligenciado pelo poder central, os movimentos de resistência as formas de espoliação e exploração surgiam e desapareciam ao mesmo tempo, pois o uso da violência, sempre se mostrou um eficaz instrumento de manutenção dos privilégios dos poderosos no campo.

No século XIX, período em que a monarquia portuguesa se instala no Brasil, importantes movimentos sociais eclodiram no campo em diversas regiões do país. De um lado, grandes proprietários de terra e escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros – sem direito à cidadania e acesso à terra, dominados e explorados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do Brasil (DIAS, 2008, p. 199).

Até o ano de 1850, a forma histórica de ocupação da terra no Brasil era a posse. A partir da Lei de Terras¹⁴, esta foi privatizada e sua aquisição passou a ser realizada mediante a compra, herança ou doações, mediadas em maior escala pelo Estado, assim também como os conflitos (GARCIA, 2014). A Lei de Terras acentuou ainda mais a concentração fundiária no país, visto que os camponeses, escravos, mestiços dificilmente teriam condições de comprá-las, ao contrário dos grandes latifundiários, acentuando ainda mais os conflitos e as mortes no campo.

Além disso, a presença do Estado não se dava de forma homogênea no território nacional, pois quem fazia e aplicava as próprias leis eram os senhores da terra, motivando ao longo do século XIX, eventuais motins. Entre os principais conflitos ocorridos nesse século, um em especial chama a atenção, o movimento dos cabanos (1835-1840), ocorrido na Amazônia.

Considerado por alguns historiadores como um movimento revolucionário de classe, assumiu em um curto período de tempo, o poder de algumas das mais importantes cidades do Brasil monárquico, Belém, além de vilas e povoados pelos rios da Amazônia (RICCI, 2013).

¹⁴A Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil (1822), a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro. Trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias (MOTTA, 2008).

Com forte adesão indígena, escravos negros e especialmente, mestiços contrários ao controle opressor do Estado, a Cabanagem foi um movimento composto em sua maioria por trabalhadores ligados a terra (agricultores, pecuaristas) ou destituídos dela, como coletores dos mais diversos produtos da floresta que serviam de abastecimento e subsistência em todo o interior da Amazônia e nas grandes cidades (RICCI, 2008).

Muitos desses sujeitos lutaram contra o despotismo e o mandonismo local, que funcionava com mão de ferro mediante duras políticas de recrutamento para as milícias ou para o trabalho em propriedades estatais ou régias. A Cabanagem significou a possibilidade de alterar todo esse cenário. No entanto, assim como muitos outros movimentos sociais aqui narrados, foram duramente repreendidos pelas forças econômicas e políticas, e sua derrota foi especialmente dolorosa para toda essa população (LIMA, 2016).

Além do caráter de classe apregoado pelo movimento cabano, encontram-se notícias de movimentos de caráter messiânico, ocorridos em diversos pontos do país, principalmente no final do século XIX. Ficou muito conhecido o grupo liderado por Antônio Conselheiro em Canudos, na Bahia e pelo monge José Maria, no Contestado.

Movimentos sociais que acabaram preocupando o “sossego” dos regimes vigentes, pois apregoavam igualdade entre os membros, buscando entre seus participantes o espírito cooperativo, a organização comunitária, o desenvolvimento da produção familiar e a garantia de sobrevivência para uma parcela pobre da população, muitas vezes formados por camponeses expropriados de suas terras (PEDON, 2009).

No processo de consolidação do Império brasileiro consagrou-se a força dos fazendeiros na determinação de quem poderia ser parte integrante do conjunto de lavradores de cada município. A ação de tomar posse, de se afirmar como posseiro imprimiu uma divisão nesta categoria social. Os que detinham o poder, atrelados à política e à justiça local, podiam ser identificados como os reais cultivadores, como posseiros desbravadores, cúmplices do enriquecimento da província. Os que apenas detinham sua força de trabalho e o desejo de ocupar terras devolutas eram identificados como invasores, nas ações diretas de expulsão e nos processos de embargo e despejo (MOTTA, 2008, p. 99).

O isolamento e a falta de articulação desses movimentos sociais acabaram não repercutindo para além dos limites locais, no entanto, apesar de não alterarem de

forma significativa as estruturas sociais que permeavam a realidade brasileira naquele momento histórico, lançaram valiosas sementes em torno das mobilizações coletivas, visando às articulações que permearam os movimentos ao longo do século XX.

Autores como Azevedo (1982), Queiroz (1973), Martins (1995), Camargo (1986) e Ricci (1999) evidenciaram que os camponeses só apareceram na cena política brasileira a partir da segunda metade do século XX. Ideia não compactuada por autores como Medeiros (1995), Welch (1999), Fernandes (2000), Rossetto (2003) e Machado (2004), que corroboram a ideia que a formação da classe camponesa se deu concomitante a formação da classe operária na segunda metade da República Velha (1889-1930).

Nas primeiras três décadas do século XX, o Brasil passava por transformação política e econômica, a crescente diversificação da economia rural e urbana ajudou na fragmentação da classe dominante e desmembrou seu projeto de guiar o Brasil no caminho de uma pura vocação agrícola (WELCH, 2009). As lutas entre as classes dominantes abriram canais para a mobilização popular, que embora fraca e pouco eficaz, sinalizaram para conquistar do território político e reivindicatório.

No período estabelecido pela historiografia como Era Vargas (1930-1945), não houve movimentos sociais rurais de grande magnitude, a não ser por alguns de caráter messiânico e outros dinamizados pela atuação do Partido Comunista Brasileiro (RIBEIRO, 2009). Isso não quer dizer que a luta pela terra tenha deixado de existir, muito pelo contrário, encontraram-se novas formas de organização, muito mais eficazes, que além de objetivar acesso à terra e a resolução de conflitos agrários, buscava formas de participar das políticas públicas e dos incentivos necessários para a sua reprodução de seus modos de vida.

Obviamente que muitos desses anseios ficaram apenas nos entraves burocráticos e legislativos, distanciando ainda mais em termos de direitos, os trabalhadores do campo aos da cidade. Esse último, através da sindicalização foi lhes garantidos ainda que minimamente, alguns direitos básicos, realidade não vivenciada pelo trabalhador do campo no período varguista (DEZEMONE, 2009).

Como evidenciado pelos autores que estudam a questão agrária no Brasil, é a partir das décadas de 1950 e 1960 que tem início uma intensa mobilização social no campo brasileiro. Na transição do governo de JK para o governo João Goulart, era claro o avanço dos movimentos sociais e a importância que passaram a assumir.

Os setores esquecidos do campo - verdadeiros órfãos da política populista - começam a se mobilizar. O pano de fundo dessas mobilizações encontra-se nas grandes mudanças estruturais ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964, caracterizadas pelo crescimento urbano e uma rápida industrialização (FAUSTO, 2001, p. 244).

Segundo Dezemone (2009), o aumento das mobilizações no campo nas décadas de 1950 e 1960 não pode ser atribuído somente ao “pano de fundo” das grandes transformações estruturais, socioeconômicas e de exclusão dos benefícios apregoados no Estado Novo, pois os mesmos não dão conta, isoladamente, das formas de luta e de resistência empreendidas pelos setores camponeses.

Os trabalhadores do campo sejam eles camponeses ou proletários da agroindústria, orquestrados na maioria das vezes por classes sociais distintas, entre os quais com maior destaque alguns partidos políticos e sindicatos, reforçava-se com isso, a passividade e a leniência, marcas históricas do que seriam não só o campesinato, mas as camadas populares brasileiras (DEZEMONE, 2009).

A consolidação do sindicalismo no campo brasileiro em meados do século XX encontrou dificuldades para enraizar as extensões dos direitos trabalhistas, território minado pela pluralidade de relações de poder e representação dos grandes proprietários de terra, entidades representativas e pelo estado burocrático. Naquele momento histórico, a concepção de que as associações civis, diferentemente dos sindicatos, não precisavam do reconhecimento do Estado, tornando-se assim mais adequadas para encaminhar as lutas camponesas (DEZEMONE, 2009).

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), popularmente conhecida como Liga Camponesa foi um importante movimento de estímulo a sindicalização do campo, considerado radical pelo governo e pelos latifundiários, poderiam influenciar os novos rumos do campesinato no Brasil (GRYNSZPAN, et al, 2007). Mobilização oriunda do Nordeste brasileiro, território de senhores de engenhos, grandes produtores de cana de açúcar e camponeses sitiados, também conhecidos como foreiros, sujeitos, que em determinado período do ano arrendava as terras desses grandes latifundiários, transformando-os em sítios agrícolas.

Com os altos preços do açúcar, pós Segunda Guerra Mundial, muitos camponeses foram expulsos desses territórios para dar lugar às grades plantações de cana (ANDRADE, 2009). Diante de toda essa problemática envolvendo esses

trabalhadores, fez necessário a organização e as intervenções de lutas de classe, através de associações, seus membros lutavam por interesses em comum, trazendo a tona, a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Embora ainda localizadas e dispersas, elas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política no transcorrer das décadas de 1950/60 (MEDEIROS, 1989).

A organização dos movimentos sociais agrários pode explicar em parte a ascensão dos conflitos entre distintos grupos sociais, especialmente entre latifúndios improdutivos e camponeses posseiros. Uma vez que a mobilização dos movimentos sociais agrários possui o caráter de “unificar para a luta por direitos, especialmente pelo direito à terra e, por extensão, ao trabalho, moradia, saúde, educação, enfim, a uma vida digna no campo” (SAUER et al, 2008, p. 57).

Vários novos conflitos eclodiram em diferentes pontos do país no decorrer dessa década, respondendo a diferentes questões, alguns deles conseguiram romper seu isolamento e ganharam repercussão nacional, dando substância à demanda por reforma agrária, que até então tinha sido postulada por alguns partidos políticos (figura 10).

Figura 10: Visibilidade dos movimentos sociais no Brasil nas décadas 1950/60.



Fonte: INCRA, 2015.

A década de 1960 foi marcada pela intensificação dos conflitos no campo, que se estenderam inclusive por regiões onde até então não tinham tido maior expressão, como no caso, a Amazônia, período que culmina com maior representação dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais (MEDEIROS, 1989). Segundo alguns autores, isso se deu principalmente pela maior visibilidade e consciência política que esses movimentos adquiriram nos governos de JK e João Goulart, se agravando principalmente com o golpe de 1964.

O agravamento dos conflitos agrários em todo território nacional, se deu principalmente pelo modelo agropecuário adotado pós-golpe de 1964, conhecido por alguns autores como modernização conservadora.¹⁵ No caso do Brasil, o processo de modernização conservadora da agropecuária nacional foi marcado por uma exclusão autoritária das classes sociais do acesso ao mercado, dinheiro, trabalho e terras (PIRES *et al*, 2009). Uma modernização que em nada alterou a estrutura fundiária, muito pelo contrário, acentuou ainda mais as desigualdades, a concentração de terras, os conflitos, a expropriação e a exclusão de camponeses em detrimento da manutenção dos privilégios das oligarquias no campo (AZEVEDO, 1982).

Os efeitos desse novo modelo, com forte inspiração cepalina¹⁶, impuseram aos países em desenvolvimento uma série de pacotes tecnológicos a fim de modernizar os diversos setores da economia, inclusive o campo. O principal instrumento político, usado para a adoção desse modelo se deu através do Estatuto da Terra, criado em 1964. Este, somado ao Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado anteriormente, poderia constituir um instrumento legal para a reforma agrária, dentro da justiça social sem o toque vermelho comunista (OLIVEIRA, 1994, p. 32).

Castelo Branco tentou apaziguar através do Estatuto da Terra, as reivindicações por reformas de bases, entre elas, a reforma agrária, mas ao mesmo tempo alinhando à política externa norte-americana, através da Aliança para o Progresso, “atuou com forte repressão aos movimentos sociais, sindicatos rurais e líderes de propostas de reestruturação fundiária” (LEITE, 1995, p. 139).

¹⁵ O termo foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais (PIRES *et al*, 2009).

¹⁶ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), criado pós Segunda Guerra Mundial para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, que em tese, propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano (COLISTETE, 2001).

Segundo Oliveira (1994), os militares esperavam frear a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra, foram eles próprios que, através de grandes projetos governamentais, acabaram estimulando os movimentos migratórios em direção à Amazônia, na busca da liberdade e da terra. Pois segundo o autor, aí reside um dos fatores fundamentais para se entender o processo generalizado de expansão de conflitos, sobretudo na Amazônia, “onde o governo estimulava com a SUDAM, os investimentos através dos grandes projetos agropecuários, e não abria possibilidade de acesso à terra para as grandes levas de imigrantes e camponeses já estabelecidos (OLIVEIRA, 1994, p. 34).

Diante desse cenário, a emergência de organização dos movimentos sociais se intensificou, articulando ao mesmo tempo, distintos territórios, sujeitos e classes sociais para fugir de uma concepção marxista ortodoxa de organização. Nasceram assim, segundo Fernandes (2005) os chamados novos movimentos sociais, movimentos que ultrapassaram as barreiras do localismo, transformando-se em socioterritoriais, pois tem o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência, assunto que detalharemos nas próximas seções, pois trataremos de um movimento social específico ocorrido no território medioamazônico, nos municípios de Uruará e Parintins, no estado do Amazonas no decorrer da década de 1970.

2.2 Da organização social pretérita às colônias agrícolas e Comunidades Eclesiais de Bases no médio rio Amazonas

Antes de entrarmos nas discussões acerca da fundação das colônias agrícolas e das Comunidades Eclesiais de Bases no território que compreende o município de Uruará, parte de Parintins e Itapiranga, é fundamental a compreensão das outras formas de organizações sociais existentes naquele contexto histórico.

A fundação do CETRU em 1972, sem sombra de dúvidas foi um marco na história política, econômica e geográfica do município de Uruará, representou o presente e o futuro das atuais formas de organizações sociais (colônias agrícolas, comunidades de bases), assunto que detalharemos nas próximas seções. Sua área de abrangência compreendia as terras firmes e alagadas, desde o território do Mocambo (município de Parintins) até o Rio Jatapú, a uma distância de aproximadamente de 130 km.

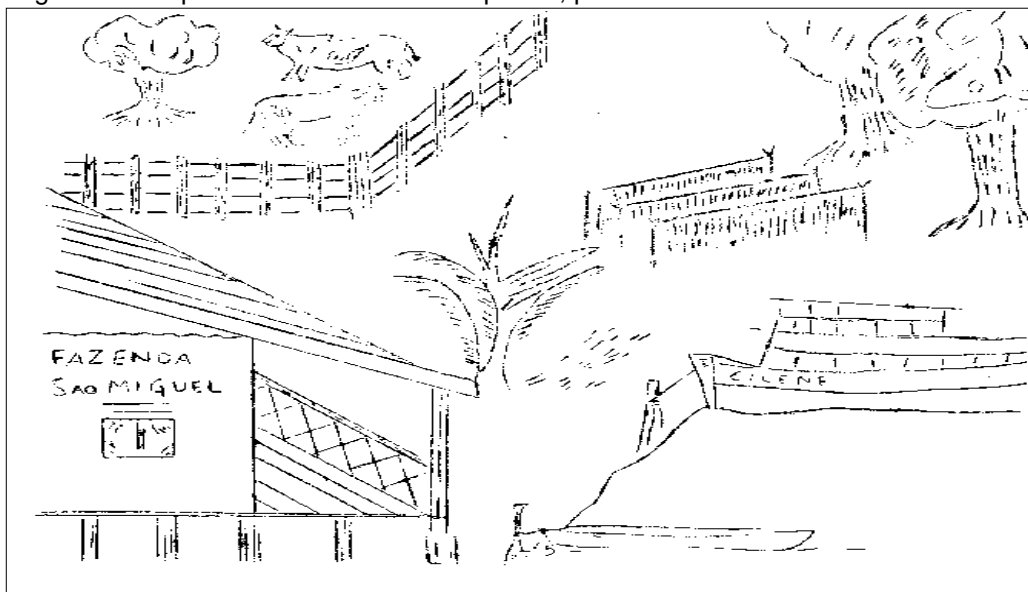
Colocou na terra firme a esperança de um povo, embora nunca tenha esquecido a importância das várzeas para os seus moradores. Sua importância para os camponeses foi muito além da questão desenvolvimentista apregoado pelo seu Estatuto de criação, o mais importante de tudo foi atenção dada aos mesmos, que pela concepção religiosa e geográfica viviam isolados, esquecidos, desorganizados e principalmente, explorados das elites econômicas, procurados apenas nos períodos eleitorais pelos políticos.

Em termos de Brasil na década de 1960, as políticas agrícolas (incentivos, técnicas e financeiras) direcionadas aos pequenos camponeses eram quase inexistentes, imagine aos “isolados” ribeirinhos da Amazônia, que também eram esquecidos pela tradicional igreja católica, pelas políticas públicas municipais, sem acesso à educação, saúde, assistência jurídica e outros serviços básicos.

Cerca de 80% da população do município encontrava no campo, vivendo de forma dispersa e desorganizada. Quanto às formas de organização social que temos hoje, praticamente não existia, apenas alguns pequenos povoados, muito conhecidos como vila, a destacar, Santana e São Sebastião no (rio Uatumã), Castanhal nas proximidades da sede municipal, Amanari e Carará. A várzea historicamente foi bem ocupada, principalmente com o auge da produção da juta, criando ao longo dos rios e paranás, povoada e vilas dispersas, ligando na maioria das vezes os seus moradores, pelo grau de parentesco.

As fazendas e os pontos de comércio também configuravam formas de organização social simples (figura 11), usadas pelos camponeses como pontos de referências e de relações comerciais. Pertencentes a sujeitos de posses e influência, era o local onde periodicamente se realizavam festas, serviam como ponto de comércio e em alguns casos, da vida religiosa.

Figura 11: Propriedade do comerciante-patrão, paraná de Urucará.



Fonte: Ilustrações de padre Augusto Gianola, sd.

Além das fazendas, outros pontos de referências eram a casa do curandeiro, do benzedeiro e de outras figuras que compunha a vida social nos beiradões do município de Urucará na década de 1960. As unidades camponesas eram organizadas de forma rústica¹⁷, de homens livres e independentes em suas produções técnicas, transformando os recursos da natureza de acordo com as suas necessidades. Confeccionavam a maior parte de seus utensílios domésticos e pessoais (panelas, copos, pratos, fornos, remos, canoas, potes, malhadeira, tarrafa, caniço, medicamentos, vestimentas), herdando da cultura indígena a maior parte desses atributos e conhecimentos.

Moravam relativamente isolados¹⁸ na margem do rio, na ponta de alguma praia ou na cabeceira de um lago, não respeitavam certos padrões que a vida comunitária exigia, seja no vestuário, ou no comportamento social. Seus filhos cresciam livres, sem horário, como livres eram os bichos criados ao seu redor. Produziam parte dos produtos que necessitavam, no entanto, dependiam do mercado para adquirirem produtos que a indústria se especializava, recorrendo ao dinheiro, trocas de trabalho ou aviamento para tal pagamento.

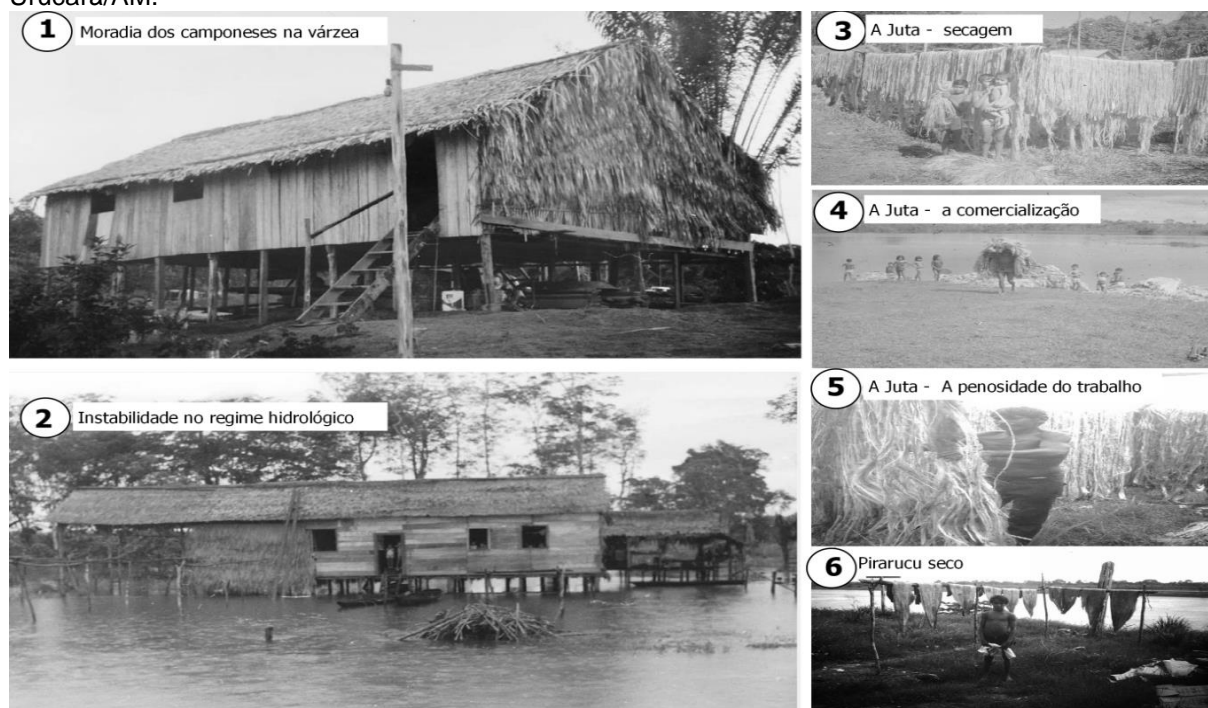
¹⁷O termo rústico é usado não como equivalente ao rural, ou de rude, tosco, embora os englobe. Rural exprime localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo (CANDIDO, 2010).

¹⁸ Isolados no sentido da vizinhança, pois moravam dispersos um dos outros. Em relação ao mercado e as trocas comerciais sempre estiveram interligados a uma economia interna e externa.

Por outro lado, eram explorados periodicamente pelo patrão, que era representado pela figura do comerciante, fazendeiro, agentes que monopolizavam a produção camponesa e usavam de tais estratégias para amarrá-lo a sua lógica, a forma de pagamento era uma delas, que basicamente não se dava em dinheiro, e sim em mercadoria.

A juta representou por um breve período o elo entre o camponês X mercado, sistema em que a subordinação camponesa atingiu seu maior pico de desigualdade social, diferenciando consideravelmente os sujeitos territorialmente envolvidos. Os agentes monopolizadores do território e da produção camponesa sempre davam um jeito para que este nunca tirasse saldo de uma safra para outra, salvo raras exceções. Usava dessas estratégias para que o camponês sempre trabalhasse para ele, a fim de saldar suas dívidas na próxima safra, algo que dificilmente acontecia (figura 12).

Figura 12: Condição de vida do camponês na várzea e a produção da juta no município de Urucará/AM.



Fonte: Arquivo Pessoal de Thomas J Thomas, s/d.

Segundo Oliveira (2007), o camponês ao se tornar produtor individual e com ampla integração com o mercado, está sujeito a inúmeras consequências, entre as quais o endividamento, em função dos baixos preços que recebe por seus produtos, e dos altos preços que tem que pagar pelas mercadorias industrializadas.

O isolamento em que viviam, era rompido pelos noticiários das rádios, não tinham muita consciência dos acontecimentos externos, das ideologias apregoadas pelo golpe militar, das políticas agrárias direcionadas para Amazônia, das migrações planejadas e espontâneas e de muitas outras notícias que implicariam de alguma forma em suas vidas. Os privilegiados pelas notícias localizavam na pequena cidade Urucará, restritas aos grupos políticos e religiosos.

A consciência política ou de classe raramente poderia ser encontrada nos seios das organizações sociais localizadas no campo medioamazônico, pautadas na simplicidade dos modos de vida, na manutenção da unidade familiar e em uma religiosidade que compensava espiritualmente a falta de bens materiais. No entanto, essa situação não os impediam de demonstrar suas insatisfações, angustias ou até mesmo incertezas quanto à precariedade do sistema de saúde, subordinação em relação aos patrões, as incertezas na natureza, que às vezes ofertava os frutos esperados, em outras tirava.

A chegada das principais lideranças católicas contribuiu significativamente para mudanças de pensamento na região. Baseado na fé, o povo toma consciência de sua dignidade e de seus direitos, dinamizando a vida social em busca de uma indefinida libertação, sobretudo no campo da saúde e da educação. A igreja católica por tanto tempo ausente, se fez presente com os clérigos que penetravam nos recantos mais isolados, em busca de conhecer a realidade dos sujeitos historicamente ignorados, de encontrar solução para seus problemas, de buscar principalmente o elo perdido do povo com a igreja.

As comunidades e as colônias agrícolas começaram a florescer em terras livres, longe da influência do fazendeiro, que em determinado período era patrão, padrinho e também o dono da capela, da vida religiosa e dos exemplos morais. Formaram-se as diretorias eleitas periodicamente e porque não, democraticamente, jogando as primeiras e verdadeiras sementes da libertação e da organização social.

As concepções católicas em forma de comunidades eram à base da nova organização, que contava ainda com uma simples escola, posto de saúde, clubes de reuniões, festas e também atividades voltadas para o esporte e outras formas de solidariedade e sociabilidade.

Essas novas concepções dos direitos e dos valores atribuídos aos camponeses do médio rio Amazonas despertou interesse e a cobiça dos políticos e da administração local. O povo começou a experimentar novas experiências e

alguns benefícios, tais como documentação, título eleitoral, escolas, posses definitivas de suas terras e entre outros benefícios inimagináveis para a época.

A nova noção de igreja imposta pelo Concílio Vaticano II, Conferência de Medellín, Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Bases contribuiu para conscientizar os camponeses da importância da luta, da liberdade e de todas as formas de opressões, doenças, ignorâncias, superstição e miséria. Os agentes pastorais eram considerados como mediadores pedagógicos dessas discussões sobre a política agropecuária excludente e a realidade vivenciada pelas famílias.

As tensões evidentes que se acentuaram, mas os camponeses aprenderam a se defender, criaram associações, cooperativas, junta de trabalhos, ajuda mútua, sindicatos dos trabalhadores rurais entre outras formas que os fortaleceram.

Em 1967, o Rio Amazonas apresentava sinais de variações nos ciclos das águas, sucessivas enchentes culminaram na grande enchente de 1974, as várzeas amazônicas demonstravam a sua instabilidade e muitas unidades camponesas foram destruídas, assim também como as criações, plantios permanentes, que desde a enchente de 1953, tinham voltados a aparecer.

Começou a se pensar em uma comunidade mais “firme”, mais unida, em que as crianças pudessem estudar e serem atendidos por serviços de saúde. Tudo isso serviu de incentivos para que muitas famílias camponesas que moravam nas várzeas, direcionassem para as terras firmes. E por fim, a monocultura da juta se mostrou negativa e precária, tanto pela dependência dos fatores naturais que nas décadas de 1950, 1960 e 1970 se mantiveram incertos, quanto pelo mercado nacional e internacional que mantinham instáveis à questão do preço, afetando pesadamente a produção local.

O mais afetado nessa cadeia de relações econômicas era o camponês, esse sim, com a saúde cada vez mais abalada pela penosidade do trabalho, pois exigia muito esforço e longos períodos debaixo d'água, sujeito a acidentes, cortes, ferradas e mordidas de animais aquáticos e peçonhentos, entres outros perigos da atividade. Eis a situação que muitas famílias camponesas enfrentavam antes do aparecimento das Comunidades Eclesiais de Bases, CETRU e colônias agrícolas.

2.3 Movimentos sociais e outras resistências camponesas no médio rio Amazonas

Para compreendermos as raízes históricas dos movimentos sociais que surgiram na Amazônia, em especial no médio rio Amazonas, foco da nossa pesquisa, é fundamental o entendimento histórico, geográfico, social e econômico em uma escala mais ampla, bem como a realidade vivenciada por camponeses territorialmente estabelecidos na várzea e terra firme dessa macrorregião amazônica. Situação que na maioria das vezes remetia à exploração por agentes mercantis, políticos e econômicos.

A emergência de uma reforma agrária ou a regularização fundiária, pulsante nos seios dos movimentos sociais de outras regiões do país, também chegara à Amazônia, especialmente pela colonização direcionada pós Golpe militar de 1964. Atraídos pela posse da terra e por incentivos financeiros oferecidos pelo poder central, grandes levadas migratórias de diferentes regiões do país trouxeram não apenas camponeses, mas também madeireiros, grileiros, garimpeiros, fazendeiros e muitos conflitos pelo uso e posse da terra (PORTO GONÇALVES, 2008).

Ao contrário de outras regiões do país, onde os latifúndios, herança histórica de colonização se sobressaiam em relação à pequena propriedade camponesa. Na Amazônia, em especial no médio rio Amazonas, essa nova realidade das grandes concentrações, foi algo intrínseco das políticas nacional-desenvolvimentista, vista como parte integrante de um projeto de “desenvolvimento” do campo brasileiro (FABRINI, 2014).

Na medida em que a propriedade territorial camponesa vai perdendo sua condição natural, para adquirir qualidades mercantis, converte-se em valor negociável, tornando-se mercadoria (GUIMARÃES, 1989). Diante desse contexto, as políticas governamentais e os planos de ações voltados para o setor agrário, não privilegiaram os anseios das classes sociais mais pobres, muito pelo contrário, privilegiaram os interesses dos médios fazendeiros, políticos (coronéis) e dos comerciantes-patrão, pessoas de posses e influência na vida e no cotidiano do camponês, seja, pela subordinação de trabalho, pelo monopólio da compra e venda da produção ou simplesmente pelos incentivos, que lhes permitiam a aquisição de novas terras, transformando-a em reserva de valor (FELICIANO, 2006).

A pecuária sem sombra de dúvidas foi atividade que mais ganhou força a partir das décadas de 1970/80 nesse trecho do território amazônico. A união entre esses dois ambientes (terra firme e várzea) contribuiu significativamente para o enfraquecimento da atividade camponesa, sobretudo nas áreas de inundação. Com o enfraquecimento comercial da juta, muitas áreas destinadas ao plantio dessa cultura, foram sendo incorporadas pelo comerciante-patrão e transformadas em área de pastagem, destinando-a para a criação de gado bovino e posteriormente, bubalino.

Diferente dos cultivos que poderiam ser facilmente perdidos com as enchentes/cheias, o gado era deslocado para a terra firme assim que os diques marginais (restingas) transbordavam. O mesmo acontecia quando as áreas de pastagens dos campos de terra firme, que em decorrência dos fortes verões amazônicos secavam, refletindo seriamente no rendimento físico dos animais, necessitando deslocá-los para a várzea. Uma relação de simbiose com os ecossistemas rapidamente incorporada pelos pecuaristas e camponeses, sujeitos que também possuíam pequenas criações e cultivos.

A permanência dessa atividade na terra firme se ver fortalecida por medidas governamentais que tornavam as terras devolutas, invadidas ou ocupadas por sítios e latifúndios, em propriedade privada, transformando-a em mercadoria no circuito de reprodução do capital (IANNI, 1979). Diante desse cenário de contradição, inerente às políticas agrárias, que priorizam a manutenção e a concentração fundiária, floresce em meio a um turbilhão de acontecimentos os primeiros movimentos de cunhos sociais no Estado do Amazonas.

Construído sob uma configuração particular, a Igreja Católica na representação de alguns padres e missionários, assumiram um papel central na organização e no fortalecimento da luta camponesa. Evidenciando que alguns projetos de colonização, no intuito de especializar os camponeses em fornecedores de alimentos para a exportação – borracha, cacau e guaraná já se materializam em algumas frações do território amazônico, especialmente no Estado do Pará (PINTO, 2010).

Assim como o Estatuto da Terra, que apresentava na sua essência um sentido ambíguo, no sentido de atender com políticas específicas o grande e o pequeno produtor. Para a Amazônia, essas políticas também tenderam para o mesmo caminho, pois, ao mesmo tempo em que atendia aos grandes

empreendimentos agropecuários, financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estimulava através de uma política de terra específica, projetos de colonização, que além de transferir problemas sociais de outras regiões do país para Amazônia, incentivava a produção agrícola local para atender à crescente demanda de alimentos para os grandes centros urbanos.

O estado devia promover a regularização fundiária das terras sob sua jurisdição a fim de permitir o acesso aos empreendimentos interessados em investir no setor agrícola, ao mesmo tempo delimitar as áreas agrícolas que deviam ser ocupadas pela pequena produção (PINTO, 2010, p. 189).

No Estado do Amazonas, poucos ou quase nenhum projeto de colonização estava em andamento, de modo que a inércia do Estado em torno das questões agrárias (reforma agrária ou regularização fundiária) vai ser rompida com as articulações de determinados movimentos sociais que estavam surgindo no médio rio Amazonas, especialmente nos municípios de Uruará e Parintins.

No caso em questão, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atuou de forma indireta nas políticas colonizatórias, visto que, as contrapartidas para esse processo, partiram de lideranças sociais, no caso, das prelaças, paróquias, associações, cooperativas, sindicatos e lideranças camponesas, que em suma, lutavam contra a subordinação, a exploração e a renda da terra (MARTINS, 1995).

A contrapartida para a regularização fundiária se deu por instituições do próprio Estado, no caso específico da Secretaria de Produção Rural (SEPROR) e pelo Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM). Este último, criado para gerir os assuntos fundiários do estado em um período político-ideológico específico, sua ação concentrava na regularização fundiária e no reconhecimento de posses, incursando também nos projetos de colonização fundiária (ONETI, 2010).

A criação desse instituto no estado do Amazonas, assim, como em outros estados do Brasil, se deu em decorrência dos inúmeros movimentos sociais que ganharam visibilidade pós década de 1960, tendo a terra, a posse ou os direitos por ela, suas principais pautas de lutas.

No caso em questão, não apenas pelas pressões estabelecidas pelos movimentos sociais que foram criadas devidas políticas agrícolas ou fundiária para o camponês amazonense. Algumas foram pensadas exclusivamente para frear o

êxodo rural, ocasionado principalmente pelo surgimento da Zona Franca de Manaus, no final da década de 1960. Com a crescente oferta de emprego, inúmeras famílias camponesas direcionaram para capital, aumentando ainda mais as disparidades econômicas, demográficas, sociais, políticas, culturais, e, sobretudo, o trabalho, baseado culturalmente no extrativismo (ONETI, 2010).

No caso específico da área de estudo, os territórios de maior ocupação humana eram as várzeas, situação que começou a mudar dado alguns eventos, entre eles naturais. Sucessivas enchentes/cheias (1953, 1973) forçaram muitas famílias ao deslocamento permanentemente para as áreas de terra firme, terras na maioria das vezes devolutas ou na posse de latifundiários (políticos, fazendeiros, comerciantes-patrão). Sem nenhuma titularidade que lhes garantissem direitos legais sobre essas propriedades, a não ser a territorialidade, com a crescente pecuarização, essas terras eram incorporadas através de compra ou de ocupação pelos fazendeiros, como mostrado na (figura 13), motivando eventuais conflitos.

Figura 13: A gênese das grandes propriedades rurais na terra firme do município de Uruará, em destaque a Fazenda Bom Destino.



Fonte: SERRÃO, A. M. Trabalho de campo, agosto de 2017.

A necessidade de organização desses camponeses era um fator crucial no cenário de grande instabilidade vivenciada pelo campo. Através da organização era possível lutar contra forças abruptamente desiguais pelo direito de posse de suas propriedades, assim também, contra outras formas de exploração. Classificado

segundo Scherer-Warren (1987) como novos movimentos sociais, surgem em meios a uma nova temporalidade e, principalmente pela contraposição às formas tradicionais de luta, organização social e política (FABRINI, 2008).

Movimento social originado nas raízes comunitárias permitiu a participação de distintos segmentos sociais (igreja, Estado, partidos), entre os quais, a igreja assumiu um papel central nas tomadas de decisões e nas filosofias impostas, caracterizando um movimento sem autonomia própria, tutelado pelas ações e decisões do Estado e de outras entidades, tipicamente enquadradas nas características dos novos movimentos sociais.

A década de 1960 foi marcada não apenas pelas conjunturas políticas e econômicas que se desenharam para os mais diversos setores sociais. A instituição igreja Católica motivada pela dureza de seus dogmas e preceitos, motivou uma profunda reforma, através do Concílio Vaticano II (1962-1965) que tiveram impactos substanciais nos novos rumos da igreja na América Latina, no Brasil e especialmente na Amazônia.

Três importantes segmentos ideológicos dominavam o pensamento social da igreja brasileira no contexto das reformas episcopais da década de 1960. A primeira ligava esta, a uma postura conservadora, avessa a qualquer tipo de transformação social e porta-voz da passividade, apoiava as ditaduras e a condução da elite, sejam eles em qualquer segmento. Uma segunda vertente de pensamento ligava a igreja aos ideais progressistas, criticava abertamente os efeitos perversos do capitalismo, a postura da igreja conservadora, a revolução proletária e o modelo de sociedade comunista. E por último, a igreja da libertação, representava uma crítica radical à atuação e hierarquia da igreja católica, do modo capitalista de produção, apoiando a lutas de classes ou condenando-as.

A distinção dessas distintas correntes existentes nos seios da igreja católica é muito importante, pois, é a partir delas que compreenderemos os caminhos trilhados pelas Prelazias e Dioceses que foram criadas e pensadas para a Amazônia nesse contexto histórico, especialmente no médio rio Amazonas. A partir desse entendimento analítico, foi possível constatar que pelos menos duas correntes predominavam nos primórdios das Prelazias de Parintins e Itacoatiara, uma tradicional conservadora e outras com ideias de renovação progressista e libertação.

Alguns padres que chegaram a Amazônia através do PIME para compor a prelazia de Parintins e que contribuíram significativamente para o processo de

colonização camponesa em terra firme possuíam princípios progressistas e libertários, entre eles padre Augusto Gianola (1930-1990), pertencente a um grupo de padres “modernos” e progressistas (NEGRI (s/d).

Natural de Laorca, município de Lecco, atual província italiana de Lombardia, foi ordenado sacerdote na catedral em Milão em 1953 e depois de muita insistência, conseguiu entrar para o Pontifício Instituto de Missões Estrangeiras (PIME), partindo de Genova com destino ao Brasil, especialmente a Amazônia, chegando em 1963 ao município de Parintins (figura 14).

Figura 14: Aluno da EFA CETRU e Padre Augusto Gianola, década de 1980.



Fonte: Pedroca. Arquivo pessoal, s/d.

Gianola entrou no sacerdócio em 1963 com um grande potencial e com ideias inovadoras para a tradicional estrutura da igreja e de alguns padres que atuavam na Amazônia. Imediatamente compreendido pelo bispo da Prelazia, Arcângelo Cerqua lhe confiou várias responsabilidades, marcando seus primeiros dez anos em Parintins (1963-1973) com resultados positivos no campo pastoral, admirados e louvados pelos amigos do PIME e principalmente pelos camponeses, sujeitos especialmente assistido, responsável pela condução e organização de dezenas de comunidades Eclesiais de Bases nos beiradões medioamazônico.

Por ser considerado "um homem e um sacerdote fora das regras", Gianola incomodou seus superiores, ao ponto de uma total ruptura com a prelazia de Parintins, fato ocorrido em 1973. Em uma de suas cartas, faz o seguinte relato: “a

frieza foi criada entre nós, Monsenhor Cerqua escolheu para sua prelação uma transição gradual para a novidade, silenciosa, até mesmo um pouco “restrita”, preocupada em preservar o que era bom na tradição”. Obviamente que o prelado estava se referindo a manutenção das velhas tradições católicas frente às novas correntes de pensamento que permeavam a igreja no contexto das reformas católicas, entre elas, a progressista e da libertação.

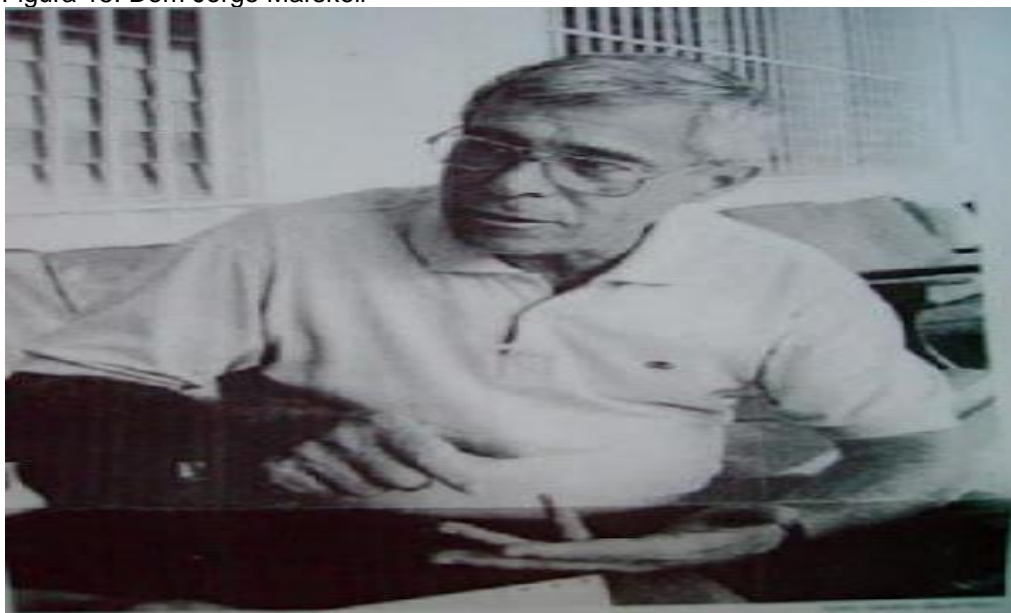
Apesar da ideia de libertação que apregoava aos camponeses, não via na revolução socialista que muitos movimentos sociais assumiram a saída para a liberdade, muito pelo contrário, a revolução que pensou para os camponeses da Amazônia, não seria com Marx, mas com o evangelho, assunto que esboçaremos nas seções seguintes.

Em relação à filosofia que permeava o pensamento social daqueles que assumiram a Prelazia de Itacoatiara em 1963, desmembrada da Arquidiocese de Manaus e confiada aos Padres da Sociedade de Scarboro para as Missões Estrangeiras, sediada no Canadá, a Teologia da libertação foi uma premissa básica assumida pela ordem. O discurso político-ideológico era de intervenção na realidade social das pessoas marginalizadas e exploradas, carregando uma relação de ambiguidade com o socialismo, pois ao mesmo tempo em que apoiava a luta libertadora, inclusive através da violência, outros, tinham posições mais brandas (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Entre as principais tendências políticas assumidas pelos padres e missionários canadenses era de contrariedade às políticas direcionada pelos militares para a Amazônia, principalmente porque afetava o pequeno produtor, expulsava camponeses de suas terras e incentiva a grilagem por empreendimentos externos, além de acentuar o desmatamento e os conflitos agrários.

Entre os principais expoentes da Teologia da libertação no Estado do Amazonas, podemos citar o bispo Jorge Marskell (1935-1998), importante personagem na luta e no apoio a causa camponesa (figura 15), relevante na atuação que prestou nos primórdios da Prelazia de Itacoatiara, apoiando inclusive na formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ambos em escala de Amazônia.

Figura 15: Dom Jorge Marskell



FONTE: NCPAM, 2008.

Nas ações que tiveram efeitos substanciais para o novo rumo do campesinato no médio rio Amazonas, especialmente para o município de Urucará, ajudou na formação das colônias agrícolas, na fundação do Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de outras entidades que atuavam a favor das Comunidades Eclesiais de Bases e dos colonos.

Através da Teologia da Libertação¹⁹, esses clérigos elegeram o pobre não como objeto de sua caridade, mas como portadores de transformações sociais, transformando a ação em uma missão cristã de luta por libertação. Libertação entendida como o fim da opressão econômica e política que atinge o povo, “entendida como a classe subalterna, explorada e miserável” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 61).

Nessa perspectiva, a questão agrária tem outra dimensão. É uma questão não porque impede o desenvolvimento do capitalismo, mas o desenvolvimento do homem. Isto é, brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano (MARTINS, 1989). Em outras palavras, a questão agrária não é apenas uma questão econômica e sim uma questão moral. Por ser uma questão moral é que vai se transformar numa questão política e vai levar ao confronto da Igreja com o Estado, particularmente após a década de 1960.

¹⁹A Teologia da Libertação – corrente de pensamento considerada de esquerda dentro da Igreja Católica, caracterizada por um forte embate político de suas mensagens, contrária às formas de opressão, exploração e subordinação das classes sociais mais pobres.

Apesar de todo envolvimento da igreja na questão política e emancipatória dos camponeses, é importante analisarmos outros fatores que levaram a isso. Essa indicação é importante para uma compreensão correta do fato, pois muitos acreditam que tal envolvimento é decorrência de uma progressiva explicitação do que tem sido chamado de “opção preferencial pelos pobres” (MARTINS, 1989).

No entanto, outros fatores estavam em jogo, entre eles as lealdades religiosas, principalmente pelas crescentes seitas religiosas que proliferaram nas décadas de 1950/60, incluindo um elemento de disputa entre a igreja católica e as igrejas protestantes, isso em escala nacional.

Até porque as seitas pentecostais, que proliferaram nos anos cinquenta, respondiam adaptativamente às necessidades novas do migrante recém-chegado e se empenhavam deliberadamente na conquista das almas recém-evadidas e libertadas do curral político (e também religioso) do mundo rural (MARTINS, 1989, p. 30).

No médio rio Amazonas, em especial nos municípios de Urucará, Parintins, Itapiranga e Boa Vista do Ramos da década de 1960, diferentes congregações protestantes fincaram bases de suas igrejas. Apesar de toda religiosidade pautada no catolicismo, que representava mais de 90% de suas populações, essas igrejas foram razões de eventuais preocupações pelas recém-criadas Prelazias de Parintins (1955) e Itacoatiara (1963).

Em meados da década de 1960, com a chegada de uma família norte-americana, é fundada a Igreja de Cristo na cidade de Urucará.

A princípio iríamos para Boa Vista do Ramos, tínhamos outros 5 municípios para escolher, no entanto, meu pai escolheu Urucará. A princípio não entendia o porquê, imaginava que Itapiranga seria mais estratégico, mais o meu pai escolheu Urucará, acho que era porque não tinha Igreja de Cristo aqui, pois em Itapiranga, já existia a igreja Batista e para não ter conflitos viemos para cá. (T. C. Família fundadora da Igreja de Cristo em Urucará. Pesquisa de campo. Novembro de 2016).

Com a chegada do protestantismo²⁰ no município, é colocada em xeque toda estrutura secular de imposição religiosa, política e econômica. Os fiéis agora tinham outra alternativa religiosa, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica vinha perdendo influências e fiéis, algo que começou a mudar após as reformas através do Concílio

²⁰ Doutrinas religiosas que durante as Reformas religiosas do século XVI se separaram da igreja Católica romana, se diferenciando em alguns aspectos, como: não adoração de imagens, oposição ao celibato, questionamento da autoridade do Papa.

Vaticano II, Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Bases e outras, assunto que abordaremos nas próximas seções.

A dinâmica religiosa, é que fomos a primeira religião não católica de Itacoatiara e Parintins, o que isso a animou Urucará, animou porque imediatamente mandaram notícia para Itacoatiara e eles mandaram não um, mais dois dos melhores padres, Padre Jorge e padre Miguel, pois até então, a vinda de padres era esporádica nos municípios de Urucará, Itapiranga e Silves (T. C. Família fundadora da Igreja de Cristo em Urucará. Pesquisa de campo. Novembro de 2016).

Evidente que essas novas conjunturas religiosas, apesar de mínima, influenciaram nos novos desdobramentos que a igreja católica vinha pensando para a região, em especial para as áreas de abrangência de suas Prelazias e Dioceses. Como mencionamos anteriormente, outros fatores políticos, sociais, demográficos, históricos, econômicos e religiosos, condicionados pelas reformas religiosas marcaram os rumos e as ações em prol das camadas menos favorecidas e por tanto tempo esquecida, entre os quais os camponeses no campo e os operários na cidade.

Segundo Costa et al (2010), na América Latina, os ecos conciliares do Concílio Vaticano II²¹ soaram através da Conferência Episcopal de Medellín (1968), onde a Igreja latino-americana teria consolidado sua “opção preferencial pelos pobres” a partir de uma teologia voltada para a realidade do continente configurada por uma expressiva desigualdade social proporcionada pelo sistema capitalista que por aqui se desenvolveu.

Na Amazônia, em especial no médio rio Amazonas, as desigualdades no campo sempre fizeram parte do cotidiano de seus moradores, historicamente subordinados a figuras oligárquicas, econômicas e políticas. Situação que se agravou principalmente com as políticas desenvolvimentistas dos governos militares, que privilegiou determinados segmentos sociais, em detrimento do esquecimento das classes menos favorecidas.

Esse modelo de catolicismo preocupado com os problemas sócio-políticos deu legitimidade a uma nova forma de organização. Esta era pautada na formação

²¹ O Concílio Vaticano II (1962 - 65) foi o acontecimento que, a nível mundial, desencadeou uma leva de renovações eclesiais e eclesiásticas, abrindo as portas da Igreja de Roma às questões da modernidade e proporcionando o desencadear de novas formas de eclesialidades a partir da realidade das igrejas particulares (BEOZZO, 1993, p.07).

de “Comunidades Eclesiais de Base”, cuja atuação propiciou a proliferação e consolidação das propostas da teologia da libertação (COSTA et al, 2010, p. 36).

No Brasil, principal expoente da igreja dos pobres na América Latina, vários foram os leigos, religiosos, padres, bispos e teólogos que assimilaram o novo discurso católico e aderiram a esse projeto, seja na organização de CEBs pelos confins do país, seja na articulação de sindicatos e movimentos sociais, ou mesmo na produção de uma vasta literatura militante sobre a Teologia da Libertação (COSTA et al, 2010, p. 36).

Evidenciando segundo Shanin (2008) que a existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pela mudança da natureza de regimes políticos, religiosos....

No caso específico da nossa área de estudo, a camada social privilegiada por esse novo pensamento social da Igreja da Libertação, foram os camponeses que viviam dispersos nas várzeas e terras firmes. No entanto, a Teologia da Libertação não ganharia força e adeptos se não fosse pela contribuição inestimável de padres e missionários estrangeiros que vieram para essa região na década de 1960 para compor as recém-criadas Prelazias de Parintins (1955) e Itacoatiara (1963).

A atuação de padres e missionários estrangeiros foi muito forte nesse trecho do rio Amazonas, em detrimento das missões que partiram de diversos países desenvolvidos, principalmente ao longo da segunda metade do século XX. Da Itália, através do Pontifício Instituto das Missões – PIME²² foram direcionados os primeiros padres e missionários para atuarem na prelazia de Parintins, criada em 1955.

A criação da Prelazia de Itacoatiara se deu em 1963, abrangendo os municípios de Silves, Itapiranga, Urucurituba e Uruará. Os primeiros anos da Prelazia foram marcados por atenção especial ao evangelho e assistencialismo, celebrando convênios com o governo do Estado do Amazonas e com as Prefeituras para cuidar da saúde e educação, em toda a área da Prelazia (CERETTA, 2014).

Provavelmente, representavam setores da igreja sensíveis aos problemas sociais do camponês amazônico. No entanto, em nada adiantaria levar um discurso libertador, sem que houvesse uma organização e união de diversos setores da sociedade (sindicatos, associações, Comunidades Eclesiais de Bases, partidos

²²O Pontifício Instituto das Missões Exteriores – PIME – é uma comunidade internacional de sacerdotes e leigos originário de Milão, na Itália. Está presente hoje em 18 países, nos cinco continentes. No Brasil chegou em 1946, em Manaus (1948), deslocando-se no mesmo ano para a região do baixo Amazonas, em Maués e depois Parintins, criando uma Prelazia em 1955 e a Diocese em 1981.

políticos) e principalmente, de uma instituição que coordenasse e articulasse as ações juntamente aos setores estatais, engajado de uma forma ou de outra, despertar a consciência política e social desses sujeitos sociais (BURDICK, 1996).

Através das articulações que foram criadas, lideranças religiosas e camponesas se engajaram para despertar a sensibilização política e social dos sujeitos dispersos pelos barrancos, vilas, cabeceiras de rios, lagos e igarapés do médio rio Amazonas, especialmente nos territórios desde o Mocambo (Parintins), até os confins dos rios Jatapú e Uatumã (Urucará).

Em 1963, com a criação da Paróquia de Urucará, subordinada a Prelazia de Itacoatiara, chegaram os primeiros padres para atuarem de forma permanente ao município. Ao verificarem a condição de vida dos trabalhadores do campo, que em sua maioria, viviam e trabalhavam nas várzeas, especialmente com a juta, sujeitos a diversas formas de exploração (econômica, política e social), começou a se pensar na organização desses sujeitos em comunidades e posteriormente, em colônias agrícolas.

Para tais empreendimentos, sobretudo, aos que ocupariam as colônias agrícolas, a titulação de suas terras era uma condição essencial para o mínimo de dignidade e segurança a essas famílias. Diante dessa emergência, era necessária a criação de uma instituição que intermediasse as ações dos movimentos sociais juntamente aos órgãos governamentais e outras entidades de apoio, na maioria das vezes ligadas às igrejas localizadas em países desenvolvidos, em janeiro de 1972 é criado o Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), instituição de administração mista²³ diretamente envolvida com a causa camponesa e com o projeto de colonização em solo amazonense.

2.4 Geografia das colônias agrícolas no médio rio Amazonas

Historicamente no Brasil, as políticas públicas voltadas para o homem do campo nunca estiveram nas prioridades governamentais. A conquista pelo direito a terra, educação, apoio institucional e financeiro só foram possíveis através de muitas lutas e resistências dos milhares de camponeses distribuídos geograficamente pelo território nacional. Pela primeira vez na história, os movimentos sociais que lutavam

²³Ao longo de 28 anos de funcionamento (1972-2000), padres, missionários, lideranças governamentais, políticas, estudantil e camponesa assumiram a liderança da instituição.

pelo direito a propriedade conquistaram tamanha proporção, forçando um posicionamento das forças que há séculos comandam os sistemas econômicos, políticos e institucional.

Para o entendimento da questão agrária no médio rio Amazonas decorrente da segunda metade do século XX, e como pano de fundo, o surgimento das colônias agrícolas nesse trecho do território, a compreensão das instituições criadas para tais propósitos, sejam elas civis ou governamentais é de fundamental importância. Apesar da pouca influência que tiveram no processo de colonização da nossa área de estudo, de alguma forma, não poderíamos deixar de citá-las, pois serviram de modelo para que tal ação, de fato, fosse implantada.

Criada na maioria das vezes para enfraquecer os movimentos sociais que ganharam visibilidades no decorrer da década de 1960 em âmbito de Brasil, o governo usou de diversos artifícios para amenizar os conflitos pela terra. Pois a tão sonhada Reforma Agrária, palco de muitas lutas ao longo de distintos momentos históricos seria superada pelo progresso econômico, pelos subsídios e incentivos fiscais, pela transformação do camponês em trabalhador assalariado e principalmente, pela transformação dos latifúndios em empresas rurais (FELICIANO, 2006).

Infelizmente isso não aconteceu, e os efeitos dessas políticas foram e continuam sendo sentidas até os dias atuais, os latifúndios através dos incentivos recebidos, tornaram-se empresas de fato, o mesmo não aconteceu com outras classes de trabalhadores do campo. E o resultado, o mais perverso possível, milhares de camponeses expropriados de suas terras, conflitos com povos indígenas, comunidades quilombolas e a reforma agrária foi ficando apenas no campo do discurso.

Dois importantes mecanismos institucionais foram criados para mediar e ao mesmo tempo enfraquecer os clamores da reforma agrária apregoado no Estatuto da Terra nos primórdios do Regime Militar (1964-1985). O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), tradicionalmente comandada pelo patronato rural (PINTO, 1995).

O IBRA, instituição responsável diretamente pela desconcentração da propriedade da terra, ao invés de dirigirem-se no sentido de ações concretas, ou seja, “projetos efetivos de reforma agrária, através da desapropriação e demais instrumentos previstos na lei, concentraram-se na realização de levantamentos de

dados, principalmente através do cadastramento de imóveis, e sua análise” (PINTO, 1995, p. 69).

Em julho de 1970, com a extinção do IBRA e o INDA através do Decreto presidencial-Lei nº 1.100, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na nova sigla da reforma agrária, a opção governamental focou através do INCRA, na colonização direcionada. Os territórios localizados a oeste, terras de posseiros, indígenas e quilombolas nunca mais seriam os mesmos, a marcha dos conflitos, da especulação fundiária, da grilagem e da morte caminharam a passos largos para Amazônia.

O Estado, por sua vez, tem ficado com a tarefa de buscar conter as tensões sociais e, nesse processo, tem feito dos projetos de colonização “válvula de escape” das áreas de tensão social. Assim, tem sido historicamente a “Marcha para o Oeste” e a colonização na fronteira (OLIVEIRA, 2001, p. 143).

A reforma agrária simplesmente foi substituída por programas que tiveram impactos substanciais nas políticas agrárias e colonizatórias, colocando as terras da Amazônia como estratégicas na amenização dos conflitos agrários de outras regiões. Destacaremos especialmente o Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970 com o propósito de ocupar parte da Amazônia cortada pela rodovia Transamazônica e através dela, a implantação de projetos de colonização (PINTO, 1995).

A implantação desses projetos de assentamento e colonização se deu em terras devolutas transcritas em nome da União Federal, através de procedimentos sumários de arrecadação ou de discriminação administrativa, na forma da lei. A priori, pensados para atender camponeses com baixo poder aquisitivo, de todos os estados migraram famílias trabalhadoras, gaúchas, catarinenses, paranaenses, capixabas e do Nordeste, principalmente do Maranhão (BRASIL, 2015). No entanto, com o passar dos anos, essas políticas foram direcionadas aos que possuíam condições de estabelecer uma relação econômica ligadas a grandes projetos agropecuários.

Muitos desses projetos de colonização ficaram restrito aos estados cortados pela rodovia transamazônica, a exemplo do estado do Pará, Rondônia, Acre e especialmente o sul do Amazonas (figura 16), região onde se construíram alguns dos maiores latifúndios do estado do Amazonas e do Brasil.

Segundo dado do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica, calcula-se que no Estado do Amazonas, 55 milhões de hectares, de um total de 157 milhões, ou seja, cerca de um terço do território do Estado é de terras griladas.

Figura 16: Projetos de colonização Federal - Rodovia Transamazônica



Fonte: INCRA, 2015.

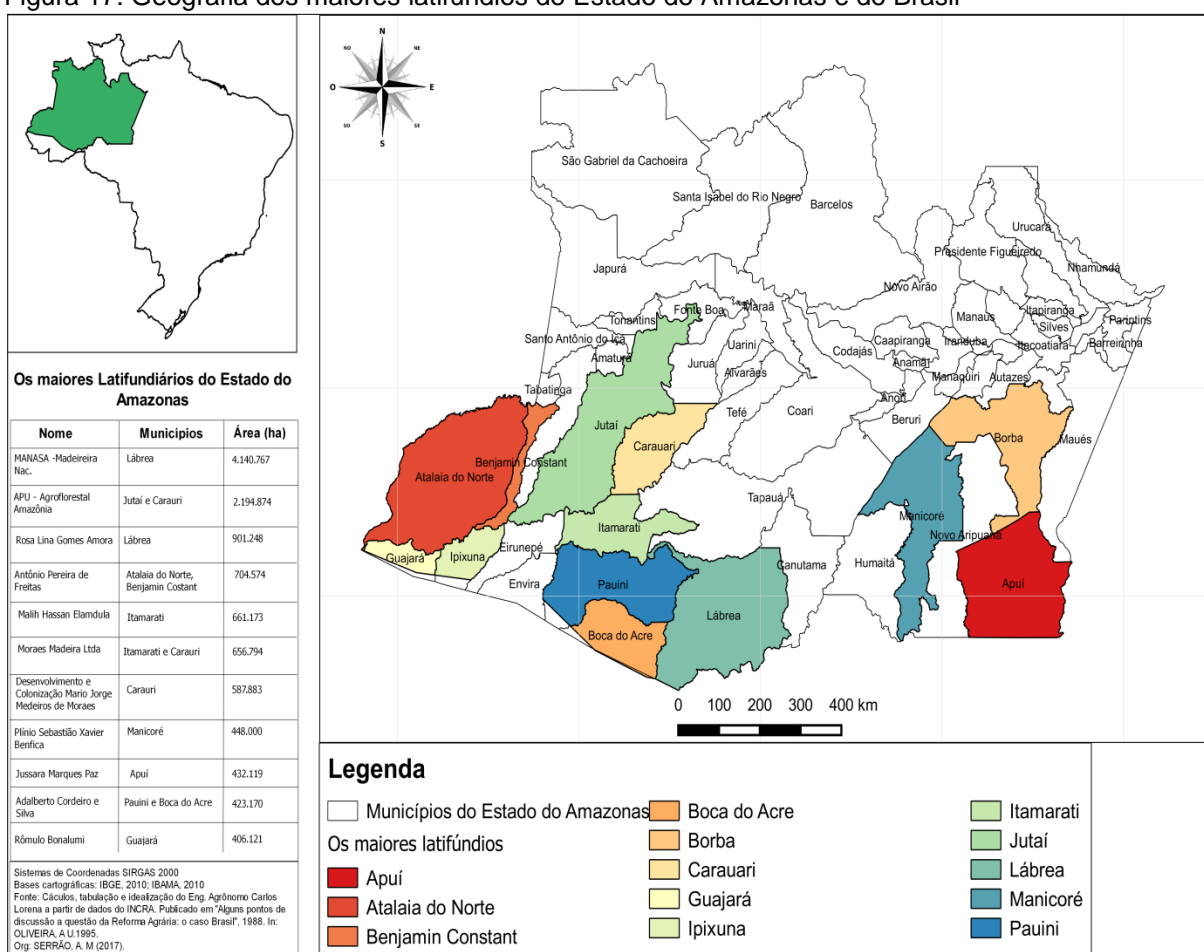
A integração tardia da Amazônia permitiu que este processo, na maioria das vezes fraudulentas chegasse aos nossos dias na mesma escala em que assolou o restante do país até meados do séc. XX (BRASIL, 2001). Contudo, se de início buscava-se simular uma posse para subseqüentemente legitimá-la em propriedade, na Amazônia ganhou destaque a falsificação de limites, ou seja, a tão famosa grilagem²⁴ de terras da União.

A grilagem de terras acontece normalmente com a conivência de serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário que, muitas vezes, registram áreas sobrepostas umas às outras - ou seja, elas só existem no papel. Há também a conivência direta e indireta de órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras devolutas estaduais ou federais a correligionários do poder, a laranjas ou mesmo a fantasmas - pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios (BRASIL, 1999, p. 12).

²⁴ Termo usado para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente, vem de um antigo artifício utilizado para dar a documentos novos a aparência de velhos.

Os órgãos fundiários, nos três níveis (federal, estadual e municipal), não são articulados entre si. Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil não existem registros especiais específicos para grandes áreas. Os dados dos cadastros federal e estaduais não estão cruzados e o cadastro federal, pela atual legislação, é declaratório. A fiscalização sobre os cartórios deixa a desejar e as consequências dessas práticas são as mais diversas possíveis, servindo aos interesses das grandes madeiras, pecuaristas e mineradoras, como denunciado no trabalho de Oliveira realizado na década de 1990, exemplificado na (figura 17).

Figura 17: Geografia dos maiores latifúndios do Estado do Amazonas e do Brasil



Fonte: cálculos, tabulação e idealização do Eng. Agrônomo Carlos Lorena a partir de dados do INCRA. Publicado em "Alguns pontos de discussão a questão da Reforma Agrária: o caso Brasil", 1988. In: OLIVEIRA, A. U. 1995.
Organização: SERRÃO, A. M. 2018.

A aplicação dessas políticas, instituições, programas e projetos de colonização que foram criados em nível de Brasil e de Amazônia não serviriam ou não se encaixariam na contextualização das colônias agrícolas que foram criadas em território urucaraense. A conjuntura criada pelo governo federal serviria apenas

como suporte burocrático para a legalização das mesmas. Como já mencionado, o INCRA ou qualquer outra instituição ligada ao governo central, não tivera nenhuma participação ou atuação nesses territórios, que, diga-se de passagem, não apresentava potenciais conflitos e nem serviu de rota para a migração, seja ela direcionada ou espontânea das décadas de 1970/80.

As colônias agrícolas implantadas no médio rio Amazonas, não serviriam a esse propósito, foram pensadas através de uma concepção religiosa para a amenização das formas de exploração existente, dar garantias de direitos sobre a terra ao posseiro e, principalmente, buscar através das políticas econômicas governamentais, a independência, a justiça social e a organização dos sujeitos sociais que viviam dispersos pelos mais diversos recantos do campo medioamazônico.

A entidade responsável pela interlocução entre camponeses *versus* Estado foi o Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), criado em 1972, que tinha como premissa básica, assentar camponeses oriundos das várzeas e dar titularidade aos já estabelecidos na terra firme. No primeiro artigo do Estatuto de criação, era tido como “uma sociedade civil e sem fins lucrativos, destinados a treinar os homens da região para uma agricultura moderna e avançada (CETRU, 1986). Claramente compreensível nos ideais desenvolvimentistas apregoados pelo Regime Militar.

Composto administrativamente por classes sociais distintas (igreja, Estado, partidos e camponeses) era indispensável o envolvimento de todos para o bom funcionamento da entidade. O governo do Estado possuía seu representante através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, sendo que o primeiro presidente do Centro de Treinamento Rural de Urucará foi Delile Guerra de Macedo (1973-1974). A Prefeitura Municipal de Urucará (PMU), na figura do então prefeito da época, Pedro Geraldo Falabella, pela disposição em ajudar nos trabalhos das colônias, assistência e maquinário a entidade, tornou-se um membro nato.

Os camponeses por sua vez, só tiveram representantes no conselho deliberativo com a saída de alguns membros externos, especialmente missionários estrangeiros que retornavam às suas terras, deixando vazias suas vagas. De alguma forma, podiam intervir em alguma decisão, algo que dificilmente acontecia, pois eram vistos como incapazes na arte das articulações, dependendo sempre de outras classes “politizadas”.

Em se tratando das interferências políticas nos seios dos movimentos sociais, podemos encontrar algumas classificações baseada no trabalho de Shanin, (1983): 1. Ação independente de classe. 2. Ações políticas dirigidas. 3. Ação política sem forma definida. As características que se assemelham as possíveis interferências políticas do movimento social camponês ocorrido no médio rio Amazonas, se aproximam das “ações políticas dirigidas”, no qual um determinado grupo social “externo”, no caso, padres, missionários e representantes políticos proporcionaram ao campesinato um fator unificador.

A maior representação administrativa do CETRU ficou por conta do corpo religioso de diversas origens e nacionalidades. Como a base de criação do Centro se deu com apoio de padres oriundos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), pertencentes à Prelazia de Parintins, composto em sua maioria por padres e missionários italianos e de representantes da Prelazia de Itacoatiara, na figura de padres e missionários canadenses, ambos com metodologia e ideologia distinta.

Nos quatros primeiros anos de funcionamento do CETRU, a direção era composta exclusivamente por membros externos. Delile Guerra de Macedo, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Amazonas como Presidente; os italianos Cristóforo Testa (Coordenador); Eltore Gloroy (Diretor de Treinamento); Ana Maria Pastorell (Secretária); Nella Castiglioni (Diretora de Pesquisa e Extensão) e do alemão Hans Grubinger (Tesoureiro).

Por estar inserido na nova forma de “intercomunicação” com outros movimentos sociais, os camponeses através de seus líderes religiosos (padres, missionários) ficavam por dentro dos principais acontecimentos e dos movimentos espacialmente distribuídos pelo território nacional, fundamentalmente importante para a criação de redes de relações democráticas e abertas ao pluralismo e à diversidade cultural, em contraponto às ações políticas caracterizadas pela centralidade das decisões e hierarquização do poder (SCHERER-WARREN, 1987).

Em meados da década de 1970, importantes acontecimentos internos marcaram os rumos da direção do Centro de Treinamento Rural de Uruará. Alguns missionários que chegaram a Amazônia para atuarem nas prelazias eram deslocados com o passar do tempo para outras paróquias, estados ou até mesmo novos países. Com o pedido de desligamento de alguns membros externos que atuaram decisivamente na administração do CETRU, os sujeitos locais diretamente

ligados aos trabalhos de colonização assumiram posição de destaque nos Conselhos.

O ano de 1975 marca a posse de padre Augusto Gianola como diretor do Centro e de alguns camponeses assumindo pastas administrativas, em destaque: Raimundo Alcides Paes (Diretor de Treinamento e Secretário); Leonardo Nunes dos Santos (Diretor de Extensão); Francisco Moraes Pinto (Diretor de Produção e Tesouraria); Anísio Xavier de Oliveira (Diretor de Pesquisa), sendo estes eleitos para o mandato de seis anos, ou seja, até o ano de 1981.

Ainda que marcados pela ideologia marxista que permearam alguns movimentos sociais no campo brasileiro na década de 1960, alguns segmentos progressistas e até libertária da igreja católica abominavam qualquer forma de relação ou associação ao comunismo. Os dirigentes do CETRU, compostos inicialmente por italianos (padres e missionários) e dirigentes do governo do estado (secretários), criticavam duramente a ideologia comunista, associando esta, ao ateísmo, a ditadura e ao ódio.

Não podemos esquecer que as décadas de 1960/70 foi marcada por um forte embate político-ideológico (capitalismo e socialismo) e o Brasil, atrelado ao bloco capitalista reprimia duramente os movimentos sociais, sobretudo aos que possuísse na sua essência, o espírito “comunista/socialista”. Querendo ou não, o CETRU tinha o aval da ditadura para funcionar, mas tampouco, para questionar ou se opor, pois estava atrelado intrinsecamente as políticas econômicas do regime.

A preocupação dos dirigentes do CETRU era a ocupação imediata das terras devolutas que em alguns casos, estavam na posse de posseiros e fazendeiros. Com o alvorecer de novas possibilidades, camponeses, padres, missionários e autoridades políticas inspirados pelo projeto de colonização que estavam ocorrendo no estado do Pará, resolveram idealizá-las em solos do médio rio Amazonas. Muitos dos personagens que ajudaram nesse projeto, ainda estão vivos na memória do povo, principalmente, pelo inegável comprometimento que tiveram com a igreja e com seus irmãos camponeses que viviam dispersos, explorados e subordinados aos agentes mercantis e econômicos.

Então surgiram as ideias das colônias, as comunidades também começaram a se desenvolver, aparecem os primeiros sindicatos, as coisas começaram a crescer, evoluir. O interessante que muitos desses personagens que tomaram a frente das ações executadas pelos CETRU eram homens do interior (campo), das localidades do Paurá, Sororoca, Carará, Marajazinho, Mocambo, Amanari (M. P. B. P. ex-aluno e ex-dirigente do CETRU Pesquisa de campo. Setembro de 2016).

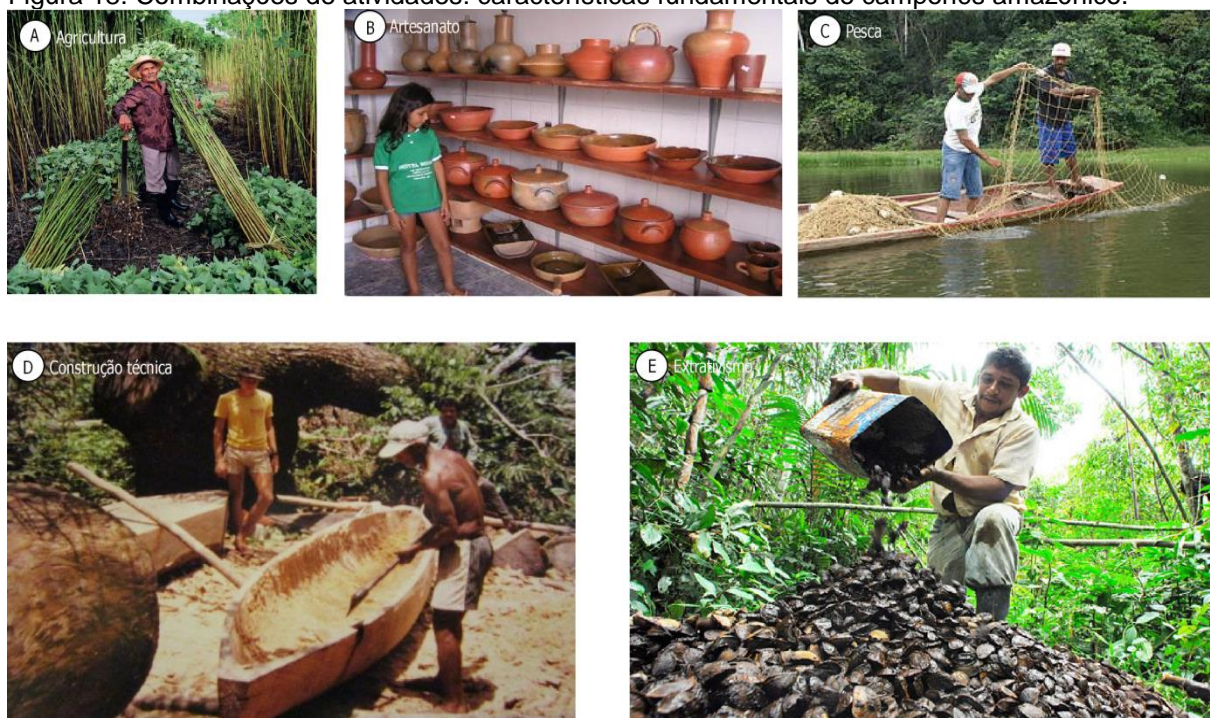
Nos primeiros anos, dada a fundação do CETRU, em meio a muitas dificuldades foram criadas as primeiras colônias agrícolas, denominadas prioritárias: Boa Esperança, Marajazinho e Sororoca (município de Uruará) e Mocambo (município de Parintins). As articulações não apenas com o governo do Estado, como também com os futuros colonos, se tornaram um desafio para as lideranças católicas.

Citamos anteriormente que os núcleos de colonização foi uma das maneiras encontrada pelo movimento social para se pensar a titulação de terras e garantir a territorialidade camponesa na terra firme. O termo colonização deriva do latim e está relacionado ao estabelecimento de determinado grupo de sujeitos que migram para além de seus territórios, geralmente para fins agrícolas. Significa ocupar a terra, territorializar através do uso e da ocupação. O colono é aquele que cultiva a terra no lugar do seu dono; aquele que se deslocou de um lugar para o outro, exercendo a capacidade de cultivar o solo alheio (MIGUEZ, 2009).

No caso em questão, as terras ocupadas estavam localizadas em área de terra firme. Os idealizadores dos núcleos coloniais precisariam encontrar meios para a permanência desses sujeitos na terra, algo que não seria fácil. Como já comentado, parte das famílias que vieram compor os núcleos de colonização eram oriundas das várzeas, ligadas a um modo de vida específico, com territórios e territorialidades bem consolidadas e definidas.

Além do cultivo de espécies perenes como o cacau e a seringa, dedicavam também ao cultivo de ciclos curtos, como a juta. A pesca, o extrativismo e outras combinações de atividades faziam parte de seus cotidianos, características fundamentais que definem a economia e o modo de vida camponês (figura 18).

Figura 18: Combinações de atividades: características fundamentais do camponês amazônico.



Fonte: Agrofrut, s/d; Thomas J Thomas, s/d; Google, 2008.

Romper com esse sistema combinatório e instituir exclusivamente a agricultura a esses sujeitos históricos, não seria e nem foi uma tarefa fácil. E de fato, assim foi feito, dada a introdução de culturas permanentes e com viabilidade econômica, no caso específico, o arroz e o guaraná de Maués. Padres e missionários estrangeiros tinham por objetivo especializar os colonos na agricultura, de acordo com as políticas de colonização idealizada pelo governo federal, como salientado por padre Augusto Gianola:

O homem amazonense ainda não descobriu sua vocação. Ele vive a vida inteira fazendo muitas coisas, exercendo muitas profissões, mas em nenhuma delas ele chega a ser perfeito. Sabe fazer atamancando, um pouco de tudo, mas não é profissional em nada. Quando é novo aprende a pescar, conhece o mato, a lavar uma madeira, a cortar uma juta, a trabalhar em um motor, entende um pouco da roça, sabe cortar um cabelo, fazer uma farinha, pegar uma colher de pedreiro, administrar algumas rezes, mas é difícil encontrar entre os caboclos, um mecânico formado, um agricultor profissional, um barbeiro, um administrador de comércio verdadeiramente capaz (CETRU, 1975, p. 4).

As consequências desse projeto de agriculturação tiveram seus aspectos positivos, porém, muito mais negativos, como veremos nas seções seguintes. Com a demarcação das primeiras colônias, têm início de forma ordenada e articulada através do Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU) e os diversos setores

sociais, a territorialização camponesa na terra firme, que no caso específico, receberam a denominação de colonos. Giorgio Campoleoni²⁵ voluntário italiano, foi um dos primeiros diretores do Centro, juntamente com padre Augusto Gianola, importante personagem na luta pela terra no médio rio Amazonas.

Dada a demarcação dos lotes por parte dos engenheiros da Secretaria de Produção Rural (SEPROR) e do ITERAM, ficaria a encargo dos camponeses abrirem os primeiros roçados, inserir os primeiros cultivos (arroz e guaraná) e construir algumas benfeitorias, com o intuito de “apressar” o governo com as titulações prometidas.

Tudo em forma de mutirão, uns cortavam com o machado, outros com terçado, era muita gente ajudando, animados com os trabalhos, com a organização. Para abrir um roçado ou uma estrada, era rápido, lembrando que no início, os trabalhos eram todos manuais, bem depois que vieram as máquinas (A. F, 64 anos. Colono. Pesquisa de campo, setembro, 2017).

O arroz foi o primeiro cultivo implantado nas colônias agrícolas, posteriormente, se inseriu o guaraná. Na medida em que os arrozais eram colhidos, o guaraná era imediatamente implantado, em típico sistema de consorciamento, uma técnica bastante divulgada pelos dirigentes do CETRU, pois acreditavam que a diversidades de cultivos eram fundamentais para autonomia e manutenção das unidades familiares.

A união fazia a força? De fato, sim, como apregoado pelo camponês L. N (74 anos), as pessoas naquele tempo eram mais unidas, a base de todos os trabalhos era o mutirão, a ajuda mútua. A igreja na figura dos padres e missionários incentivava muito o espírito coletivo. Havia todo um trabalho de preparação aos pretensos colonos, pois segundo Gianola, trabalhar em colônia exigia além da vocação, dedicação e muita preparação (figura 19). Com o sucesso que movimento social vinha adquirindo em torno da colonização nos seus primeiros anos de funcionamento, foi apresentado o pedido de oficialização para a criação de mais treze colônias agrícolas.

²⁵Chegou em 1968 a Prelazia de Parintins através do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME). Chamado pelo bispo Arcângelo Cerqua para compor a primeira equipe de Técnicos Voluntários Cristãos de Milão, veio com o intuito de dirigir uma escola vocacional. Em 1971, mudou para Mocambo, onde conheceu Padre Augusto Gianola, padre italiano também pertencente ao PIME, responsável pela animação de 60 comunidades ao longo do rio Amazonas, desde a cidade de Parintins, até o Mocambo. Com o desligamento da Prelazia de Parintins, ambos seguem para o município de Uruará, dando sequência a fundação de novas comunidades rurais e colônias agrícolas.

Figura 19: Trabalho nas colônias agrícolas, município de Uruará



Fonte: Extraído do livro “Don Augusto Gianola”, 1980.

Enquanto isso, uma das promessas mais aguardadas pelos camponeses ainda não tinha virado realidade, as titulações de suas terras. Quem assumiu posição de liderança nos primeiros anos de colonização enfrentou muitos desafios. A busca por apoio na capital do estado era constante, às vezes, conseguiam vitórias, muitas das vezes amargavam derrotas. Os ideais estavam acima de quaisquer obstáculos ou dificuldades, como afirmou L. N (74 anos), colono e morador da comunidade do Amanari em uma de suas viagens a capital Manaus:

Foram cinco dias de luta na capital (Manaus), de derrotas e de vitórias, sempre em prol do desenvolvimento de nossas queridas colônias. Vimos de perto as grandes dificuldades para alcançar algum benefício. Estávamos confiantes que nossos sacrifícios (deixamos em casa as nossas famílias sem ganhar um tostão) serviria de estímulo aos nossos companheiros em busca de um futuro melhor (Pesquisa de campo, agosto de 2017).

Em outubro de 1974 saíram os primeiros títulos definitivos das colônias prioritárias: Boa Esperança, Marajzinho, Sororoca e Mocambo.

A coisa mais importante para todos os colonos era a titulação da terra. Trabalhar num pedaço de terra que seja nosso e, que ninguém de fora possa tomar esse pedaço que estamos cultivando. Mas para conseguir esse objetivo, precisou lutar bastante, muita união, reuniões, viagens para Manaus e muitas promessas não cumpridas (J. B. M. 52 anos. Camponês morador da colônia agrícola Boa Esperança. Pesquisa de campo. Novembro de 2016).

Essa imensa conquista dos camponeses do médio rio Amazonas contou com apoio de vários segmentos sociais, especialmente com ajuda do Projeto Igrejas-Irmãs. A igreja de São Paulo enviava com bastante frequência, jovens voluntários e padres de sua diocese para atuarem em diversas prelazias da Amazônia, através do Projeto Igrejas-Irmãs²⁶. A Prelazia de Itacoatiara, no qual pertence à paróquia de Urucará, foi uma das atendidas por esse momento de renovação contrária aos segmentos conservadores da igreja católica.

O projeto Assumiu uma postura progressista e até libertária, ajudando na evangelização das prelazias e dioceses menos endinheiradas da Amazônia, fornecendo-lhes ajuda financeira, assessoria jurídica e envio de missionários. Muitos missionários dessa Diocese vieram para Urucará e ajudaram como voluntários no projeto de colonização e na escolarização dos filhos dos colonos através da Escola Família agrícola do CETRU, criada em 1976. Os elos entre esses distintos sujeitos foram fundamentais, acabando inclusive influenciando nos andamentos dos títulos definitivos de terras aos camponeses.

Na véspera das primeiras titulações, os colonos receberam a ilustre visita do bispo de São Paulo de Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, importante personagem na luta pelos direitos humanos no contexto da Ditadura Militar, lembrados por muitos como o amigo do povo. Juntamente com os presidentes das colônias, participou de uma reunião na comunidade do Marajazinho, no qual ficou conhecendo a realidade e as dificuldades que vinham enfrentando, principalmente quanto às titulações.

O bispo comprometido com a causa camponesa, falou que faria o possível para ajudá-los e, no retorno a São Paulo, passou em Brasília, tratando do assunto diretamente com o Ministro da Agricultura. Não demorou muito, o pedido foi atendido pelas autoridades locais através Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM) e publicado no diário oficial do estado do Amazonas. Em 1974, foi marcada a visita da equipe do governador João Walter de Andrade em Urucará para a entrega desses documentos, motivo de muita festa pelos dirigentes locais e, principalmente pelos colonos.

²⁶ Visto com uma das maiores forças missionárias da Igreja no Brasil, o projeto Igreja Irmãs foi criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em fevereiro de 1972, depois que a sua presidência visitou várias dioceses e prelazias da Amazônia (CNBB, 2017).

O ponto mais importante para todos os colonos era a titulação da terra. Trabalhar num pedaço de terra que seja nosso e, que ninguém de fora possa tomar esse pedaço que estamos cultivando. Mas para conseguir esse objetivo, precisou lutar bastante, precisou de união, muitas reuniões foram feitas, viagens para Manaus, muitas promessas, e as vezes, a gente pensou que esse título não ia sair, que era muito complicado, que era um problema para se resolver em Brasília (L. N. 74 anos. Colono/fundador do CETRU. Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

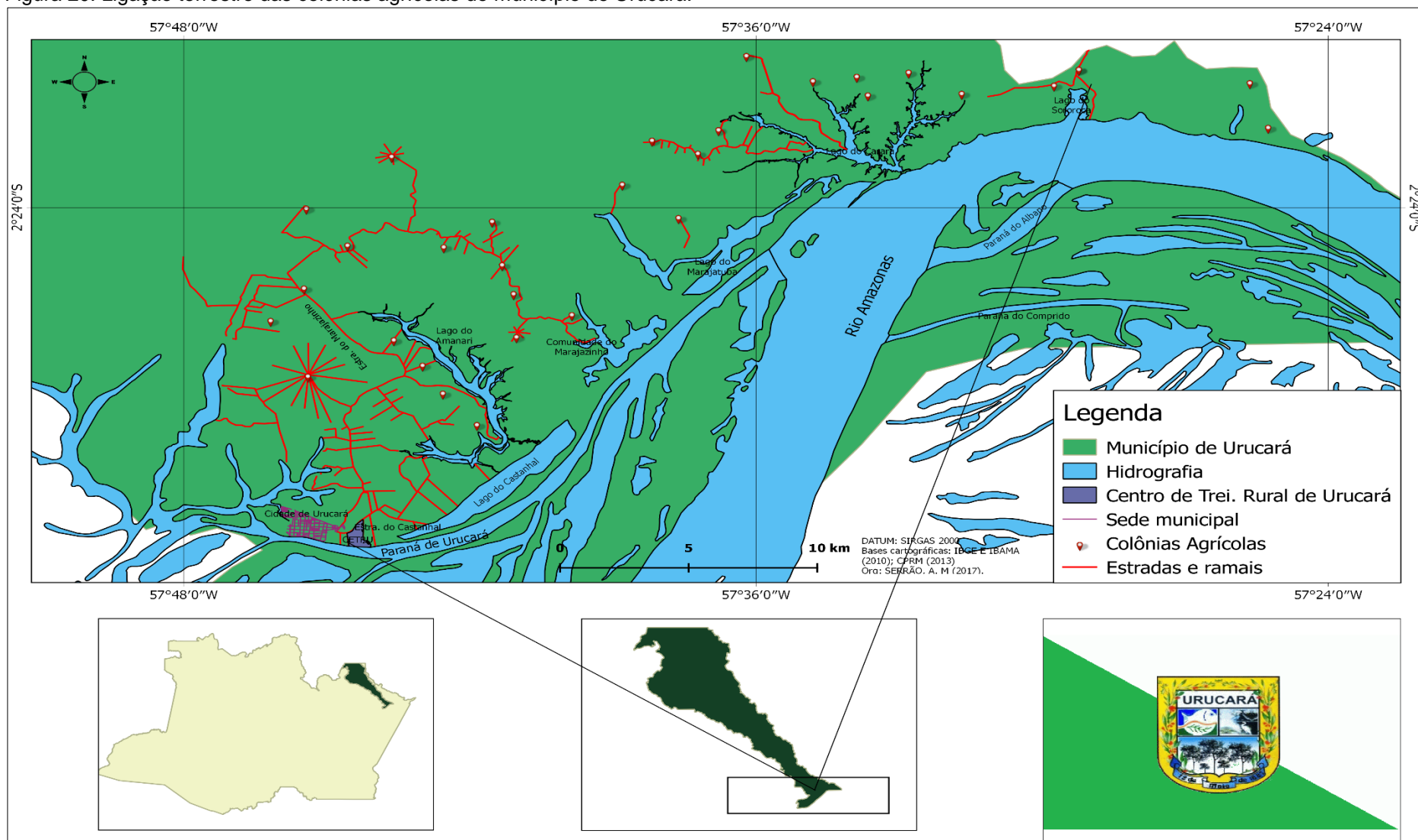
Como mencionado anteriormente, 1975 foi um ano especial pelas inúmeras ações que foram executadas através das parcerias entre o CETRU, Entidades governamentais, religiosas e sociedade civil, beneficiando conjuntos de sujeitos, camponeses, igreja, sindicatos e outros segmentos municipais.

Entre as principais ações que estavam sendo realizadas, podemos destacar a abertura de estradas e ramais, prioridades no projeto de colonização, pois foi através dessas vias que se possibilitou a integração entre as colônias/comunidades, colônias/colônias, colônias/CETRU, colônias/cidade e ao mercado consumidor/comprador. A Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR-AM), umas das principais parceiras do CETRU naquele momento histórico, enviou um trator que possibilitou a abertura desses importantes modais de circulação.

As estradas passaram a assumir uma posição de destaque no novo estilo de vida dos recém titulados colonos, importância outrora assumida pelos rios, paranás e igarapés. No entanto, a vocação para esse novo estilo de vida não durou muito tempo, com o fracasso do projeto colônias agrícolas, o rio volta a representar a importância que sempre tivera na vida dos ribeirinhos do médio rio Amazonas.

Entre as principais estradas abertas nos primeiros anos de colonização, destacaremos a que ligavam a comunidade Sororoca, localizada na margem esquerda do rio Amazonas à colônia Irana; a comunidade Divino Espírito Santo, lago do Carará à colônia Surara; a cidade de Uruará às colônias Boa Esperança, Amanari e Marajazinho e a estrada que ligava a colônia São Tomé do Mocambo, município de Parintins. Outras áreas estavam sendo demarcadas pelos técnicos da SEPROR, como as colônias Ajará e Jauarité e outras 09 colônias estavam esperando para serem demarcadas até o início de 1976, necessitando da abertura de mais estradas e ramais (figura 20).

Figura 20: Ligação terrestre das colônias agrícolas do município de Urucará.



Fonte: IBGE (2010). Org. SERRÃO, A. M. 2017.

As realizações desses trabalhos só foram possíveis graças à atuação de diferentes setores da sociedade civil e organizada. O governo do Estado entrava com o maquinário (tratorista e lubrificador). O CETRU era responsável pelo abastecimento das máquinas, a Prefeitura Municipal ofertava a assistência ao pessoal que vinham de Manaus e os colonos com as despesas (alimentação) e ajuda aos tratoristas.

Como relatado pelo colono L. N (74 anos):

Foram três meses na abertura das estradas, trabalhando, desmatando. Quando ficava muito longe do acampamento, a gente fazia outro, sempre na beira daqueles chavascals (área encharcada), fomos levando, levando, até que chegávamos ao local definido para ser a próxima colônia. 100 metros da estrada, no sentido Marajazinho/Amanari/cidade foi destocada no machado. Quando os tratores chegaram, aí sim, o negócio foi para a frente, avançamos muito e em pouco tempo. Abrimos muitos ramais que ligavam as colônias distantes da estrada principal, era necessário o empenho e a ajuda de todos, fazíamos isso com muita alegria, animação e entusiasmo (pesquisa de campo. Novembro de 2017).

O intercâmbio, a troca de conhecimentos e o companheirismo entre os distintos sujeitos sociais foram aos poucos moldando a territorialização camponesa nas terras altas do médio rio Amazonas, que, aliás, se deu várias formas e maneiras. Para construir um território, os sujeitos projetam no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (RAFFESTIN, 2008).

Com a abertura das estradas e ramais, foram introduzidos os primeiros cultivos perenes nas colônias agrícolas, uma forma clara de amarrar o camponês a terra, fazê-los “esquecer” a várzea, o cultivo da juta e de outras espécies de ciclos curtos, da combinação de atividades (extrativismo, pesca) e voltar-se exclusivamente para uma agricultura moderna e com técnicas avançadas, voltadas para o mercado consumidor interno e externo.

Dois importantes cultivos tornaram a base agrícola nos primeiros anos de colonização, o arroz e o guaraná. Este último foi introduzido estrategicamente por dois motivos. Primeiro por ser uma cultura perene, tinha por objetivo substituir a importância econômica que a juta outrora tivera e ao mesmo tempo, fixar os colonos na terra firme e segundo, pelo fato de representar juntamente com o arroz, os primeiros cultivos financiados através da parceria CETRU/Banco do Brasil.

Com a criação das colônias agrícolas, começou a exploração da terra firme, pois na várzea como você sabe, perde tudo com as enchentes, um exemplo foi a juta. Então eles perceberam que os caboclos tinham que plantar algo perene, algo que eles que pudesse melhorar a sua condição de vida. Foi então que Giorgio Campoleoni, em parceria com a EMATER trouxe as primeiras sementes de guaraná de Maués e começou a fazer alguns experimentos por aqui. (M. P. B. P, 62 anos. Ex-diretor do CETRU. Pesquisa de Campo. Setembro de 2016).

A inserção dessas culturas no município de Uruará tinha outras pretensões além daquelas idealizadas pelos padres e missionários. De alguns produtos agricultáveis, o guaraná representava naquele momento histórico, uma boa oportunidade de renda aos camponeses, visto pela sua rentabilidade e preço. Assim ficou estabelecido, o guaraná era para ganhar dinheiro e outras culturas, para a manutenção da unidade familiar (Figura 21).

Figura 21: Inserção do guaraná nas colônias agrícolas, município de Uruará



Fonte: Pedroca, s/d. Arquivo pessoal.

No entanto, os incentivos governamentais que viabilizavam a introdução dessas culturas rentáveis do ponto de vista econômico refletiam no compasso firmado entre o governo central e o capital privado, principalmente através de incentivos e isenções de impostos. A partir da década de 1970 alguns eventos impulsionaram a demanda pelo produto no cenário local e nacional, a começar pela Lei dos Sucos, estipulada pelo então ministro da Agricultura Luís Fernando Cirne Lima por meio do Decreto-Lei 5.823, assinado em 14 de novembro de 1972 (HOMMA, 2014).

Segundo essa lei, todo refrigerante que levasse o nome do produto natural deveria conter limites máximo e mínimo para proteger o consumidor contra produtos artificiais, muito em voga naquela época (SERRÃO *et al*, 2017). No caso do guaraná, o cumprimento dessa legislação criou grande demanda por esse produto, em especial no município de Maués, maior produtor até então, fazendo com que a Companhia Antártica Paulista, através de subsídios e vantagens governamentais adquirisse uma fábrica de estrato de guaraná em 1963 e em 1973 uma fazenda com 1.070 ha, denominada de Santa Helena para a produção de mudas, pesquisas e melhoramento genético (COSTA, 2017).

Correlacionando com esses fatores, vamos ter a primeira grande demanda pelo guaraná na Amazônia e conseqüentemente a dispersão para novas áreas produtoras. O município de Maués deixa de ser hegemônico na produção e comercialização do guaraná e outros polos produtores começam a se destacar, entre os quais, municípios do baixo Amazonas como Urucará, Barreirinha, Parintins, Boa Vista do Ramos e outros.

Depois da definição do centro da colônia, tivemos uma reunião, ainda dentro do mato. No mesmo ano foi feita a abertura do roçado do centro da colônia, nesse primeiro ano foi feito 90 (noventa) hectares de roçado para o plantio de arroz e guaraná, iniciado em maio e terminado em setembro do mesmo ano. Depois de queimar o roçado, Giorgio Campoleoni foi até o Banco do Brasil em Parintins a fim de conseguir finanças para os colonos iniciarem os trabalhos, o único documento que tinha a terra era a de averbação dado pela Secretaria de Produção. Com esse tipo de documentação só foi possível conseguir um costeiro para arroz (A. F. P. camponês morador da Colônia Boa Esperança. Pesquisa de campo. Setembro de 2017).

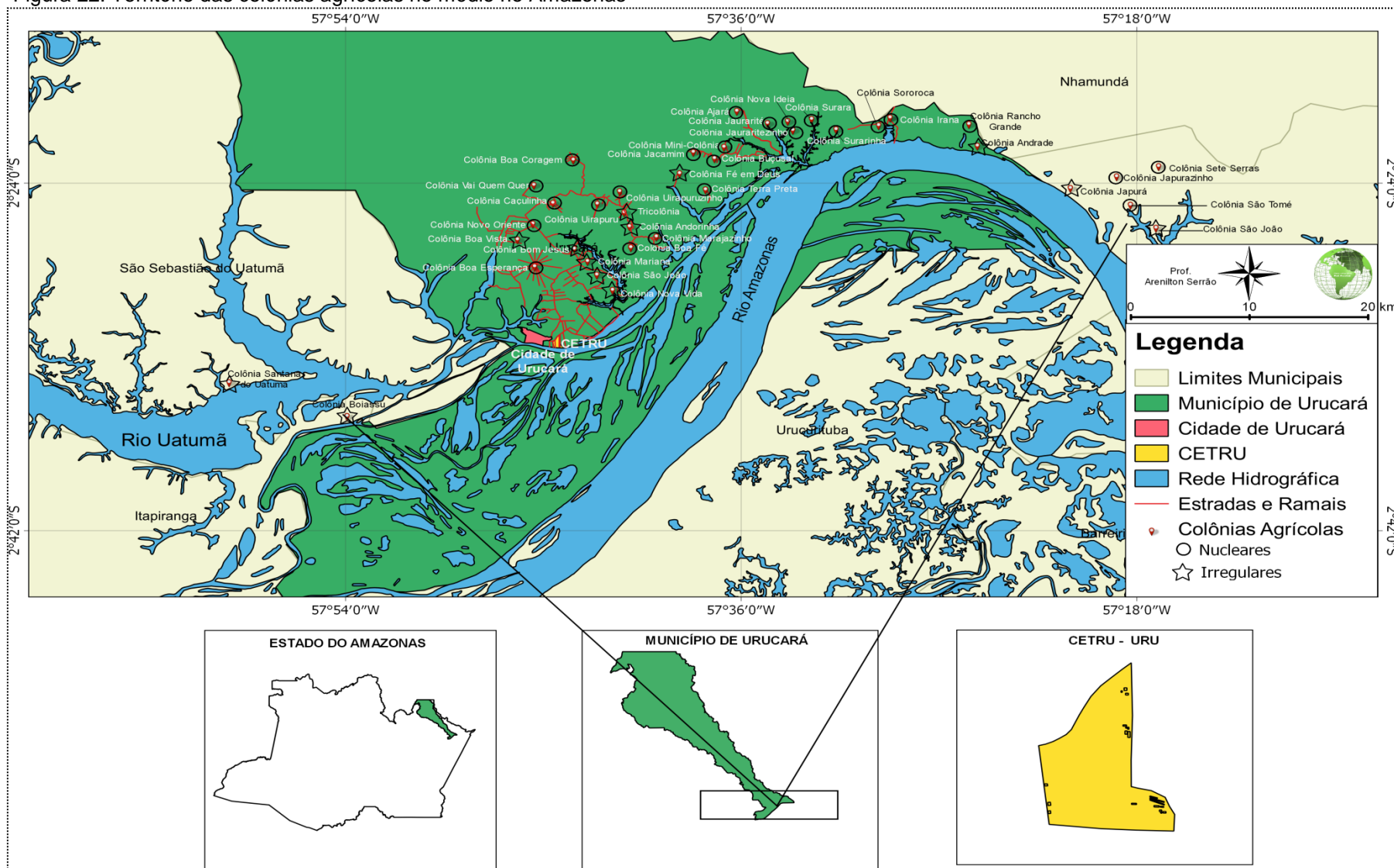
Os acordos firmados entre o Banco do Brasil e a Instituição CETRU era devidamente monitorado, periodicamente era enviado um relatório com todas as atividades que estavam ocorrendo nas colônias, em especial com os recursos dos financiamentos. Nos primeiros anos de atividades agrícolas, as colônias do médio rio Amazonas contabilizavam cerca de 190 hectares derrubados, queimado e encoivarado; 60 hectares de arroz em crescimento; 89 hectares de guaraná plantado; 84 hectares de roça de mandioca entre outros cultivos (CETRU, 1985).

Os núcleos colonizatórios não apenas serviriam como meios de trabalho, foram pensados para constituir em alguns casos, moradias permanentes, haja vista que boa parte dos colonos eram moradores de comunidades de bases, localizadas a certa distância das colônias.

Geograficamente, as localizações onde foram assentados ou destinados os lotes a esses colonos não eram as das melhores. As terras bem localizadas – próximas do rio Amazonas, paranás, lagos ou igarapés estavam na posse de fazendeiros, grileiros e de algumas comunidades Eclesiais. As colônias foram empurradas para as áreas centrais da floresta, muitas vezes distantes de cursos d'água e de difícil acesso.

O CETRU sozinho, pouco podia fazer para acompanhar os colonos com assistência técnica, abandonados a toda sorte de adversidade natural e econômica, muitas caminharam para o fracasso ainda nos primeiros anos de fundação (figura 22).

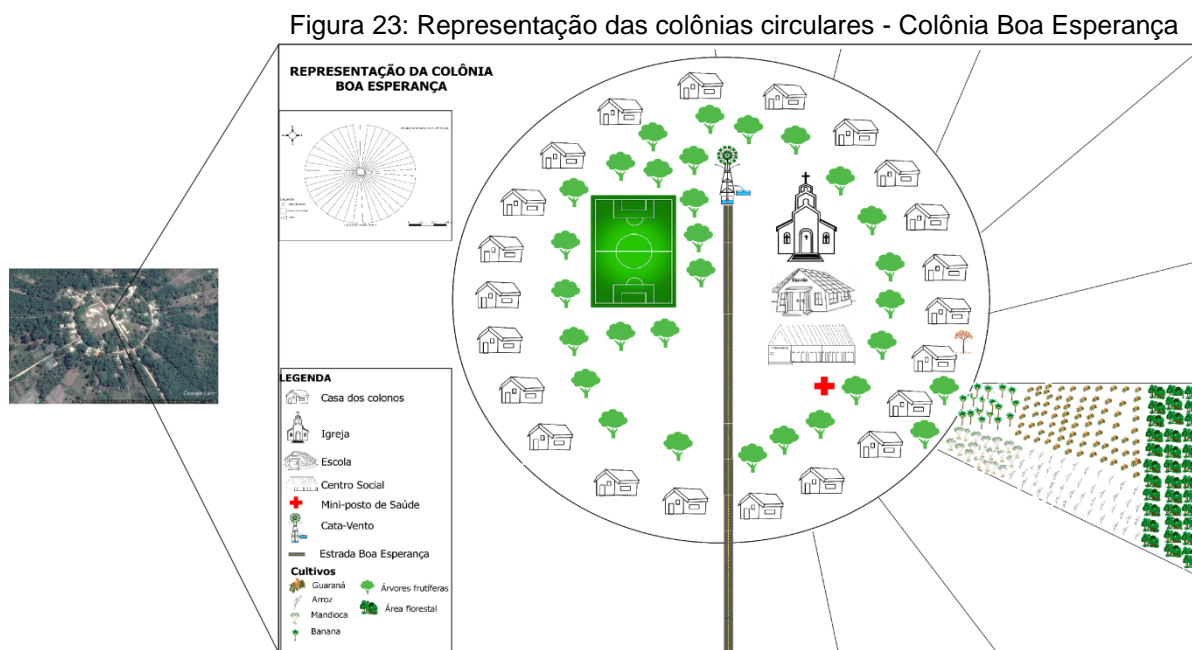
Figura 22: Território das colônias agrícolas no médio rio Amazonas



Fonte: IBGE (2010). Org. SERRÃO, A. M. 2018.

Constituídas em distintas paisagens naturais, possuíam diversos formatos, sendo as mais comuns as retangulares e as circulares. Esta última, pelo caráter religioso dos líderes católicos que assumiram esse movimento, possuía um valor religioso, o círculo, por exemplo, simbolizava a eternidade, a perfeição e a divindade, não tem princípio nem fim, algo desejável para as colônias agrícolas e que infelizmente, por vários fatores não ocorreu.

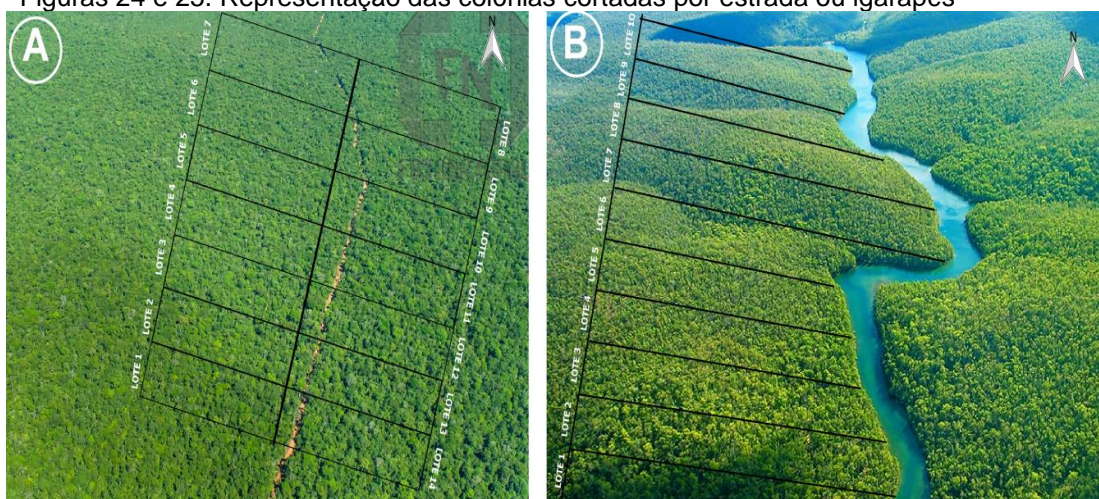
A igreja, a escola, o centro social, o campo de futebol, o posto de saúde, o poço artesiano, as casas dos colonos, os quintais e as pequenas criações também localizavam na área circular, fator que facilitava os encontros, reuniões, confraternizações, assembleias, as práticas esportivas e outras sociabilidades do cotidiano, como mostrado na (figura 23).



Org: Serrão, A. M (2017).

As colônias exemplificadas pelas (figuras 24 e 25) representaram o maior percentual das 38 que foram criadas no médio rio Amazonas, ou seja, fundadas a partir da abertura das estradas e ramais, concomitante ao projeto de colonização que surgiram através das rodovias amazônicas na década de 1970.

Figuras 24 e 25. Representação das colônias cortadas por estrada ou igarapés



Organização: SERRÃO, A. M (2017).

Algumas colônias foram pensadas para se tornarem núcleos comunitários, principalmente pelas grandes distâncias geográficas entre as comunidades de bases, local onde residiam parte dos colonos, dificuldades de descolamento e acesso. No entanto, poucas conseguiram manter essa base, como foi o caso da colônia São Tomé e Japurá (município de Parintins) e Boa Esperança (município de Uruará) que no decorrer dos anos se transformaram em comunidades eclesiais.

No entanto, é importante estabelecermos o perfil de camponês aceito pelas lideranças locais para assumirem um “novo” protagonismo frente a uma agricultura moderna, avançada e condizente com a realidade social amplamente estimulada pelo governo central e estadual. Protagonismo que rechaçava tudo que era tradicional, atrasado, que não levava em consideração os conhecimentos secularmente repassados, as vivências, as experiências coletivas, individuais.

Como colocado paulatinamente por padre Augusto Gianola, o homem amazonense ainda não tinha descoberto a sua vocação, pois segundo ele, sabia fazer um pouco de tudo, no entanto, sem profissionalismo em nada. Apesar de todo empenho no intuito de ajudar esses sujeitos sociais, sua visão eurocêntrica e na maioria das vezes, carregada de apelo ideológico dominante, via de forma negativa essas particularidades internas do camponês médio amazônico. Segundo ele, essas características motivavam desinteresses por determinada atividade, como no caso da agricultura ou de outras qualificações técnicas profissionalizantes.

Para se aprimorar um trabalho, era preciso segundo ele, ter vocação e fazer aquilo que se sinta vontade:

No caso das colônias agrícolas, era a mesma coisa, quem quiser entrar, que sinta vontade, gosto, ideal e a vocação para ser colono. Fazer colônias agrícolas não é apenas abrir um roçado na mata, e sim, abrir uma nova ideia na cabeça. É preciso converte-se, deixar de ser como os macacos que vivem pulando de galho em galho, de profissão em profissão, para sentar definitivamente em uma nova ideia, em um novo sistema de vida, a vida na terra firme, a vida de colono agrícola. Se alguém entrar na colônia apenas pela influência de amigos, sem incorporar essas novas filosofias de vida, vai chegar um dia que esse vai embora, prejudicando a colônias e os companheiros de luta (CETRU, 1981, p. 3).

Para facilitar a comunicação, orientação e os trabalhos nas colônias agrícolas, a diretoria do CETRU estabeleceu espécie de critérios e normas aos pretensos colonos.

- Reunião de dois em dois meses com os presidentes das colônias. Através desses encontros, os colonos poderiam reivindicar atenção maior por parte da entidade CETRU. Ficariam informados sobre todos os acontecimentos externo, envolvendo as políticas agrícolas governamentais, fomentos, recursos técnicos, financeiros e as possibilidades de mercado para seus produtos agrícolas, entre os quais, o arroz e o guaraná.

- Ficou estabelecido também que cada colônia ficaria responsável pela sua organização.

- Além do mais, ser colono é uma conversão total, não podendo o homem brincar com essa condição.

- Outra condição importante relacionava ao formato de moradia, ou seja, comunitária, distinta da condição de vida outrora dos camponeses que viviam dispersos pelas várzeas.

- A venda dos excedentes agrícolas em comum acordo (cooperativismo) e não individualmente. O CETRU ficou responsável em canalizar os excedentes agrícolas de todas as 38 colônias e comercializar nos centros consumidores (Parintins, Manaus).

- O princípio do trabalho comunitário²⁷ foi uma importante meta colocada pelos dirigentes da entidade, baseado principalmente na ajuda mútua.

Para abertura dos primeiros roçados de arroz e guaraná essa prática foi bastante difundida, no entanto, sua utilização ia muito além dos trabalhos agrícolas,

²⁷Prática de sociabilidade coletiva historicamente conhecida como puxirum ou ajuri nas zonas rurais dos respectivos municípios de Uruará, Parintins e Itapiranga, no qual compreende essa pesquisa. O termo popularizado hoje como mutirão veio com as pastorais missionárias que chegaram na Amazônia para atuarem nas paróquias e dioceses nas décadas de 1960/70.

utilizada também na abertura de estradas, ramais, limpezas de igarapés, construção das casas dos colonos, escola e outras infraestruturas necessárias a condição de vida em colônias.

- Distribuição igualitária da propriedade da terra foi uma premissa colocada em prática pelas lideranças locais, todos os colonos possuíam as mesmas dimensões em área (hectares), não havendo diferença entre eles.

- O mesmo valia para a estratificação social, pois era vista com cuidado pelos padres, missionários e lideranças locais. Todos pertenciam a mesma classe social, o dinheiro, ou a falta dele não poderia ser um fator de diferenciação no grupo. Algo que possivelmente não ocorreu, dada às diferenças internas entre os sujeitos, condição inerente ao campesinato.

- Ficou estabelecido que o princípio básico de trabalho nas unidades camponesas consistia na força do trabalho familiar, incluindo homens, mulheres, crianças, idosos e quem conseguisse ajudar nos trabalhos agrícolas e comunitários.

- E isso tudo com planejamento e seriedade, principalmente na hora de adquirir financiamento bancário e sua aplicação exclusivamente nas colônias agrícolas.

- Quanto aos títulos definitivos da terra, antes de o colono adquirir, ele precisa pensar muito nas tarefas que pretendia assumir nas colônias. Ser colono não significava apenas possuir um lote de terra, ia muito além disso.

Essas regras básicas permeavam as atividades, os compromissos e as responsabilidades que cada colono carregava consigo e com seus irmãos de luta, havia toda uma preparação para o trabalho em colônia. Como mencionado anteriormente por padre Augusto Gianola, principal mentor da implantação das colônias agrícolas no médio rio Amazonas, para ser colono, além de vocação, o camponês tinha que ter dedicação e preparação. A diretoria ficou responsável pelo último aspecto, ou seja, preparar os camponeses para os trabalhos em colônias.

Em 1975, os membros administrativos do Centro de Treinamento Rural de Uruará realizaram visitas às comunidades com intuito de incentivar o espírito dos pretensos colonos, assim com ajudar os diversos problemas enfrentados, explicar o método de trabalho, o processo de titulação e outras orientações. Como colocado por padre A. Gianola:

Quem constrói um tapirí ou um rabo de jacu não se preocupa muito em ficar bem os paus e as palhas, mas quem constrói uma casa verdadeira escolhe bem o material e o terreno. O tapirí é para uma ou poucas noites, mas a casa é para muito tempo. A colônia não é um tapirí provisório, um quebra galho por certo tempo. Ela é para muitos anos, para filhos, netos. Tem que ser, portanto, muito bem trabalhada, construída e alicerçada (CETRU, abril de 1976, p. 6).

O CETRU sempre se preocupou com isso, aconselhar, ajudar, procurar segurar as terras com título definitivo, passa com a peneira, pensa em preparar os filhos dos colonos em uma escola especial de agricultura, formular regulamentos que ajudaram a construir na seriedade, uma casa estável, uma obra duradoura, uma segurança no futuro. No entanto, construir uma vida em colônia não foi tarefa fácil, principalmente dentro de princípios católicos cristãos, pois como colocado por Gianola em um de seus escritos no Jornal Boa União:

As tempestades dos desentendimentos e das desuniões, as enchentes da preguiça e dos outros interesses, as ventanias das pragas destruidoras, e as colônias que não estão construídas na pedra da paciência, no estudo sério de novas técnicas, no controle do egoísmo, na desconfiança da vida ilusória da cidade e em uma fé que Deus caminha lado a lado de todos os colonos, que não tiver tudo isso, nunca será um bom colono e nunca construirá uma verdadeira colônia (CETRU, 1976, p. 3).

Trabalhar metodologicamente todos esses princípios de colonização aos camponeses historicamente constituídos nas várzeas ou terras firmes não seria tarefa fácil. As parcerias governamentais seriam fundamentais para levar adiante essa ideia e manter viva a esperança de uma agricultura “avançada” em plena floresta amazônica.

Era necessário trabalhar insistentemente essa nova mentalidade com esses sujeitos, fugir da antiga racionalidade produtiva, “qualificá-los”, um termo até então desconhecido pelos caboclos. Dezenas de cursos passaram a ser ofertados pelo CETRU em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Ministério do Trabalho e da Integração Nacional como forma de incentivar outras profissões e aprendizados, totalizando nos primeiros anos, 47 cursos técnicos.

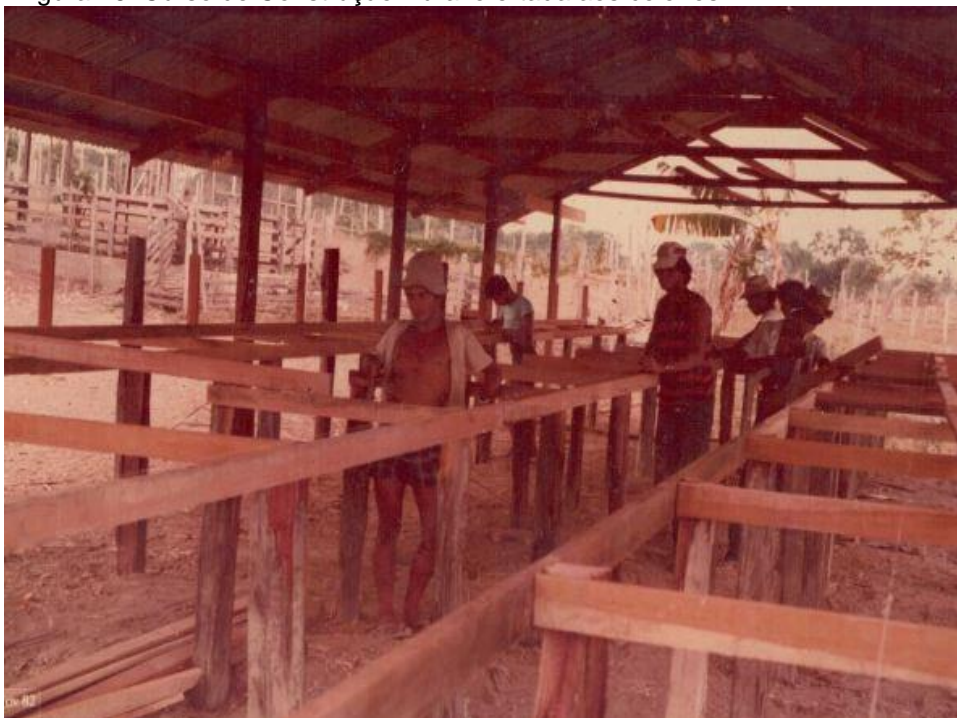
Os cursos de construção rural (carpintaria), topografia, agricultura, higiene e agrimensura²⁸ tinham um caráter especial nos primórdios da colonização, a partir

²⁸Agrimensura é a ciência, que se utiliza de conhecimentos da geomática como ferramenta para a aquisição de dados espaciais, notadamente de campos ou propriedades rurais (SOUZA, 1978).

da qualificação dos colonos, muitos trabalhos começaram a ser executados. Este último teve contribuição especial para o processo de demarcação, medição e levantamentos topográficos dos loteamentos e abertura das novas colônias agrícolas. Os colonos eram preparados para auxiliar os agrimensores, sujeito que chegava aos territórios do médio rio Amazonas através das parcerias com o Governo do Estado ou através das Igrejas-irmãs, especialmente da igreja de São Paulo.

O curso de construção rural, ou popularmente conhecido como carpintaria possuía vários objetivos, pois além do conhecimento técnico adquirido pelo colono, oferecia também, possibilidades de renda. Através desse curso, os colonos poderiam construir suas casas, escola, centro social, poços e outras infraestruturas individuais e coletivas das referidas colônias (Figura 26).

Figura 26: Curso de Construção Rural ofertada aos colonos



Fonte: Pedroca, s/d. Arquivo Pessoal.

Outro sub-ramo dentro da construção rural que ganhou destaque dentro dos planos de qualificação dos colonos foi a carpintaria naval. Alguns camponeses que dedicaram tempo de sua vida a esse projeto eram construtores natos, aprenderam o ofício com a família, repassando através de cursos e oficinas seus conhecimentos aos demais colonos, entre eles, podemos destacar a importância de Domingos Caldeira (construtor rural) e Francisco de Souza Nunes (construtor

naval). Outros novos cursos passaram a ser ofertados pela entidade após a fundação da Escola Família Agrícola do CETRU (1976), assunto que trataremos na próxima seção.

2.5 Educação no campo amazônico: do descaso às primeiras experiências de um modelo educacional voltado para o homem do campo

Antes de abordarmos a consolidação da Escola Agrícola do CETRU (1976) e como instrumento de ensino, a Pedagogia da Alternância, faremos um apanhado geral sobre as políticas educacionais direcionadas aos sujeitos do campo brasileiro e amazônico no contexto da segunda metade do século XX. Considerando que o modelo de desenvolvimento (econômico, político e social) implantado no campo brasileiro historicamente privilegiou a elite social, sendo quase inacessível para grande parte da população rural, deixada sempre em segundo plano.

Para compreensão da história da Educação do Campo brasileiro, autores como Dosso *et al* (2013), às dividem em três momentos: Negação, Preocupação, Valorização e Avanços. Vamos enfatizar do ponto de vista analítico, o segundo aspecto, pois é sobre este que se consolidam as Escolas Família-Agrícola pelo Brasil e pela Amazônia, especialmente a do CETRU, foco da nossa pesquisa.

O primeiro momento é marcado pela negação dos sujeitos do campo como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros nas políticas públicas educacionais, que se estendeu desde a colonização até a década de 1930. Até então, pelo caráter agroexportador em que pese o Brasil, a educação rural sequer foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com os sujeitos do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (BRASIL, 2012).

Enquanto que para as elites agrárias e urbanas, a educação era tratada como possibilidade de permanência social ou de ocupação aos embrionários cargos no processo de industrialização, necessariamente qual seria a função da educação ao trabalhador rural?

Para a população residente no campo, o cenário era outro. A ausência de consciência a respeito do valor da educação no processo de constituição da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas de cultivo que não exigiam dos

trabalhadores rurais, “nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, contribuíram para a ausência de proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses” (BRASIL, 2012, p. 11).

Esse cenário se prolongou pelas primeiras décadas do século XX, quando a sociedade brasileira despertou para a Educação Rural²⁹, em decorrência principalmente dos movimentos migratórios internos em direção aos grandes centros urbanos, conhecido segundo os teóricos como um novo momento vivenciado pela Educação no campo brasileiro. Período que marca em síntese, a preocupação por parte do Estado, carregado por um forte embate político e ideológico que permeavam esse momento histórico, chegando inclusive aos movimentos sociais camponeses.

Neste sentido, as políticas educacionais voltadas para o homem do campo tinham como objetivo sua fixação em seu local de origem e evitar seu deslocamento para as áreas urbanas das grandes cidades em busca dos empregos nas indústrias nascentes, “direito” inclusive garantido nas Constituições (PAIVA, 1983; LEITE, 1999; MOTA, 2010).

Como tratado por Nagle (2001), a proposta de ensino tendeu mais aos interesses ideológicos do que propriamente de um projeto de intervenção com resultados práticos, tais como o fim do analfabetismo, inclusão, redução da pobreza e outros. As políticas adotadas por Vargas, nas quais se insere a educação rural, estava diretamente associada aos interesses norte-americanos para América Latina e, em especial, para o Brasil (RIBEIRO, 2015, p. 84).

Pós Segunda Guerra Mundial (1945), o mundo vive sua primeira bipolarização, Capitalismo (EUA) *versus* Socialismo (URRS), e com a isso, a busca pela hegemonia mundial em todos os campos (políticos, econômicos, militar, educacional, ideológico). O campo brasileiro, historicamente esquecido pelas políticas públicas, foi um palco perfeito para a atuação dos partidos ditos de esquerda, entre os quais o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e entidades de cunhos sociais (ligas camponesas, igreja, sindicatos, associações) que lutavam por melhores condições de vida a esses trabalhadores, assim também, como seu

²⁹Modelo de Educação pensada a partir do urbano e utilizada para favorecer o agronegócio, como forma de superar a cultura do camponês, considerada ultrapassada e ancorada em técnicas arcaicas. Uma educação domesticadora, neoliberal e urbanizada, comprometida com a reprodução do processo de manutenção da ordem estabelecida, de desterritorialização do campesinato e da subordinação do mesmo ao capital (CAMACHO, 2011).

acesso à terra, a saúde, educação e outros serviços exclusivos aos centros urbanos.

Em meio às ameaças “comunistas” que permeavam o campo e lançava as raízes de um sistema educacional comunitário e com forte embate ideológico e politizante, o estado alinhado à política norte-americana, pensou em uma insipiente Educação Rural (quadro 2).

Quadro 2: Propostas direcionadas para Educação na República Populista (1930-1945)

Trajetória da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Const. de 1934 - reconheceu em caráter nacional a educação como dever do estado; ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória; extensiva aos adultos; financiamento da educação do campo – art. 156. • Ensino agrícola – dever das empresas e financiamento para as instituições privadas. • Sociedade brasileira de educação rural - expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais. • Criação da radio-educação. • Criação do Ministério da Educação e Saúde -1930; • Manifesto dos pioneiros da Educação Nova - 1932- confronto entre os reformadores e os grupos liderados pelos católicos; • Constituição de 1937 – retirada da gratuidade do ensino – educação profissional para as indústrias nascentes. Educação como veículo de difusão ideológica – conteúdo cívico e moral; • Criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) – 1937 – com o Fundo Do Ensino Primário - construção de escolas típicas rurais e inclusão da educação de adultos e a educação infantil-Concessão de 25% do fundo para educação primária de adolescentes e adultos analfabetos - início da alfabetização de jovens e adultos – censo 55% + 18 anos eram analfabetos; • Ruralismo pedagógico – missões rurais; cursos de magistério rural Agrícolas
Educação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Início das primeiras campanhas de alfabetização de jovens e adultos; • Trabalhavam dois conceitos- educação popular e educação de adultos; • Educação popular nesse momento era entendida como extensão da escola para os filhos dos trabalhadores; • Educação de adultos – alfabetização dos próprios trabalhadores com mais de quinze anos- era cerca de 80% da população brasileira;
Projetos e programas especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA - ideia de que a escola poderia servir para formar os adultos para o exercício profissional; • Escolas ambulantes para alfabetização de adultos; • Campanha nacional contra o analfabetismo
Formação de Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Criação dos cursos normais rurais – 1935; • Qualificação do professorado rural por meio do Fundo Nacional do Ensino - Primário em 1942; • Formação das missões rurais semanas pedagógicas para formação de professores leigos; • Surgimento da extensão rural - modelo clássico - campanhas de vacinação, cursos de enfermagens e de higiene e cursos de formação social;

Fonte: SILVA (S/D).

Org: Serrão, A. M (2018).

O ensino público e gratuito proposto a partir de 1930 tinha um caráter ambíguo, ao mesmo tempo em que apregoava a gratuidade e obrigatoriedade do

Estado, perpetuava a diferenciação entre escolas para os filhos da elite (ensino intelectual) e escolas para os filhos dos trabalhadores rurais e operários da cidade (ensino profissional). Este pensamento permaneceu até a Constituição de 1988, quando indica a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, que pela primeira vez na história do Brasil abordou a educação rural de forma clara e objetiva.

Em 1961 é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4024/61, assim como as demais, colocou nas pautas de prioridade a educação urbana (quadro 3) em detrimento da precarização da educação rural. A partir dessa lei, a responsabilidade quanto ao segmento educacional caberia aos municípios. Se para União, as condições de manutenção já eram difíceis, imagine aos milhares de pobres municípios, cujos recursos mal davam para sustentar a educação urbana, imagine priorizar a do campo (DOSSO *et al*, 2013).

Quadro 3: Propostas direcionadas para Educação brasileira nos anos 1960.

Trajetória da escola pública	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da segunda LDB, 1961.
Educação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento dos Movimentos de Educação Popular - alfabetização de jovens e adultos como instrumento de emancipação popular; • Conceito de alfabetização funcional, do analfabetismo regressivo, da educação-formação permanente e da educação comunitária; • Movimento Nacional contra o analfabetismo; • Plano Nacional de Alfabetização; • I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular de 1963 - PE; • Lançamento do Programa Nacional de Alfabetização com o método Paulo Freire – 1964;
Campanhas e Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento de Educação de Base (CNBB) 1961 • Sistema de educação pelo rádio; • Centro Popular de Cultura (UNE) – 1963; • Movimento de Cultura Popular (1960), • Campanha de Pé no Chão também se aprende ler – Natal –RN- 1961 - na rede escolar municipal ampliação de salas - acampamentos durante o dia para ensino primário de crianças e a noite para jovens e adultos; • Sistema Paulo Freire – sistematização a partir de 1962 - formação do sujeito humano; • Educação não formal realizado pelas entidades sindicais, associações, igrejas;
Formação de professores	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de professores primários - através de centros de treinamentos de professores leigos - MNCA

Fonte: SILVA (S/D).

Org: SERRÃO, A. M. 2018.

Os segmentos sociais, afetados diretamente por esse conjunto de políticas nacional-desenvolvimentista, foram aos poucos se organizando, resistindo e colocando em prática um sistema educacional próprio, condizente com a sua

realidade social. A luta alcançou novos patamares, houve um crescente aumento nos movimentos operários e camponeses, o surgimento de partidos de esquerda, de alguns setores das Igrejas comprometidas com as lutas sociais e de grupos e entidades que almejavam a transformação da estrutura da sociedade (QUEIROZ, 2011).

É nesse contexto histórico de negação a educação ao homem do campo, que surge às primeiras Escolas Famílias Agrícola (EFAs), inicialmente no Estado do Espírito Santo (1968/9) e depois estendendo a outros estados da federação. Esse modelo de ensino, pautado na Pedagogia da Alternância³⁰ chega ao estado do Amazonas, especificamente ao município de Urucará em 1976.

No entanto, para compreendermos os desdobramentos desses acontecimentos que implicaram diretamente no projeto de colonização que estava em andamento no médio rio Amazonas, especialmente no município de Urucará, é fundamental traçarmos um panorama da educação no campo amazônico no contexto das políticas, programas e das leis educacionais em nível de Brasil.

A Região Amazônica apesar de suas inúmeras riquezas, sempre conviveu com enormes disparidades socioeconômicas e educacionais, implicando em um baixo desenvolvimento humano e social da maioria da população, especialmente, as localizadas no campo. Os poucos programas ou currículos educacionais direcionadas a esse contingente humano, na maioria das vezes, encontravam-se deslocado da realidade social, não refletindo os interesses e necessidades dessa demanda escolar, traduzindo a ausência de ações educacionais efetivas e comprometidas com essa realidade concreta (CAMPOS, 2007).

No caso específico do estado do Amazonas e dos municípios que englobam a macrorregião do médio rio Amazonas, além do histórico descaso com o sistema educacional para os sujeitos que residiam no campo, outros problemas estruturais aparecem em virtude do modelo desenvolvimentista apregoado pelo Regime Militar, desencadeando sérios conflitos agrários, ambientais, penalizando o camponês pela ausência de apoio técnico, financeiro, insumos, logísticos e outros.

³⁰A Pedagogia da Alternância baseia-se em experiências educativas associando teoria e prática. Desenvolve uma metodologia específica, que leva em consideração a realidade de trabalho familiar e produtivo, de acordo com as dimensões de projetos sociais pautados na questão agrária, econômica, social e ambiental da região. É importante mencionar que ela não se diferencia das demais, somente pela experiência político-pedagógica adotada, mas pela transformação e o envolvimento dos sujeitos inseridos direta ou indiretamente em todo o processo (OTRANTO, 2001, p. 16).

Eis a questão, em meio à diversidade, característica essencial do homem no campo amazônico, como formular políticas públicas educacionais que atendessem aos seus interesses e necessidades?

De fato, assim como o restante do país, a oferta de ensino no estado do Amazonas era exclusividade dos centros urbanos no contexto da década de 1960. Manaus monopolizava os centros de ensinos (escolas, institutos, faculdades, universidades), desde o ensino secundário, até os níveis universitários. Dada a consolidação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a preparação de jovens e adultos para os trabalhos nas indústrias ganhou ainda mais força, contrastando com as ofertas de ensino aos camponeses ribeirinhos (pescadores, extratores, jaticultores, agricultores). Obviamente, pensar políticas públicas para atender essa demanda não seria ou nunca foi prioridade do Estado e muito menos dos municípios.

Segundo dados do IBGE da década de 1950, o município de Uruará contava com uma das menores populações do Estado do Amazonas, cerca de 3.672 habitantes. Destes, apenas 649 moravam na sede municipal e cerca de 3.020 na zona rural. Como estamos tratando das desigualdades criada em torno do ensino entre o campo e a cidade, desse pequeno contingente urbano acima de cinco anos, 374 eram alfabetizadas, o mesmo não podemos falar da população residente no campo, onde a taxa de analfabetismo alcançava mais de 80% da população em idade de escolarização.

Os poucos estabelecimentos que ofertava o ensino primário existente no município de Uruará nesse contexto histórico estavam restritos ao núcleo urbano e um no povoado de Santana, com um total de 81 alunos matriculados. Ainda segundo esses dados, dos 3.133 habitantes acima de cinco anos, 1.429 sabiam ler e escrever. A porcentagem de alfabetizados era de 46,61%, superior à média do Estado que era apenas 45,61%. Desse contingente populacional apto as instruções primárias, das pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo, em número de 61, 50 tinham o grau elementar, 7 o médio e 4 o superior (BRASIL, 1957).

Na zona rural, poucas eram as localidades onde se ofertava alfabetização aos filhos dos camponeses, assim também, poucas eram as famílias que priorizavam ensino aos seus filhos, seja, pela ausência de escolas, questão geográfica (distância) ou até mesmo pela falta de condições financeiras. Como relatado pelo camponês L. N (74 anos), no percurso da vida escolar ou da própria

alfabetização, as crianças do campo enfrentavam muitas dificuldades em busca do conhecimento.

Minha juventude foi muito carente, me lembro como se fosse agora. Minha mochila da escola era um saco de pano feito por minha mãe, com um cordão na boca para colocar minha cartilha, meu ABC, minha tabuada, meu lápis. Minha régua papai plainava um pedaço de paracuuba, sapato não existia, usava tamanco. Para chegar na escola, pegava a minha canoinha de cedro que papai tinha feito para mim, navegava até a localidade conhecida como Jurupari (várzea), onde localizava a escola mais próxima (três horas de canoa a remo). Depois da escola, ia vigiar o cacual de meu pai, balar as curicas e os papagaios que comiam os frutos (Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

Pela pouca utilidade que a educação poderia ter na vida do camponês ribeirinho naquele contexto histórico, muitas famílias a renegava, pois alegava segundo o camponês M. C. M (70 anos) que estudar era “coisa de preguiçoso, de quem não tinha nada para fazer em casa, que lugar de filho era na roça ajudando o pai e a mãe, o cultivo de juta que dava dinheiro, não esse negócio de estudar” (Pesquisa de campo. Outubro de 2017).

Esse cenário de desigualdade social, econômico, político e acima de tudo, educacional perpetuou por longas décadas, os embriões das primeiras escolas voltadas para a alfabetização do filho do camponês vai aparecer com as primeiras Comunidades de Bases no final da década de 1960. Ainda como extensão aos conteúdos ensinados na cidade através da Educação Rural, deslocado totalmente da realidade social camponesa, esse modelo de educação foi e continua adotado pelas comunidades do município, ainda que, avanço significativo apregoado pela Educação no Campo tenha ganhado destaque nas últimas décadas.

O avanço mais significativo para o ensino no campo urucaraense ocorreu na década de 1970, pelos menos, a uma pequena parcela do território, ou seja, nas áreas de abrangência das recém constituída colônias agrícolas, nos trechos que compreendiam as terras firmes do médio rio Amazonas, desde o município de Parintins, Urucará e Itapiranga, no Estado do Amazonas.

Em 1976, dada a criação da Escola Família Agrícola do CETRU, em pouco mais de cinco anos de articulação entre o movimento social, Estado, igreja e o Centro de Treinamento Rural de Urucará, importantes conquistas foram adquiridas pelos camponeses nesse trecho do território. Entre as principais metas de trabalho estabelecidas pelo Centro de Treinamento Rural de Urucará estava a preparação

“racional” dos camponeses para os trabalhos na agricultura, afim, da obtenção de melhores rendas e conseqüentemente seu bem-estar social e econômico.

A primeira geração ocuparia as terras, segurando-as com títulos definitivos, a segunda geração deveria estar preparada com os conhecimentos técnicos modernos para tirar desta, o máximo proveito, este conhecimento viria com a implantação de um Núcleo de Treinamento Intensivo (NTI). Além da alfabetização para os filhos dos colonos, a escola tinha como premissa básica, a preparação das futuras gerações para a continuidade nos trabalhos de colonização e a vida em colônias agrícolas.

Em busca dessas premissas, a direção do Centro de Treinamento Rural de Urucará buscou modelos educacionais que fosse condizente com a realidade social, histórica, cultural e geográfica dos filhos e filhas dos camponeses e ao mesmo tempo, envolver as famílias nesse projeto inovador e desafiador. Não era e nem foi fácil pensar uma educação específica aos filhos dos recém colonos, optou-se então, pela proposta mais viável, em um modelo baseado na Pedagogia da Alternância.

Em visita a algumas escolas do sul e sudeste do país pelos membros dirigentes do CETRU, a que mais chamou atenção foi Escola Família Agrícola do Estado do Espírito Santo (figura 27), instituição criada através do modelo italiano em 1969, pelo padre Jesuíta Humberto Pietrogrande (CONCAGH, 1989).

Figura 27: Escola Família Agrícola (EFAs), Espírito Santo



Fonte: Cláudia Mendes, 2016.

No espírito Santo, no município de Anchieta, poucos anos antes da fundação da nossa, estava ocorrendo uma experiência muito bacana, a Escola Família Agrícola. Um tipo de escola que nasceu na França e depois foi pra Itália, foi quando o padre jesuíta Pietrogrande trouxe para o Brasil (1969). Giorgio quando veio da Itália para assumir a escola do CETRU, passou lá para ver como que era, deu uma sondada e veio com esse novo desafio, pois não era fácil criar uma coisa dessa nova aqui. (M. P. B. P., 61 anos. Aluno e Diretor do CETRU. Pesquisa de Campo, setembro de 2016).

A Pedagogia da Alternância idealizada por Pietrogrande nas escolas agrícolas do Espírito Santo no final da década de 1960 teve sua origem na França na década de 1930 e seu desenvolvimento pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) através das chamadas *Maison Familiale Rurale*. A Casa Familiar Rural tinha entre outros objetivos discutir o contexto social e a transformação da sociedade francesa, bem como a organização profissional dos trabalhadores do campo através de sindicatos e cooperativas e trabalhar juntamente com estes, novas mentalidades através de um processo educativo permanente (BEGNAMI, 2003).

Esse modelo de educação se desenvolve no contexto das grandes transformações geopolíticas e tecnológicas da agricultura europeia. A devastação de parte dos sistemas políticos, econômicos e o crescente desabastecimento de alimentos decorrente da segunda grande guerra esgotaram o modelo agrário, era necessária, segundo a ideologia dos países dominantes e vencedores, a mecanização agrícola e adoção de pacotes tecnológicos para superar esse grave momento. O mercado agrícola passava por crise, havia um grande êxodo rural, concentrações urbanas e conseqüentemente, um esvaziamento com o despovoamento de numerosos povoados rurais.

Os jovens que ficavam no campo, geralmente, não possuíam formação adequada ou sentiam-se desmotivados a estudar em escolas tradicionais com conteúdo deslocados na sua realidade social. Atraídos ou forçados a morar na cidade, muitos não retornavam aos seus lares, enfraquecendo e fragmentando cada vez mais as unidades camponesas. Verificando essa situação, tem início, ainda que modestamente, a experiência de três famílias camponesas, que reunindo quatro rapazes, lançaram o alicerce de um dos mais importantes instrumentos políticos- pedagógico da educação (no) e para o campo (OSTRANTO, 2011).

A dispersão do modelo educacional baseado na Pedagogia da Alternância para outros países da Europa (Itália, Espanha, Portugal) se deu a partir da década de 1960. Fora do continente europeu, chegou primeiro à África e depois a América

Latina e Caribe. O Brasil é o primeiro país a desenvolver a experiência, a partir de 1968, no sul do Estado do Espírito Santo, através do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Contou com apoio da Pastoral da Igreja Católica e das lideranças comunitárias, a partir do Município de Anchieta, tendo a experiência Italiana como interlocutora direta no processo de implantação (BEGNAMI, 2003).

A Pedagogia da Alternância foi um dos mais importantes instrumentos político-pedagógico utilizados para promover formação apropriada ao meio rural brasileiro, colocando em pauta demandas até então negligenciada pelas autoridades governamentais. A evolução, os conceitos e as tipologias de alternância serão abordados com mais detalhes e aprofundamento na próxima seção deste capítulo, pois trataremos em específico a EFA do Centro de Treinamento Rural, município de Uruará, Amazonas.

2.6 A Escola Família Agrícola do CETRU: uma resposta alternativa à educação do meio rural no médio rio Amazonas

Apesar do modelo da EFA ser de fora, ele ainda é mais de dentro do que o modelo urbano de escola implantado no meio rural impondo a escolarização tradicional

Paolo Nosella

Após a consolidação da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo na década de 1970, ocorreu uma rápida expansão das Escolas Família Agrícola para outros Estados brasileiros, chegando ao Estado do Amazonas, em especial ao município de Uruará em 1976. No entanto, para operacionalização do projeto, era necessária a intermediação de uma instituição, que no caso específico, recebeu o suporte do Centro de Treinamento Rural de Uruará (CETRU), entidade sem fins lucrativos fundada em janeiro de 1972.

Já destacamos em textos anteriores o contexto de criação do CETRU, organização de inspiração cristã, sensibilizada pela situação de crise econômica e social vivenciada pelos camponeses do médio rio Amazonas final da década de 1960, cujo objetivo principal consistia em projetos de colonização específicos a esses sujeitos. Com o parecer favorável da prelazia de Itacoatiara, que comprou e doou 10 hectares de terra nas proximidades da sede municipal, colocando à disposição dos voluntários para a idealização do Projeto Escola agrícola. Alguns voluntários estrangeiros que estiveram desde o início da fundação do CETRU, já

tinham retornado a sua terra de origem, a destacar o casal italiano Giorgio Campoleoni e Mirian Rita Castiglioni.

Com o projeto Escola Família Agrícola sendo discutido pelas lideranças locais, o casal foi o mais indicado a tocar tamanho desafio. Convite prontamente aceito pelos missionários que, antes de retornarem a Urucará, passaram pelo Espírito Santo e visitaram alguns modelos de Escola agrícola que estavam dando certo naquele Estado.

Assim como todas as conquistas coletivas adquiridas pelo movimento social organizado, com a idealização da escola agrícola não foi diferente. A união, a perseverança, a esperança de dias melhores e um sistema educacional condizente com a realidade social dos colonos foram os pilares e as raízes da nova escola. Um diferencial aos demais projetos de colonização que já se materializavam em território amazônico, ganhando destaque e reconhecimento regional como modelo de ensino.

Como citado pelo engenheiro agrônomo e supervisor do escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR/AM), em Urucará em agosto de 1976:

Para nós que trabalhamos nesta imensa Amazônia é bem fácil notarmos que a mola propulsora de seu desenvolvimento será a agropecuária. Ora, com uma área que abrange quase a metade do território brasileiro, a Amazônia apresenta quase inexplorada, exceto nas áreas de várzea e em pequenas faixas de terra firme. A quase que total falta de exploração é verificada em grande escala, no estado do Amazonas, que apesar de ser o maior estado da federação, só agora está despertando para tornar-se em futuro mais próximo, autossuficiência em produtos agrícolas para atender as demandas de seu mercado consumidor. Neste avanço do Amazonas em prol da autossuficiência agrícola, merece destaque o que está sendo feito no município de Urucará, pelo Centro de Treinamento Rural de Urucará – CETRU. Tal centro orienta e coordena a ação de 15 núcleos populacionais ou colônias, surgidas espontaneamente no município, pela vontade única e exclusiva dos rurícolas amazonense em deixar a agricultura de várzea e passar a fazer uma agricultura em terra firme, que lhes fornece melhores condições de vida (JORNAL DO CETRU, 1976, p. 3).

Criada com a ajuda de todas as colônias fundadas até 1976, foi pensada para atender especialmente os filhos dos colonos, de modo a oferecer uma educação condizente com a realidade social do campo, sem que esses precisassem se deslocar para os grandes centros urbanos, em especial Manaus,

em busca de trabalho, educação ou mesmo de profissão, pois a escola teria tudo isso a oferecer.

Os colonos, principais sujeitos beneficiados por esse novo projeto, se engajaram e ajudaram com todo tipo de conhecimento técnico e sabedoria popular. A escola necessariamente não precisaria ser sofisticada externamente, mas sim, a nova mentalidade apregoada através dela, como relatado por Padre Augusto Gianola em abril de 1976:

No terreno doado pela Prelazia de Itacoatiara que antigamente se chamava FAZENDA, mas que hoje se chama Escola Agrícola aprontamos a secretaria e um pequeno armazém para as ferramentas. Já no mesmo terreno está chegando material para a construção dos dormitórios e da cozinha. Jaurité e Ajará já trouxeram 100 feixes de babaçu especial, o Mocambo deu 14 esteios de Acariuba, o Remanso também deu 10 esteios, Sororoca e Irana já deixaram na beira outros 24 esteios. Amanari vai entregar nos próximos dias os caibros e as linhas, enquanto que o Uirapuru vai abrir as palhas e trazer o cipó. O Marajazinho e a Boa Fé estão de pé para armar tudo, sendo assim, próxima realização das casas necessárias para dar início às aulas. Santana, Buçusal, Surara e Paurá irão colaborar na construção das salas de aulas e nas instalações para criação e viveiros. Percebemos assim, que embora escondidos, muitos já estão se mexendo para a construção da nossa escola. Nessa última semana, fizemos as matriculas dos primeiros alunos, sendo matriculados 35 rapazes e 16 moças. Nas próximas reuniões dos presidentes das colônias, será comunicado o início das aulas (JORNAL DO CETRU, abril, 1976, p. 4).

Com grande empolgação e emoção, o colono L. N (74 anos) fala dos primórdios da escola agrícola do CETRU, da animação, da união, da autonomia alimentar e política da instituição:

Quando iniciamos a construção da escola agrícola, tiramos palha, madeira e construimos os primeiros barracões. Toda noite fazíamos fogueira, era aquela algazarra! Conversávamos, havia dança, brincadeira, fazia teatro, contávamos estórias. Padre Augusto falava da palavra de Deus, mostrava exemplos para ser seguidos, foi um começo muito bonito, animado, ainda que tudo simples, bem depois, começou a apresentar melhorias. A Escola Agrícola era uma coisa no estilo nosso, do jeito que aparecesse lá a comida, você comia. Comia assado, cozido, no molho, não dependíamos da merenda do estado, do município, nós próprio produzíamos a nossa, nossos alunos traziam farinha, comida, ajudavam no que podiam para a manutenção e deixar tudo funcionando (Pesquisa de Campo. Agosto de 2017).

De fato, nas palavras do camponês acima citado, deixa claras as dificuldades institucionais enfrentadas pelas lideranças sociais e colonos nos primórdios da escola agrícola no município de Uruará. A busca por apoio financeiro, institucional e parcerias comprometidas com a educação no campo

tornaram-se tão necessárias quanto à titulação dos primeiros lotes no início da colonização.

Em 7 de julho de 1976 têm início às atividades da Escola Família Agrícola do CETRU, atendendo no primeiro ano, 60 alunos (38 meninos) e 22 (meninas). A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC-AM), não compreendendo a metodologia de ensino apregoado pela Pedagogia da Alternância e com um currículo oficial totalmente distinto do apresentado pela entidade, não assinou convênio ou disponibilizou qualquer ajuda financeira nos primeiros anos de funcionamento da escola. As verbas usadas pelos dirigentes para a oferta de cursos profissionalizantes foram cedidas através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor Infrator (FUNABEM), fundada em 1964 e de outras entidades nacionais e estrangeiras ligadas aos movimentos sociais e a igreja.

É importante ressaltar que a escolarização é uma reivindicação dos agricultores e se coloca no campo do direito, e na época a universalização obrigava apenas as quatro séries primárias (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Brasileira -5.692/71), garantido pela Constituição Federal. As Comunidades rurais sem escola básica “do campo” e sem política definida, apropriada à educação rural, colocam esta demanda para a EFA como “salvadora” de uma situação que é caótica em todo o país (BEGNAMI, 2003, p. 34).

De fato, para os colonos, a escola agrícola do CETRU representou a oportunidade para os filhos buscassem uma profissão, melhorar a sua condição de vida e ao mesmo tempo, a permanência na escola e na família. Com o fim do ciclo da juta, muitas famílias camponesas ficaram sem alternativa de renda e algumas migraram para a cidade em busca de emprego, educação e renda, semelhante ao que vinha ocorrendo na área de criação da Escola Família Agrícola do MEPES, no Espírito Santo. Como relatado pelo Professor e filho de colono R. B. M (56 anos):

Era um sonho estudar no CETRU, almejado não apenas pelos filhos de colonos, mas também pelos filhos das comunidades ribeirinhas. Naquela época, a vida de um jovem era apenas o trabalho, trabalhei muito na lavoura da juta, cuidando de gado. Eu e meu irmão ainda conseguimos fazer um hectare de juta, pegávamos as melhores coisas pra comer (enlatados) do comércio do japonês, nosso patrão. Foi um período muito feliz, a venda da nossa juta nos rendeu um bom saldo (dinheiro), pois as despesas ficaram na conta do velho (risos), deu pra comprar muitas roupas, sapatos e ainda sobrou dinheiro, isso tudo em 1978 (Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

A história de vida de boa parte dos alunos do Centro de Treinamento Rural de Urucará não era distinta da realidade socioeconômica dos camponeses que viviam nas mais diversas localidades do médio rio Amazonas. Situação de pobreza, sem qualquer perspectiva quanto ao futuro, sem apoio ou política pública que atendessem aos seus interesses. Estudar na escola agrícola era tão sonhado na época quanto entrar em uma faculdade nos dias de hoje, poderia representar um novo horizonte, novas possibilidades, sonhar com novas profissões, ou quem sabe, melhorar de vida na própria unidade camponesa.

Ideia corroborada pela professora e filha de colonos M. D. G. C (57 Anos) quanto à situação socioeconômica de boa parte dos ribeirinhos e colonos no contexto da década de 1970:

Minha família era muito carente, a única atividade que a mamãe tinha além da roça era que ela sabia fazer vasilha de barro, a Nella, em visita a nossa colônia Japurá se encantou com as vasilhas que ela fazia, eu ajudava a minha mãe e aprendi o ofício. Quando eu entrei pra escola agrícola em 1976, enfrentei grandes dificuldades para me manter estudando. Como um dos requisitos básicos da escola era que cada aluno levasse 10 litros de farinha para os 15 dias que a gente ficava na escola, chegou um momento em que a nossa roça estava verde e não tínhamos condições de comprar farinha. Minha mãe falou que pelas condições, iria desistir, fiquei muito triste, no entanto, a mãe do meu cunhado tinha roça madura e já estava tirando, perguntei a ela se ela ia fazer farinha naquela semana, expliquei pra ela toda situação e na véspera a ajudei e conseguir a farinha que precisava (Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

Como demonstrado pelo mapa de localização das colônias agrícolas, o fator geográfico foi fundamental para a adoção da Alternância, as distâncias entre colônias agrícolas e Centro de Treinamento Rural eram grandiosas, envolvendo séries de estratégias, transporte e logística para a oferta de ensino aos filhos dos colonos, envolvendo altos custos e despesas.

Em algumas escolas da região Sudeste que adotaram essa proposta metodológica, o intervalo entre a escola e unidade familiar variava, dependendo do espaço e do tempo. Quanto mais próximo as unidades camponesas da escola, menor era o tempo de alternância, em alguns casos 7 dias na escola, 7 dias na unidade familiar. No caso da escola do município de Urucará, o deslocamento pelo rio e as grandes distâncias geográficas esse tempo aumentava para 15 dias.

O período em que os internos (meninos) estudavam, as meninas encontravam-se nas unidades familiares desenvolvendo projetos de agricultura,

pecuária e vice-versa. Esse método tinha como objetivo, o aproveitamento dos conhecimentos teóricos adquiridos na escola e sua utilização prática nas unidades de produção familiar.

A prioridade para estudar na escola agrícola era para os filhos dos colonos, muito embora, em alguns casos, por indicação de algum tutor interno, jovens de comunidades ribeirinhas também eram inseridos nesse ambiente escolar. No entanto, com os constantes fracassos e esvaziamento das colônias no final da década de 1980, a escola começou a atender alunos oriundos de comunidades ribeirinhas.

Segundo a professora M. D. C (57 anos), cada colônia tinha determinada cota de vagas, ficando os presidentes responsáveis pela distribuição das mesmas. No entanto, essa distribuição gerava conflitos, em alguns casos, as lideranças escolhiam filhos de familiares, amigos mais próximos, deixando os filhos de outros colonos de lado.

A faixa etária dos jovens em idade mínima para estudar na escola era de 14 anos, quanto máxima, não havia limites, pois, a filosofia da escola era justamente a inclusão de jovens e adultos (figura 28). Muitos desses jovens saíam de suas colônias apenas com as primeiras séries do ensino básico, outras, porém nem isso. Verificando a realidade educacional, a escola agrupou esses alunos no âmbito da educação integrada, ou seja, em apenas um ano de estudo, dependendo do desempenho, poderiam tirar a quarta série. Ressaltando que a obrigação da escolarização na década de 1970 garantido na Constituição restringia apenas a educação básica (1º a 4º série).

Figura 28: Escola Família agrícola do CETRU



Fonte: Pedroca, s/d. Arquivo Pessoal

As primeiras turmas da EFA CETRU estudavam na informalidade, ou seja, em “curso livre”, sem nenhuma autorização legal de órgãos competentes. O principal plano de formação garantindo no currículo destinava formação de “agricultores técnicos”, com ênfase na construção de projetos agrícolas e experiência de campo, com uso de tecnologias sociais ou modernas, fator que possibilitava formação humana e técnica, bem como com o engajamento nas práticas sociais das colônias.

Nesta fase não existia preocupação com os aspectos formais da escolarização (BEGNAMI, 2003). Não havia diploma de conclusão, mas somente um certificado de agricultor técnico. Alguns alunos da escola agrícola, com o fim de sua formação, que geralmente durava um ano, dependendo do seu desempenho, assiduidade, responsabilidade e liderança eram escolhidos para se tornarem monitores (professores) das novas turmas, podendo inclusive levar adiante a sua formação.

Como na minha infância minha mãe me ensinou a fazer vasilhas de barro, com a minha formação e boa atuação na escola agrícola, fui convidada pelos dirigentes italianos para orientar no setor de cerâmicas. Outra colega de orientação era a Sonia, que foi aluna da escola e era da colônia do Marajatuba (M. D. C. professora filha de colonos. Pesquisa de campo, agosto de 2017).

Para o Movimento das EFAs o Monitor segundo Begnami (2003) é um animador que acompanha e que vai ao lado como instrutor de automóvel, mas quem dirige e toma às mãos a responsabilidade pelas aprendizagens é o aluno. Ainda segundo o autor, o Monitor é componente essencial do sistema de alternância. Os papéis e as responsabilidades, portanto, os seus estatutos não são os de um professor tradicional. A Pedagogia da Alternância exige um estatuto com funções específicas para atividades que transcendem ao mero exercício de dar aulas e cumprir um programa.

A sua competência não está baseada numa soma de saberes, numa erudição e especialização livresca sobre uma determinada disciplina ou área do conhecimento. As competências de um Monitor se ampliam incluindo elementos de animação, de organização para fazer interligar as atividades no quadro da alternância e do ambiente escolar (BEGNAMI, 2003).

Por esses e outros motivos, o movimento da alternância representou para muitos jovens monitores a oportunidade de levar adiante sua formação técnica, científica, humana, pedagógica e outras dimensões de sua vida. No entanto, suas responsabilidades se acentuavam, muito além daqueles estabelecidos aos alunos. Cada orientador ficava responsável por determinado número de alunos e esses eram avaliados a cada quinzena (período em que permaneciam na escola) quanto ao desempenho, projetos, iniciativa, responsabilidade, assiduidade e outras tarefas.

As jornadas de trabalhos aos quais estavam submetidos eram pesadas e exaustivas, como na fala da professora M. D (57 anos), o trabalho era de domingo a domingo e 24 horas por dia, caso acontecesse qualquer problema, em qualquer hora da noite, era de inteira responsabilidade dos monitores.

Tanto é que eu enquanto orientadora, cheguei ao ponto de desistir, de não querer mais, estava sendo muito pesado para mim, a gente como jovem queria sair, se divertir. Estava trabalhando como uma condenada e meu salário não compensava, pois, o salário era mínimo e a gente vivia ali integralmente, 24 horas, não era moleza não. A gente acordava cinco da manhã, de segunda a segunda essa mesma rotina. A gente trabalhava mais pelo lado do amor e também era a única opção, naquela época não era qualquer pessoa que conseguia um trabalho assim (Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

Além das pesadas responsabilidades impostas aos monitores, outra dificuldade era dar sequência a sua formação escolar. Como já salientamos, os mesmos possuíam no máximo até a quarta série e, como suas atividades exigiam dedicação exclusiva, às vezes faltava tempo para isso. Para resolver essa situação, o CETRU em parceria com o Projeto Minerva³¹ ofereceu a esses alunos a oportunidade de concluir de forma integral a (5 a 8ª série). Os alunos estudavam em casa e periodicamente, realizavam provas na cidade de Itacoatiara ou Manaus.

Ao concluir essas etapas, alguns orientadores estavam aptos para iniciar o primeiro e segundo grau (magistério) que era ofertado na sede municipal, na escola Ramalho Junior. Já outros, tiveram a oportunidade da formação técnica fora do estado. A partir de 1978, iniciou a parceria entre o CETRU e escola agrícola do

³¹ O Projeto Minerva nasceu no Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura. Foi iniciado em setembro de 1970, cujo objetivo maior do projeto atendia a Lei nº 5.692/71 que dava ênfase a educação de adultos. O parecer nº 699/72 determinava a extensão desse ensino, definindo claramente as funções básicas do ensino supletivo: suplência, suprimento, qualificação e aprendizagem. A meta pretendia utilizar o rádio para atingir o homem, onde ele estivesse ajudando-o a desenvolver a sua potencialidade.

MEPES no Espírito Santo, onde alguns alunos de destaque puderam continuar a sua formação técnica nesse estado.

As oportunidades educacionais quanto à questão de gênero, ainda pesavam no contexto da década de 1970, especialmente para as jovens monitoras, visto que a prioridade para estudar fora do Estado era exclusiva para os homens. As mulheres cabiam a formação local, geralmente na área educacional, ligada ao magistério.

Para compreendermos um pouco melhor trajetória educacional exclusiva aos jovens do sexo masculino de destaque da escola agrícola, O professor R. B. M (56 anos), filho de colono, ex-aluno, orientador e professor do CETRU, conta-nos, um pouco de seu envolvimento com a Escola família agrícola e o projeto de colonização em território medioamazônico:

Quando vim para a escola agrícola tinha 17 anos, antes disso, tinha repetido a quarta série três vezes no Marajazinho, pois não tinha para onde ir. Eu doído pra vim para a cidade, mas meu pai não me liberava “não meu filho, não vai não, vai ficar aqui pra me ajudar e estudar por aqui mesmo”. No entanto, argumentava dizendo que não tinha escola ali e a que tinha, ofertava ensino até a quarta série. No entanto, nada fazia mudar a cabeça do meu pai, pois para ele, tinha que ajudá-lo na lavoura, com as criações, tocar o negócio da família caso ele viesse a falecer e outros argumentos. No entanto, quando ele se tornou colono, as coisas começaram a mudar, tanto é que em 1979, pude entrar na escola agrícola, me formando no ano seguinte. Com o término de um ano de formação, fui contratado para ser monitor, pois havia se destacado no ano letivo.

Em meados da década 1970, com a criação do Centro de Formação de Monitores, ocorre o processo de expansão e dispersão das Escolas Famílias Agrícolas do Espírito Santo para outras regiões do país (BEGNAMI, 2003). Criado como estratégia de manutenção da identidade do projeto, esta fase da EFA é marcada pela expansão dos cursos de ensino médio e profissionalizante em agropecuária para os egressos do ensino fundamental.

Como mencionado em textos anteriores, aos alunos de destaque e liderança eram ofertados cargos de monitores e em algum caso, poderiam concorrer a uma espécie de bolsa para estudar fora no Estado, ofertado pela entidade alemã - MISEREOR, de preferência no Espírito Santo, em municípios como Olivânia e Anchieta.

Em 1981, fui para Manaus estudar na escola agrícola Rainha dos Apóstolos, permaneci cinco anos lá. Nesse período, só vinha final de ano nas férias, nesse intervalo, ficava em casa e no CETRU aperfeiçoando as minhas técnicas, já tinha o aval deles que assim que terminasse minha formação técnica, voltaria para trabalhar no CETRU. E de fato, foi isso que ocorreu, em 1986 retornei para escola em Uruará. Na ocasião da minha volta, estava ocorrendo uma seleção de alunos e ex-alunos para a vaga de uma bolsa integral, com direito a pagamento e viagem para o Espírito Santo. Fiquei em primeiro lugar e fui estudar mais um ano (1987) no MEPES, no município de Olivânia. No entanto, fiquei na central no Mepes no município de Anchieta. Ficava um mês na escola, no centro de formação e 15 dias nas escolas. Visitei muitas escolas agrícolas, fomos para o estado da Bahia e o estágio no Paraná, na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), uma associação de agricultores, fantástico, algo invejável. Voltei para o CETRU, Fiquei de 1987 até 1994, como professor, orientador, técnico (R. B. M. 56 anos. Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

Com o termino de suas formações técnicas que duravam em média de quatro a cinco anos, esses orientadores voltavam ao CETRU qualificados e com gama de conhecimentos para serem aplicados nos setores agropecuários. A escola agrícola, obviamente ganhava com isso, as ricas experiências que esses jovens adquiriam fora, eram trazidas e aplicadas de acordo com a realidade local das colônias e da escola agrícola. Os filhos dos colonos também eram melhores preparados e poderiam aplicar os projetos de agricultura com melhores resultados em suas propriedades.

Entre os alunos que se destacaram na Escola Família Agrícola do CETRU, não deixaria de citar Manoel Pedro Braga Paes, o popular Pedroca, importante personagem que acompanhou praticamente toda a trajetória da entidade, desde a sua fundação até os dias atuais, de aluno, virou monitor, técnico agrícola, diretor e outras funções que lhe foram impostos ao longo de 28 anos de existência do Centro.

Com a formalização da escola agrícola do CETRU e a regularização dos cursos supletivos no final da década de 1970, a escola ganha novas dimensões e sua importância para a região vai além de uma educação baseada apenas na Pedagogia da Alternância. As parcerias para a canalização de recursos se tornaram necessária, visto que os repasses de entidades não governamentais ligadas à igreja católica, oriundo na maioria das vezes de países desenvolvidos, não atendia mais necessidades do educandário. Os custos mensais se acentuavam na medida em que a entidade ampliava a quantidade de vagas aos filhos dos colonos, como mostrado na (quadro 4).

Quadro 4: Estágios da escola agrícola – demanda-procura-decadência

Ano	Série	Quant/alunos
1976 (início da escola)	Supletivo – 1 a 4 ^a	60
1980 -	Supletivo – 1 a 4 ^a	90
1990 – (crises)	Supletivo – 1 a 4 ^a e 5 a 8 ^a	180
1990 em diante	Supletivo – 1 a 4 ^a e 5 a 8 ^a	Decadência

Fonte: CETRU.

Os principais parceiros financeiros do Centro de Treinamento Rural de Urucará e conseqüentemente da escola agrícola eram os governos (Federal, Estadual e Municipal). E isso se deu principalmente pelo relacionamento com os poderes públicos oriundo da experiência italiana, o que lhes facilitava resolver alguns entraves burocráticos e financeiros (NOSELLA, 2012). No entanto, a ajuda de entidades ligadas a ONGs, igrejas (especialmente da Itália e Canadá), ainda que de forma esporádica, foram de fundamentais importâncias. Outra forma encontrada para captar recursos se deu através da venda dos artesanatos confeccionados pelos alunos e professores e pelos excedentes agrícolas nas feiras municipais.

É importante destacar que boa parte desses recursos era destinada a manutenção da escola, dos alunos, pagamento de servidores e uma pequena parte destinada aos trabalhos nas colônias, principalmente na construção de poços artesianos, fundamental na territorialização camponesa em área de terra firme, geralmente distante das fontes de água acessíveis e potáveis.

A seguir, apresentaremos as principais parcerias realizadas pelo Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU) e pela Escola Família Agrícola ao longo dos 28 anos de funcionamento e sua aplicação.

Nível Federal – recursos estatais

- A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor Infrator (FUNABEM) foi parceira de longa data, sendo, portanto, umas das últimas entidades a fornecer recursos para o CETRU. Partes de seus recursos eram destinadas a assistência técnica, implementos, mecanização agrícola e manutenção dos alunos.

- Outro importante parceiro em nível nacional foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), destinando ao Centro de Treinamento Rural de Uruará diversos cursos de capacitação aos alunos e colonos, a destacar o de irrigação agrícola, tratorista e ceramista.
- O Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), entidade vinculada ao Ministério da Agricultura ofertou importantes contribuições ao CETRU, as parcerias se deram em torno de cursos ocupacionais aos alunos, ex-alunos e colonos (figura 29).

Figura 29: Qualificação técnica aos alunos e colonos



Fonte: Pedrosa, s/d. Acervo pessoal.

Um das preocupações centrais do CETRU/Escola Agrícola era a formação continuada dos ex-alunos do educandário. Diante disso, diversos cursos profissionalizantes eram ofertados a fim de possíveis soluções para os problemas das colônias. Entre os principais cursos práticos estavam os de agricultura, mecânica, marcenaria, carpintaria, mecanização agrícola.

- O apoio do Fundo de Desenvolvimento do Interior (FDI) se deu no início da década de 1980. Através dessa parceria, o CETRU/Escola Agrícola adquiriu o primeiro trator e implementos agrícolas responsáveis pela fomentação dos trabalhos do Núcleo de Treinamento Intensivo (NTI).
- O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Codeagro), forneceu a Escola Família Agrícola uma embarcação, usada no deslocamento de lideranças até as colônias agrícolas, transporte de alunos, de colonos e no transporte dos excedentes agrícolas (guaraná) que eram comercializados em outros municípios.

Nível Estadual

- As parcerias com o governo do estado e suas instituições foram realizadas desde o início do projeto de colonização, em 1972. O Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM) foi um dos primeiros parceiros do CETRU. Sua função consistiu principalmente nas demarcações e emissão de títulos definitivos da terra. As ações de colonização estavam tão intensas nesse trecho do território medioamazônico que o Instituto instalou em 1980, um escritório em Urucará.
- A Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR) prestou ao longo dos anos, importantes contribuições ao CETRU e a escola agrícola. Suas atribuições partiram para o campo da assistência técnica, jurídica e implementos a escola agrícola.
- Com as Centrais Elétricas do Amazonas S/A (CELETRAMAZON) o CETRU juntamente com a Prefeitura Municipal de Urucará fechou parceria para as instalações elétricas no educandário.
- A parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) resultou na construção da casa dos colonos e infraestrutura da escola.
- A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (EMATER/AM) prestou importantes trabalhos, ofertando diversos cursos de capacitação e assistência técnica aos alunos e colonos, fomentou importantes segmentos agropecuário e a mecanização agrícola.
- A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM) tornou parceira do CETRU dada à instalação da escola agrícola, em 1976. Nos primeiros anos de funcionamento da escola, parte dos professores e monitores trabalhavam voluntariamente, no entanto, o CETRU buscou convênio com a SEDUC para o pagamento dos mesmos, pedido atendido em 1981.
- Uma das principais fontes de captação de recursos do CETRU se deu através do convênio com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico (FUNEDE). Para se ter ideia, entre 1978/1981 foram destinados a entidade cerca de Cr\$ 3.252,000,00, recurso destinado a diversas finalidades.

Nível municipal

- A Prefeitura Municipal de Urucará por ser um membro nato do CETRU, na figura de alguns políticos locais foi incentivadora do projeto de colonização e da idealização da Escola Família Agrícola em território urucaraense. A prefeitura ajudou de diversas formas (ampliação do quadro físico do Núcleo de Treinamento Intensivo (NTI), fornecimento de merenda escolar, pagamento de alguns funcionários, entre outras ajudas.

Entidades nacionais e internacionais (sociedade civil e organizada)

- O Fundo Desenvolvimento e Paz do Canadá, responsável pelo financiamento de modestos projetos em países em desenvolvimento, enviou ao CETRU em 1977, a quantia de U\$10,000,00 para as primeiras experiências com a pecuária (bovina e bubalina) em algumas colônias.

- A CARITAS Italiana também forneceu apoio ao CETRU e a ajuda se deu em forma de embarcação (barco) com capacidade superior ao anterior, usada no transporte de alunos e colonos.

- O auxílio com bolsas de estudos para os alunos que estudavam no Espírito Santo foi conseguido em parceria com o MISEREOR, entidade da Alemanha, responsáveis pelas bolsas de estudos no MEPES/ES.

- A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), prestou importante colaboração no sentido da sindicalização dos colonos e alunos, ofertava palestras e assistência jurídica.

- A Prelazia de Itacoatiara dentro de suas possibilidades, realizava pequenas doações para a manutenção da escola família agrícolas do CETRU, que aliás, não saia tão barato manter sua superestrutura e ações.

- Os professores e servidores do CETRU também ajudavam como podiam, em 1979 compraram 25 hectares de terra nas proximidades da escola agrícola, as margens do paraná do Urucará, cujo objetivo era implantar nessa área culturas permanentes, tornando assim o Centro, autossuficiente na produção de alimentos.

- Os alunos também ajudavam financeiramente na manutenção da escola, especialmente com os fins dos repasses governamentais e das entidades filantrópicas. Através da venda de artesanatos (cerâmicas, bordados, crochês) que eram expostas em feiras da escola agrícola, sede municipal e até em Manaus ou

da venda de alguns excedentes agrícolas de projetos de suas responsabilidades para ajudar a manter o centro funcionando.

- Os camponeses juntamente com as suas cooperativas e associações tinham suas parcelas de contribuições, parte da produção agrícola (guaraná e o arroz) comercializado através do CETRU ficava com a entidade.

A Escola Família Agrícola, no auge de suas atribuições, era estruturada em diversos setores, ficando cada orientador responsável por determinada atividade. Em 1980, a área de fruticultura foi ampliada, em especial nas áreas destinadas ao cultivo de guaraná. No setor de viveiros de mudas, produzia anualmente 20 mil pés de guaraná, 7 mil de cacau e cerca de mil pés de cítricos enxertados. No setor de olericulturas (hortaliças), foi construída a segunda casa de vegetação de tomates. No setor de criações, além do aumento natural do rebanho bovino e ovino, a granja de galinhas poedeiras estava em crescente produtividade, ao passo que algumas criações de patos e coelhos foram substituídas pelos galináceos, em detrimento dos altos preços da ração. Visto que, os possíveis retornos dessas atividades só foram possíveis com a introdução do milho nas áreas de cultivos.

No setor de artesanato e cerâmica (figura 30), foi iniciada a construção de um artístico chapéu de palha doado por um grupo de jovens da Itália. Esse espaço era exclusivo para as meninas colocarem em prática seus conhecimentos em cerâmica, barro, pintura, crochê e bordado.

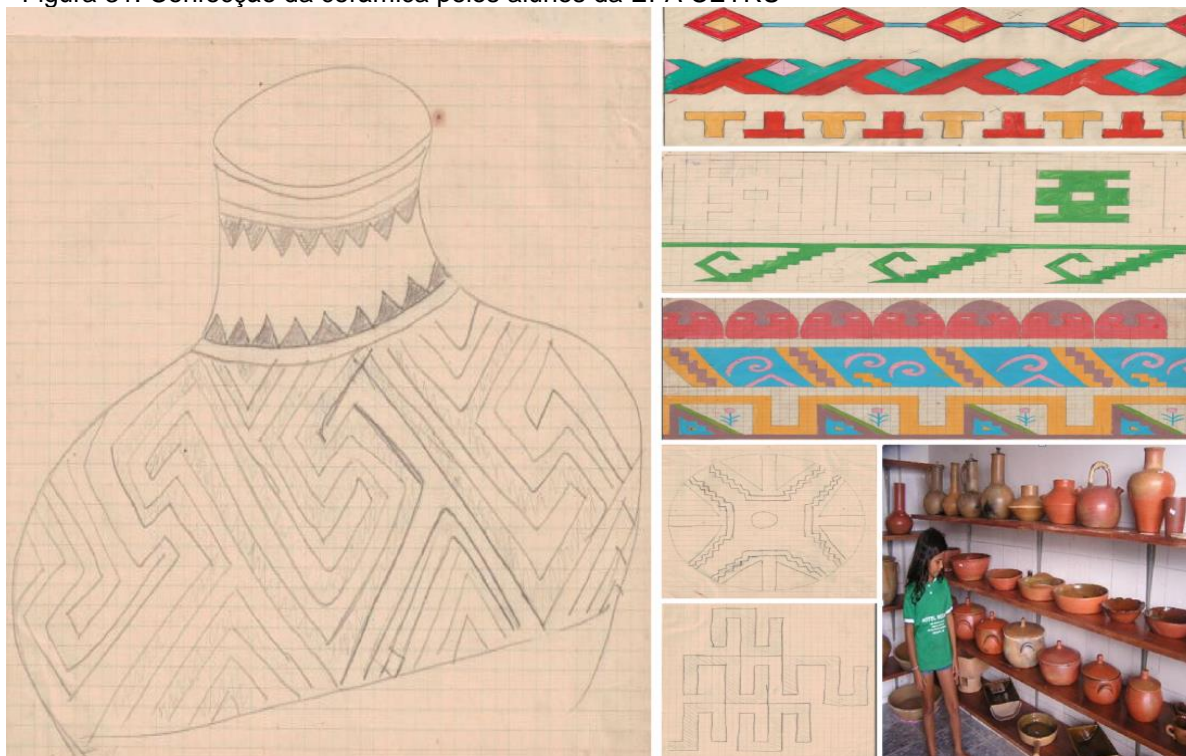
Figura 30: Setor de artesanato da EFA CETRU



Fonte: Pedroca, s/d. Arquivo Pessoal.

Este setor, assim como os demais tiveram importância significativa para o CETRU, inserido ao longo dos anos pela qualidade, como produto de exportação da entidade, com destaque especial a cerâmica (figura 31).

Figura 31: Confeção da cerâmica pelos alunos da EFA CETRU



Fonte: Pedroca, s/d. Arquivo Pessoal.

Como mencionamos anteriormente, os custos com a manutenção das estruturas do CETRU aumentavam a cada ano. No entanto, a partir da década de 1980, parte dos recursos que a entidade precisava vinha do próprio Centro, chegando a representar 20% dos custos anual. As colônias também davam sua parcela de contribuição, pois doavam parte do que era comercializado com a venda guaraná, principal produto econômico das colônias.

Nos dez primeiros anos de funcionamento da Escola Família agrícola do CETRU (1976-1986), houve constantes melhoras no quadro físico, ampliação das áreas plantadas, criações, construções, produção e abastecimento em hortifrutigranjeiros. Essas melhorias só foram possíveis pelos inúmeros parceiros que mantinham a instituição. Em 1982, o CETRU recebeu em convênios, cerca de 27 milhões de cruzeiros, passando a atender os alunos até a antiga oitava série. Como salientado por Padre Augusto Gianola:

A escola ficou esplêndida, é um pedaço da suíça ou da Holanda transplantada na Amazônia. Até o governo sabe disso, vem com frequência visitar-nos e tem até certa inveja. Pergunta-nos a que horas se vai para a cama à noite e o que se come no café da manhã. Os colonos e seus filhos estão orgulhosos de suas casas e de suas terras. O êxodo para a cidade diminuiu. As casas são de alvenaria ou de madeira, as crianças, nutridas, limpas e instruídas (NEGRI, s/d, p. 91).

Esse contexto de expansão e consolidação da EFA CETRU, coincide com o processo de abertura e democratização da sociedade brasileira, e, sobretudo, da passagem do supletivo para os cursos de ensino regular de 4 anos (5ª a 8ª série).

Poderíamos elencar inúmeros elementos que destacam a importância que a escola agrícola tivera para o processo de territorialização camponesa nas áreas de abrangência das colônias agrícolas, sobretudo na nova mentalidade adquirida pelos colonos e alunos. O êxodo rural na hinterlândia das colônias diminuiu; as famílias, de início, desconfiadas, estavam cada vez mais integradas, organizadas, fortalecidas e cientes do seu papel na sociedade.

Não apenas a escola e seus alunos fervilhavam de experiências boas, outros segmentos sociais se fortaleciam e com isso, a territorialização camponesa alcançava novos horizontes. Com as novas titulações a vista, era necessária a criação de uma entidade que articulasse e ao mesmo tempo, protegesse o direito legal sobre a terra desses trabalhadores do campo. Foi criado em 1975 por um grupo de colonos e de trabalhadores rurais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urucará – STRU (figura 32).

Figura 32: Antiga sede do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Urucará



Fonte: STRU, 2017.

Devidamente reconhecido e conveniado a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Amazonas (CONTAG/AM) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (FETAGRI-AM), foi objetivado segundo um de seus fundadores, o camponês L. N (74 anos):

Pensando no futuro, as pessoas já previam que em breve poderiam se aposentar e também, para gente reivindicar alguma coisa ao governo, exigindo nossos direitos como agricultores. Era preciso então ter um sindicato, não tínhamos ainda cooperativa, mais tínhamos um sindicato dos trabalhadores rurais que era conveniado a outras estruturas maior, como a FETAGRI e a CONTAG. Quando criamos o sindicato, as direções dessas instituições, que possuíam sede no estado do Amazonas se faziam presentes, inclusive, nos auxiliando com o estatuto (Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

Composto não apenas por colonos, mas por outros trabalhadores rurais do município de Urucará, em um total de 265 pessoas no ato de sua fundação, o primeiro presidente foi o camponês Domingos Serrão Alfaia. Muitos membros fundadores do Sindicato ajudaram na fundação das colônias agrícolas e nos trabalhos do CETRU e da Escola Família Agrícola, como no caso do camponês Zeca Aleluia, Zé Caldeira, Raimundo Alcides, Clovis de Cristo, Francisco Nunes, Leonardo Nunes e outros.

A gente já conhecia os nossos direitos, então, todos que eram colonos tinham que sindicalizar pra poder cumprir com suas obrigações e exigir os seus direitos. A partir daí, começou essas iniciativas, esses movimentos que na maioria das vezes, eram assumidas por companheiros das mais diversas localidades, do Sororoca, do Paurá, do Carará, do Marajatuba, Marajazinho, daqui do Amanari, tinha muita gente boa envolvida no movimento, ajudando, animando as comunidades, as colônias (L. N. 73 anos. Colono e morador da comunidade Amanari. Pesquisa de campo, agosto de 2017).

Ao mesmo tempo em que os colonos se organizavam em sindicatos, associações, cooperativas e escola agrícola, as ações de colonização colocada em prática pelo CETRU desde 1972, continuava. Com a ajuda dos topógrafos do Instituto de Terras do Estado do Amazonas e de outros órgãos governamentais, até os primeiros anos da década de 1980 tinha resultado na abertura de 38 colônias agrícolas no médio rio Amazonas (quadro 5).

QUADRO 5: COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO MÉDIO RIO AMAZONAS

Nº	NOME DA COLÔNIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ANO DE TITULAÇÃO	ÁREA/HA
1	Marajazinho/URU	17	1974	-
2	Boa Esperança/URU	40	1974	-
3	Sororoca/URU	11	1974	-
4	São Tomé/PIN	21	1974	-
5	Jauarité/URU	12	1976	674
6	Ajará/URU	11	1976	302
7	Buçusal/URU	12	1976	1.200
8	Terra Preta/URU	12	1976	675
9	Rancho Grande/URU	12	1976	-
10	Surara/URU	20	1976	-
11	Uirapuru/URU	16	1976	-
12	Boa Fé/URU	17	1976	-
13	Santana do Uatumã/URU*	11	1978	-
14	Irana/URU	11	1978	-
15	Japurá/PIN	17	1978	-
16	Nova Vida/URU	23	1981	-
17	São João/URU	20	1981	-
18	Boa Vista/URU	9	1981	-
19	Bom Jesus/URU	11	1981	-
20	Andorinha/URU	9	1981	-
21	Uirapuruzinho/URU	19	1981	-
22	Tricolônia/URU	8	1981	-
23	Boiassu/ITA	22	-	-
24	Mariana/URU	14	-	-
25	Novo Oriente/URU	8	-	-
26	Caçulinha/URU	20	-	-
27	Vai Quem Quer/URU	22	-	-
28	Boa Coragem/URU	20	-	-
29	Jacamim/URU	16	1982	-
30	Fé em Deus/URU	12	1982	-
31	Minicolônia/URU	8	-	-
32	Jauaritezinho/URU	8	1982	-
33	Surarina/URU	10	-	-
34	Andrade/URU	17	-	-
35	Japurazinho/PIN	11	-	-
36	Sete-Serras/PIN	8	1982	-
37	São José/PIN	19	1982	-
38	Nova Ideia/URU	18	-	-
Total		572		

Fonte: CETRU, 1986.

Org: Serrão, A. M. 2018.

Para demonstrar aos governantes que apoiar os trabalhos executados pelo CETRU tinha relevância social, econômica, política e agrária, a cada dois anos era realizado a Assembleia Geral dos Colonos (AGC), evento que culminava com a entrega de títulos definitivos aos camponeses. A primeira assembleia ocorreu em 1976 e contou com a participação de todas as colônias agrícolas, chegando a reunir cerca de 700 pessoas. Segundo o camponês L. N (73 anos):

A Assembleia Geral dos colonos era uma espécie de congresso que fazíamos para avaliar, uma espécie de avaliação, reunião. Tínhamos que reunir todas as colônias em um determinado lugar, pra gente tomar iniciativas e a partir daí, buscar novas perspectivas para as colônias e para os colonos. Era onde ficávamos por dentro de tudo que estava ocorrendo, seja elas positivas ou negativas. Dentro dessas assembleias, se tratava de como se buscar fontes de recursos para serem implantados através de projetos agrícolas, buscando a melhoria econômica e o bem-estar dos colonos. Discutiam-se também as titulações, a situação que se encontrava e o que poderiam ser feitos (Pesquisa de campo. Agosto de 2017).

Esse evento era muito importante, pois além de reunir as autoridades governamentais em seus respectivos setores, reforçava os laços de solidariedade, união, ajuda mútua e do compromisso que cada colono tinha com o projeto de colonização e com seus companheiros de lutas.

Padre Augusto e as lideranças do CETRU colocavam em pauta todos os assuntos, de modo que as lideranças governamentais (prefeito, secretários de estado) também eram chamadas. Cada qual falava sua parte, ou aquilo que os convinha. Os colonos falavam das dificuldades que enfrentavam, seja, com as titulações, ou mesmo com a falta de apoio técnico e governamental. Os dirigentes do CETRU falavam das dificuldades que estavam enfrentando em busca das parcerias e da titulação junto aos órgãos governamentais. Os governantes como sempre, só prometiam e diziam estar junto do povo nessa empreitada (JORNAL DO CETRU, 1981, p.4).

No entanto, com o passar dos anos, as coisas foram “esfriando”, o movimento social se desarticulando, as colônias agrícolas e o plano de colonização enfraquecendo, as dificuldades para manter a estrutura da Escola Família Agrícola foram ficando mais difícil, era preciso manter a organização e ao mesmo tempo enfrentar os desafios. A natureza sempre implacável, falta de água, solos pobres, animais e insetos que atacavam as plantações, falta de recursos humanos e econômicos afetavam os trabalhos nas colônias.

A ação política, econômica e ideológica do Regime Militar chega ao fim com o processo de Redemocratização (1985), o país vivencia nesse contexto histórico

uma grande recessão econômica e com ele o desmonte de toda uma estrutura, penalizando um conjunto de sujeitos sociais, entre eles os camponeses (colonos) do médio rio Amazonas, assunto que trataremos no terceiro capítulo.

3 CAPÍTULO

O FRACASSO DO PROJETO COLONIZATÓRIO E A PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO ALTERNATIVA DA MERCADORIA SUSTENTÁVEL

3.1 O real em movimento: Fracassos dos projetos de colonização e o fortalecimento das relações cooperativistas no município de Uruará

A crise econômica dos anos oitenta deixou marcas profundas no cenário político, econômico e social do Brasil na transição dos governos autoritários para abertura da redemocratização. A estabilização macroeconômica em um período de crises inflacionária ganhou atenção especial. Não é objetivo descrever o quadro geral da época, mas vale lembrar que esses fatores tiveram efeitos determinantes nos novos rumos das atividades realizadas pelo Centro de Treinamento Rural de Uruará, seja, elas ligadas ao projeto de colonização, políticas agrícolas, atividades executadas pela Escola Família Agrícola e o cooperativismo agrícola.

Apresentamos especialmente no decorrer do segundo capítulo da dissertação as ações de colonização e a consolidação da EFA CETRU, assim como as diversas formas de territorialização camponesa na terra firme nas décadas de 1970/80, sejam, através de sindicatos, associações, assembleias gerais e principalmente através de uma escola agrícola específica aos filhos dos colonos e ribeirinhos.

Em suma, podemos resumir os trabalhos que foram colocados como prioridade pelo CETRU ao longo de quase três décadas de funcionamento em três momentos distintos: Colonização (1972-1982), Escola Agrícola (1976-1997) e Cooperativismo – comercialização (1997-), assunto que trataremos ao longo desse capítulo.

Nos primeiros anos da década de 1980, apesar de todos os avanços sociais instituído pelo CETRU e pela escola agrícola aos colonos e ribeirinhos do território medioamazônico, era evidente alguns desgastes quanto ao prosseguimento ou não de suas atividades. Houve o consenso geral das entidades religiosas, governamentais e da sociedade civil organizada quanto à importância da escola

para o desenvolvimento educacional, técnico e social da comunidade acadêmica do baixo amazonas, especialmente em Urucará. Um dos problemas girava em torno dos constantes cortes de recursos financeiros e os ajustes metodológicos da pedagogia da alternância.

Em 1983, os últimos italianos que ainda assumiam pastas administrativas da entidade deixaram o Brasil. Depois de anos estudando na escola da MEPES no Espírito Santo, Manuel Pedro de Braga Paes, um dos primeiros alunos do CETRU em intercâmbio com a Escola agrícola do Espírito Santo, se forma em técnico agropecuário e retorna para Urucará para assumir um importante cargo, o de diretor do Núcleo de Treinamento Intensivo (NTI), cargo exercido desde então por padre Italiano Augusto Gianola.

A coordenação comandada exclusivamente por filhos da terra continuou os trabalhos iniciado pelos diversos sujeitos de diferentes nacionalidades. Os investimentos obviamente triplicaram, fechando o triênio (1984/85/86) em mais de 500 milhões de cruzeiro. À primeira vista, parece um valor exorbitante, mas se tratando do período turbulento em questão, a economia brasileira passava por um delicado momento, chamado pelos economistas de hiperinflação, ou seja, a super desvalorização da moeda (cruzeiro e cruzado), aumento das taxas de juros e baixo poder de compra, como mostrado na (quadro 6).

QUADRO 6: BRASIL – DADOS MACROECONÔMICOS

ANO	PIB*	INFLAÇÃO*	FBCF/PIB*	DÉFICIT PÚBLICO*	DÍVIDA EXTERNA*
1979	6,76	100,21	22,8	71447,3	55802,9
1980	9,3	100,87	23,5	55194,1	64244,0
1981	-4,25	95,44	21,6	103129,6	73962,0
1982	0,83	154,4	19,9	80382,1	85303,0
1983	-2,93	270,67	17,2	50461,3	93556,0
1984	5,4	225,52	16,3	85682,4	102039,4
1985	7,85	142,12	16,4	121741,6	105124,9
1986	7,48	224,83	18,7	323887,7	111044,4
1987	3,53	684,62	17,8	455856,1	121173,7
1988	-0,006	1319,87	16,9	337938,4	114435,1
1989	3,16	2740,22	16,6	327800,1	115506,1

Fonte IPEA, 2008.

PIB* - Taxa de crescimento

INFLAÇÃO* - Variação do Índice Geral dos Preços (IGP).

Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Interno Bruto* - Taxa de investimento

Déficit Público* Dívida Interna em títulos (R\$ milhões)

Dívida externa* (US\$ milhões)

As principais causas da hiperinflação costumam ser relacionados aos aumentos dos gastos públicos durante o governo militar e pela elevação da dívida externa (empréstimos) contraída através do Fundo Monetário Internacional (FMI) para bancar parte das infraestruturas do país (estradas, portos, hidrelétricas) e dos mega-projetos visando à integração da Amazônia (PIN, POLAMAZÔNIA). Entre as principais metas dos governos democráticos foi o corte gastos públicos, seja eles em qualquer setor econômico, político e social.

Na década de 1980, o cenário de uma crise global ameaçou diversas parcerias entre as entidades governamentais, religiosos e beneficentes que ajudaram financeiramente o CETRU ao longo dos anos, ocasionando muitos problemas e desafios. No entanto, vale salientar que não apenas os fatores externos foram responsáveis pelo enfraquecimento das atividades executadas pelo CETRU ou pela Escola Agrícola. Possíveis desentendimentos entre os sujeitos locais fragmentaram não apenas as relações de confiança, assim como também, esfacelaram as territorialidades camponesas conquistadas ao longo dos anos.

A extinção do plano de colonização teve seus reflexos negativos na configuração dos territórios e nas territorialidades das colônias. Os trabalhos agrícolas paulatinamente se estagnaram, muitos colonos abandonaram suas propriedades e em alguns casos, migraram para a cidade ou retornaram as suas comunidades na várzea. Os poucos que permaneceram, enfrentavam das mais diversas dificuldades, sem apoio técnico, fomento ou incentivo que possibilitasse trabalhar ou gerar excedentes agrícolas. Os laços de união, ajuda mútua, companheirismo e sociabilidade (reuniões, encontros, assembleias) aos poucos foram deixando de existir.

A crise de confiança entre os sujeitos locais (lideranças, gestores e camponeses-colonos) ficaram ainda mais latente dado alguns acontecimentos, em especial um envolvendo a comercialização de um dos principais produtos econômicos, o guaraná. Mencionamos anteriormente que quase todo guaraná produzido pelas colônias agrícolas e nas áreas de cultivos da escola eram repassados ao CETRU em uma espécie de cooperativismo, ficando este, responsável pela comercialização.

No entanto, já não bastava à crise econômica e política que vinha castigando o andamento de quase todas as atividades, a crise de confiança colocou em xeque a importância que CETRU tivera para os colonos e suas

respectivas colônias. Nas palavras do então coordenador Raimundo Alcides (*in memoria*), estava posta a gravidade do acontecimento:

Aproveitando desse momento, passamos para comunicar que infelizmente a venda da produção de guaraná do ano de 1986, não deu certo. O senhor Naldo enrolou tanto com o pagamento e por fim sumiu com 28.203 toneladas de guaraná. Até agora, não conseguimos descobrir, mas o caso não está parado, estamos tomando providencias, o processo continua em investigação (Trecho da trigésima quarta ATA de reunião ordinária do CETRU, dezembro de 1986).

A repercussão desse acontecimento espalhou pelos quatros cantos das colônias, gerando uma imagem negativa do CETRU. A entidade sempre sinônimo de confiança e seriedade, até porque, não era a primeira vez que fazia a comercialização do guaraná dos colonos e sempre dava certo. A empresa que comprou ou um de seus atravessadores já tinham realizados negócios outras vezes e tudo saiu como combinado, pagando todos os valores.

Para recuperar parte desse prejuízo com a fracassada comercialização do guaraná nesse fatídico ano, o CETRU vendeu uma de suas propriedades, no entanto, nem chegou perto dos valores necessários para repassar aos colonos e a escola agrícola. Diante desse acontecimento, algumas reuniões trimestrais e assembleias gerais dos colonos deixaram de ser realizadas, gerando um enorme descontentamento por parte de alguns colonos.

Esse cenário de um possível desentendimento entre CETRU e colonos desencadeou séries de reuniões e avaliações questionando os trabalhos e a importância da entidade na vida dos colonos e das colônias. A diretoria deixou claro que as colônias que desejasse o desligamento, não seriam obrigadas a permanecerem, visto que a maior contribuição dessa instituição para com esses sujeitos já havia sido realizada, que eram as titulações e a regulamentação de suas terras.

As palavras dos presidentes das colônias foram de otimismo e total apoio ao Centro de Treinamento Rural de Uruará. A entidade mais uma vez se colocou à disposição dos colonos e mesmo sem apoio governamental continuaria realizando ações em prol das colônias, dos colonos e da escola agrícola. A união, a solidariedade e o comprometimento de todos seriam ferramentas fundamentais para vencerem os desafios e as dificuldades.

Os conflitos internos não se restringiam apenas aos colonos, as colônias ou a escola agrícola. A questão política partidária local colocou ainda mais combustível nesses turbilhões de acontecimentos, fragmentando e dividindo ainda mais as lideranças do Centro de Treinamento Rural de Uruará. Com o processo eleitoral restituído, muitos membros administrativos pediam afastamento de suas atividades para compor as chapas eleitorais (vice-prefeito, vereador) em distintos partidos políticos, fazendo oposição as lideranças políticas locais, motivos de eventuais conflitos de interesses.

Na década de 1990, possíveis desentendimentos com o poder municipal, na figura do então prefeito Pedro Falabella (*in memoria*) foram pautas de calorosas reuniões entre os membros administrativos do CETRU. A prefeitura ameaçou tomar a administração da entidade relocando professores pagos pela SEDUC para as escolas do município, impossibilitando a mesma de funcionar. Como já apresentado, a entidade representava um peso político muito grande na região, ao assumir determinada bandeira política, situação que contrariava o seu estatuto, comprava briga e no final das contas, saia prejudicada.

E os reflexos dessas crises, conflitos e desentendimentos refletiam pesadamente nas atividades desempenhada pela Escola Família Agrícola. Períodos de incertezas sobre o andamento ou não das atividades da escola já permeavam desde o início década de 1980. Em 1987, o convênio com a FUNEDE, principal parceira financeira do CETRU não foi renovada, dinheiro usado na manutenção dos alunos e da escola agrícola. No dizer da diretoria “isso para nós foi como uma facada, essa verba era aquela que manteve a nossa escola nesses onze anos de funcionamento” (CETRU, dezembro de 1987).

As dificuldades que a escola agrícola e a entidade CETRU enfrentaram no decorrer dessa década se acentuavam. Com o fim dos repasses governamentais e a não renovação de algumas parcerias, iniciar o ano letivo sem recursos se tornou um desafio. Ao ponto que os custeios e despesas da escola eram pagos com o dinheiro da pequena produção agrícola e doações de amigos estrangeiros.

Apesar de todos os desafios vivenciados, escola vinha acumulando ao longo dos anos bons frutos, sempre em prol dos filhos (as) de colonos e ribeirinhos do médio rio Amazonas. A preocupação evidentemente aumentava ano após ano, não apenas pela perda na qualidade educacional ofertada, mas principalmente pela

fixação desses alunos ao meio, seja nos trabalhos das colônias ou das comunidades, principal objetivo da pedagogia da alternância.

A cada ano, o número de alunos aumentava, em 1989, o ano letivo fechou com 176 internos. O mais preocupante era o fato de a escola não dispor de nenhuma garantia quanto ao recebimento ou não dos recursos, seja de parcerias governamentais, ONGs, ou de entidades filantrópicas. A torneira dos recursos responsáveis pela manutenção do CETRU estava se fechando, a parceria com entidade da Alemanha, responsável pela manutenção de alunos em formação em outros estados, também chegara ao fim.

No início da década de 1990, a entidade se mantinha através de doações de amigos estrangeiros, da venda de pequenas produções agrícolas e do artesanato confeccionado pelos alunos da escola. O que lhes permitia realizar a manutenção, pagamento de professores e algumas outras pequenas atividades. A FUNABEM era um dos únicos órgãos Federal a repassar recursos para a entidade, como denunciado pelo diretor da Escola agrícola M. P. B.P (62 ANOS):

Estamos arriscados a fechar as portas da escola porque está cada vez mais difícil a situação econômica. Os orientadores já estão a quase dois meses sem receber seus salários e nem previsão temos para isso. Para a manutenção dos alunos da 5ª, 6ª e 7ª séries até maio, foi feito um estoque de alimentos com recursos que recebemos da FUNABEM (Trecho da trigésima oitava ATA de reunião ordinária do CETRU, junho de 1990).

Nos primeiros anos da década de 1990, pela diminuição do número de matrícula, em especial pelo esvaziamento das colônias, a escola para atender as exigências da SEDUC, começou a criar turmas mistas, ou seja, meninos e meninas ao mesmo tempo e não mais na alternância, como vinha acontecendo desde 1976. A Secretaria de Educação não aceitava turmas pequenas de alunos, visto que a qualidade na educação nunca foi prioridade do governo do Estado, que além de se onerar dos gastos, tinha como alternativa, salas lotadas e cortes constantes de recursos.

Os alunos que exclusivamente eram de filhos de colonos, passaram a ser também de comunidades ribeirinhas, especialmente da terra firme. É importante mencionar que essas decisões não eram tomadas de cima para baixo, ou seja, apenas pelos membros administrativos. Para importante reforma educacional, os

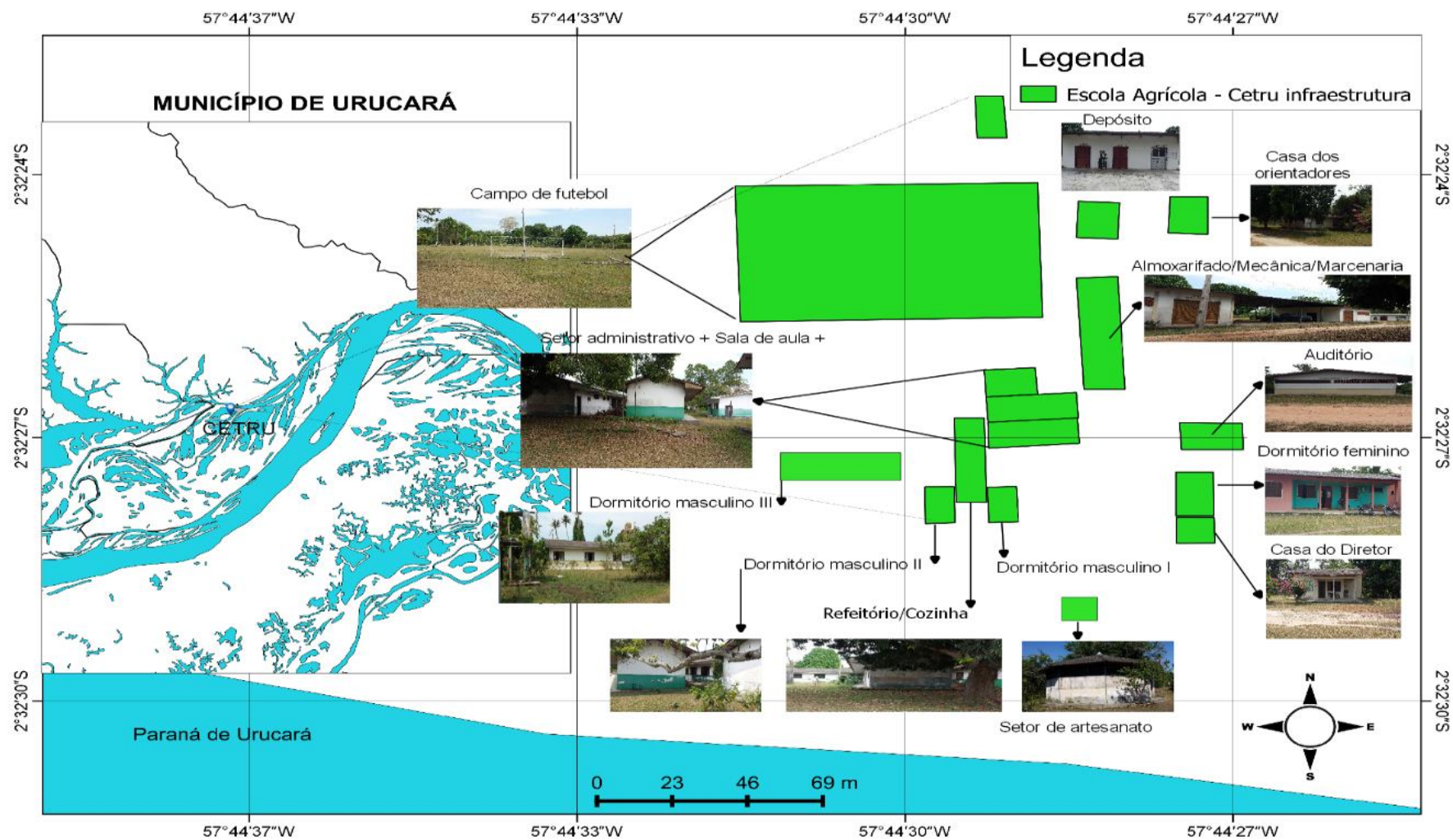
pais dos alunos eram consultados através de um formulário e a partir das respostas, as decisões eram tomadas.

Nesse contexto, a escola contava com o seguinte quadro de funcionários, 12 professores, 11 monitores e alguns diretores. No entanto, a partir de 1994, foi inevitável o corte de pessoal da folha de pagamento da escola, em um período em que a mesma já atendia de 1ª a 8ª série. Muitos desses funcionários eram pagos com recurso estatal, através da SEDUC ou vinculados a prefeitura municipal. Isso de certa forma tirava a autonomia do CETRU, ficando cada vez mais refém e dependente de decisões governamentais.

No final da década de 1990, os convênios governamentais continuavam incertos, ora chegava, atrasava ou tampouco tinha previsão. Em 1997, na metade do ano letivo, as aulas foram paralisadas por falta de recursos financeiros. Os quatro meses de funcionamento da escola contabilizava despesas de R\$ 71 mil reais. 17 mil apenas com alimentação, ficando a escola devendo esse valor aos fornecedores e aos salários dos demais funcionários.

As portas dos inúmeros convênios que a entidade possuía no exterior e dentro do próprio país aos poucos foram fechando. A dependência governamental se tornou uma estrada sem volta, que levou a derrocada final do CETRU e de todas as atividades que ainda executava. O governo do Estado na gestão de Amazonino Mendes, com o intuito de aproveitar as boas estruturas que a escola agrícola possuía, idealizou em 1997 o ensino médio, com investimentos em melhorias estruturais e uma ampla reforma, logo depois abandonado (figura 33).

Figura 33: CETRU/Escola Família Agrícola – infraestrutura atual



Base cartográfica IBGE, 2010.
Org: Serrão, A. M (2018).

O CETRU não mais atrativo ao governo, não tinha mais influência, poder político e custava caro aos cofres públicos, pois com soma bem inferior, era possível criar novas escolas estaduais e com isso, enterrar de vez a importância que a mesma tivera para o estado do Amazonas em décadas atrás.

Em 1998, as atividades escolares estavam completamente paralisadas, a entidade deixou de receber recursos responsáveis pela manutenção da escola e dos alunos. Professores e orientadores não recebiam os seus salários a mais de um ano. Direitos trabalhistas e as dívidas da escola já tinham consumidos boa parte de seu patrimônio (propriedades, barcos, gado) e ainda por cima, furtos e a falta de estímulo em quase todos os setores, desde funcionários remunerados aos camponeses nas colônias. A inserção das relações capitalistas no campo amazônico desestimulou ainda mais o espírito cooperativista e de ajuda mútua, o “nosso” deu lugar ao “meu”.

Em 1999, para o pagamento de indenizações trabalhistas, fornecedores de serviços e contratos de alimentação foram vendidas as últimas propriedades da entidade. Alguns fornecedores receberam seus pagamentos em terras, imóveis, barcos, caminhões e o que mais pudesse ser negociável. Muitos professores e orientadores também entraram na briga para receberem o que lhes era de direito. As atividades escolares chegaram ao fim e o CETRU ou pelo menos parte do que foi um dia entra em um novo estágio, focando nos primeiros anos do século XXI no cooperativismo agrícola.

Com a criação em 2001 da Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores de Urucará (AGROFRUT), os últimos dirigentes focaram através da cooperação a comercialização do guaraná em escala nacional e internacional. Principal produto econômico das colônias agrícolas, o guaraná oriundo do território Sateré-Mawé através do aperfeiçoamento genético, tratamentos culturais e agrônomicos alcançou boa produtividade, sendo produzido nas 38 colônias agrícolas do CETRU, assunto que trataremos na próxima seção.

3.2 Cooperativismo agrícola como alternativa a crise de confiança

A Cooperativa AGROFRUT é a consolidação do trabalho realizado pelo Centro de Treinamento Rural de Uruará – CETRU, que em 1972, com a colaboração da prelazia de Itacoatiara e voluntários Italianos, organizou os produtores em colônias, com objetivo de orientar os produtores a desenvolver novas alternativas econômicas como a cultura do guaraná, que foi uma das experiências bem-sucedida (AGROFRUT, 2001).

Sua introdução, como já mencionado ao longo dessa dissertação, se deu com a criação das primeiras colônias agrícolas em 1972, com o passar dos anos a produção do guaraná no município de Uruará e nas áreas de abrangência do das colônias do médio rio Amazonas alcançou volume considerável.

Segundo dados da ATA de reuniões do Centro de Treinamento Agrícola de Uruará, em 1978 as colônias ainda produziam pequenas quantidades de guaraná em rama (4,5 toneladas), no entanto, as áreas cultivadas já ultrapassavam 300 hectares, as colônias localizadas no Marajazinho, Amanari e Mocambo despontavam como as mais produtivas. Atualmente, Uruará possui uma das maiores áreas destinada ao cultivo do guaraná do estado do Amazonas, cerca de 480 hectares (IBGE, 2014).

Na safra de 1979, a colheita ultrapassou as 10 toneladas, representando importante fonte de renda aos colonos. Com o passar dos anos, novos guaranazais foram sendo criados e ampliados, não apenas pelos colonos, mas também pela escola agrícola, havendo a necessidade da ampliação do setor de viveiros de mudas, que em 1980 produzia em média 20 mil pés de guaraná e em 1981, dada a consolidação de um projeto orçado em 15 milhões de Cruzeiro, redobrou a capacidade para 50 mil.

Vale salientar que as colônias agrícolas, amplamente incentivadas pelo governo, foram pensadas antes de qualquer coisa para se tornarem produtoras de alimentos ou de excedentes agrícolas para as indústrias. As criadas pela igreja no território medioamazônico não estavam dissociadas disso, visto que a inserção do guaraná nas áreas de cultivo não foi mera coincidência.

Nos anos 60, a demanda por refrigerantes à base de guaraná cresceu fortemente, obrigando a Antártica (hoje AmBev) a obter matéria-prima em larga escala. A empresa, então, desenvolveu um projeto em caráter de urgência para instalar uma fábrica de extrato em Maués – seu maior fornecedor de guaraná. A iniciativa transformou as características do município, tanto em termos de oportunidades de trabalho para a população quanto em infraestrutura. Construída a fábrica, o desafio seguinte consistiu em fomentar a produção local, já que os resultados obtidos com o cultivo tradicional mostravam-se insuficientes para as necessidades da indústria (ALMEIDA, 2007, p.49).

Costa (2017) em trabalho recente sobre “os cultivadores do guaraná e o processo da monopolização do território pelo capital no município de Maués” destaca que esse foi um dos fatores que certamente influenciou no aumento da demanda e na produtividade do guaraná na região do baixo Amazonas, a chegada da Empresa Paulista Antártica (atual Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV) em 1964. A produção de Maués que na década de 1970 detinha o monopólio nacional, sempre acima de mil toneladas, aos poucos vai perdendo esse título, a difusão do guaraná para outros municípios do estado Amazonas (Barreirinha, Parintins e Uruará) era necessário, pois o mesmo sozinho, não atendia mais a demanda imposta pela grande indústria monopolista.

Em meados da década de 1980, a produção oriunda das colônias agrícolas totalizava 100 toneladas e vendidas a preços bons. O crescente aumento dessa produtividade só foi possível graças às parcerias firmadas entre a Escola Família agrícola do CETRU e as empresas (estatal e privada) de fomento e melhoramento genético instalado nesse município, em especial a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e a Sociedade Agrícola de Maués (SAMASA).

O primeiro intercâmbio da escola agrícola (alunos, orientadores e diretores) com o município de Maués ocorreu em 1981. Os objetivos dessas viagens de campo era justamente acompanhar o que se tinha de pesquisa, melhoramento e tecnologia a benefício do guaraná, assim também como a venda da produção camponesa para a Empresa Paulista Antártica.

A comercialização da produção de guaraná na maioria das vezes era incerta, dependia muito da oferta de bons preços. Empresas como a Antártica, Brahma, Coca-Cola, Santa Cláudia em nível regional e nacional variavam quanto à questão do preço pago por quilo (figura 34).

Figura 34: Comercialização do guaraná na década de 1980 pelo CETRU.



Fonte: CETRU, 1982. Org: Serrão, A. M (2018).

Um dos fatores de grande produtividade na década de 1980 seja talvez a predominância de guaranazais novos. No decorrer das décadas de 1990 e 2000 houve queda significativa na produção urucaraense, não aprofundaremos os fatores que levaram a isso, no entanto, o envelhecimento das matrizes produtoras, falta de tratamentos culturais e agrônômicos, abandono das colônias agrícolas, doenças, queimadas, falta de incentivos governamentais e o baixo preço pago pelo quilo tenha desestimulado os camponeses.

Não deixaríamos de elencar as crises econômicas, políticas e ideológicas que atingiram o CETRU na transição da década de 1980/90, afetando em cheio os camponeses que cultivavam o guaraná nas colônias agrícolas. A década de 1990 foi marcada por forte desarticulação comercial, se antes o CETRU canalizava toda a produção e servia como agente comercializador, com o enfraquecimento, a comercialização passou a ser feita por cada produtor. Esses fatores, combinados pela crescente oscilação e estagnação no preço reduziu pela metade a produção local, fechando o ano 1996 em apenas 40 toneladas (AGROFRUT, 2001).

Nesse contexto surge a Cooperativa Agrofrut (2001) e o interesse pela exportação do guaraná de Uruará, demanda tinha, produto também, faltava aperfeiçoar os processos de produção e os trâmites de exportação, desafios que não seriam fáceis de serem superados.

É importante ressaltar que os dirigentes italianos que comandaram o CETRU desde o início de sua fundação, apregoavam em suas metodologias de trabalho o espírito de cooperação³² e de práticas cooperativistas. Baseadas principalmente em experiências das EFAs de outros estados ou de seus locais de origens. O cooperativismo ou a criação de uma cooperativa³³ era visto como saída para a comercialização dos excedentes agrícolas, garantindo não apenas autonomia aos camponeses, mas também, a libertação das amarras dos atravessadores e das grandes indústrias monopolistas.

Para a sensibilização dos camponeses quanto à prática cooperativista, a Prelazia de Itacoatiara em parceria com o CETRU destinou ao Panamá, o jovem colono Leonardo Nunes dos Santos (74 anos). Ele passou 08 meses estudando em companhia de alunos de diversos países latinos americanos e da Europa sobre cooperativa, cooperação e cooperados. Como membro do conselho deliberativo, todo conhecimento adquirido por ele foi repassado, sejam através de encontros, reuniões, palestras.

A pauta de exportação sempre foi algo ambicionado pelos membros dirigentes, que de forma modesta, exportava desde o início da década de 1990, pequenas quantidades de cerâmicas. Em 1997 começou a se pensar na exportação do guaraná, principal produto econômico das colônias. O envio desse produto se deu através da Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Diretos de Uruará Ltda (COMAP), em parceria com amigos italianos que prestaram serviços na entidade em períodos passados.

Em busca de novos mercados e da possibilidade de aceitação desse produto na Itália, esses italianos com o intuito de ajudar o CETRU, a Escola agrícola e os colonos, realizaram minuciosas pesquisas para verificar a aceitação do guaraná de Uruará, visto que já era conhecido em algumas regiões, em detrimento da forte atuação de padres e missionários italianos na Amazônia e em especial no referido município.

³²Ação social articulada, alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos (SCOPINHO, 2007).

³³Identificada como um tipo de organização compostas por pessoas que se unem para alcançar determinado objetivo em comum. Esse tipo de organização fundamenta-se por meios de normas e princípios a serem obedecidos pelos integrantes no intuito de chegar a um denominador comum (GONÇALVES, 2016, p. 23).

Com a legalização da Cooperativa para exportação do produto, o grupo de apoio da Itália, forneceu recursos para a compra da produção dos colonos e de uma máquina de triturar o guaraná, pois o produto a ser exportado seria em forma de pó. Existem várias formas de transformar os produtos oriundos do guaraná, o mais conhecido é o guaraná em bastão, técnica aperfeiçoada a centenas de anos pelos índios Sateré-Mawé e ainda hoje, muito utilizada pelos nativos (índios e camponeses) na Amazônia (COSTA, 2017).

A situação de funcionamento da escola agrícola do CETRU no final da década de 1990 estava insustentável, restando aos dirigentes nos últimos anos de funcionamento, investir no fortalecimento cooperativista e fechar um ciclo que foi pensado passo a passo por Padre Augusto Gianola e outros demais missionários italianos. Garantir o direito e a posse da terra, treinar homens e mulheres da região na atividade agropecuária e por fim, fincar o espírito da cooperação e da autonomia econômica.

Em 1996, apesar de todas as dificuldades e problemas, principalmente relacionados à baixa qualidade do produto no processo produtivo, a exportação do guaraná em pó de Urucará para Itália foi um sucesso, chamando a atenção de alguns compradores da Alemanha e Holanda. As colônias do Marajazinho e Castanhal foram a que mais participaram da comercialização e exportação, criando certa euforia aos dirigentes do CETRU, que pensaram em reanimar essas colônias diante das possibilidades e das portas que se abriam para a comercialização e exportação de produtos agrícolas.

Em 1998, as principais pautas de reuniões e encontros do CETRU giravam em torno da comercialização e exportação do guaraná em pó e em rama. Lembrando que nesse período, Urucará já era considerado um grande produtor de guaraná e apresentava baixa produtividade em decorrência de inúmeros fatores. Os parceiros comerciais continuavam sendo as grandes indústrias de bebidas que se instalaram na Amazônia, em especial a Antarctica (atual AMBEV), Coca-Cola e outras marcas regionais. No entanto, uma pequena parte dessa produção, que em determinado período chegou a mais de 150 toneladas já era exportado para a Europa, colocando Urucará como pioneiro nesse tipo de comércio³⁴.

³⁴ Produtos com alto valor agregado em detrimento do forte apelo ecológico, chegando inclusive ao dobro das formas convencionais de produção, os chamados guaraná em rama, manipulados com o uso de defensivos agrícolas e sem a prática agroecológicas.

A boa aceitação do guaraná em pó no mercado externo e as altas demandas no mercado interno impulsionaram novas corridas pelo plantio, tanto por parte dos colonos, como por outros produtores oriundos das comunidades do município. Em 1998, em parceria com a prefeitura municipal, foi construído um grande viveiro de mudas na escola produtiva. A prefeitura comprou 10 mil mudas de guaraná clonado³⁵ com o intuito da distribuição nas áreas colônias e comunidades, consorciando a com a criação de abelhas e plantação de cupuaçu.

A exportação de guaraná e cerâmica (utensílios em argila) continuava em crescente ascensão, em 1999, foram enviadas para a Europa 1 (uma) tonelada de guaraná em pó e 800 peças de cerâmicas (figura 35). No mercado local, os produtores entregaram ao CETRU, 05 toneladas de guaraná em rama³⁶, que foi comercializado com a Fábrica Paulista Antarctica. Ainda nesse ano, as parcerias com o mercado cooperativista italiano começaram a render frutos.

Figura 35: Primeiro produto de exportação do CETRU



Fonte: Agrofrut

³⁵A clonagem segundo Almeida (2007) é uma reprodução assexuada, que consiste em retirar um pedaço de galho, ou seja, uma estaca, e plantá-la, de modo que esta origine uma planta igual à anterior. O guaraná, entretanto, não consegue nascer dessa forma. É necessário fazer um tratamento com fitormônios (hormônios para plantas), para que o procedimento se complete e a planta crie raízes. Complementado por Costa (2017), o guaraná clonado é mais produtivo e resistente a doenças. Essas mudas melhoradas geneticamente passaram a ser distribuídas para os colonos e camponeses, a partir dos anos 2000 e por meio de financiamentos bancários. Até a década de 1990, o guaraná nativo predominava nas áreas de cultivos das colônias.

³⁶ Grãos torrados, forma utilizada pelas indústrias de bebidas.

O grupo de Apoio composto por italianos e o grupo Ferrara, que comprava a produção urucaraense, disponibilizou convites para que os membros do CETRU visitassem a Itália com o intuito de conhecer as associações de produtores e expor seus produtos em feiras de Milão, aumentando as possibilidades de fecharem novas parcerias comerciais, tanto para o guaraná, como com as peças em cerâmicas.

Apesar da paralisação do Núcleo de Treinamento Intensivo (NTI), a diretoria administrativa do CETRU em meio às crises e os problemas enfrentados, não deixaram de dar sequência a importantes trabalhos e parcerias. As demandas pelo guaraná e cerâmica aumentaram e novos mercados surgiam com a exposição de peças em cidades como Parintins, Manaus, Rio de Janeiro, Milão e outras. O guaraná também alcançava novos parceiros comerciais, principalmente pelo apelo ecológico que apregoava em sua marca, ou seja, o guaraná orgânico de Uruará, tendência que começou a prevalecer principalmente na década de 1990 e se fortaleceu nas décadas de 2000.

Com o término do CETRU, deu sequência aos trabalhos a Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Diretos de Uruará (COMAP), que além de assumir as responsabilidades pelo comércio e exportação do guaraná e da cerâmica, adotou a prática social de comércio justo como proposta futura, assunto que detalharemos nas próximas seções. Em números e cifras, a produção de 01 tonelada de guaraná em pó e as peças exportadas para a Europa em 1999, renderam ao CETRU mais de 50 mil reais. O preço do quilo do guaraná em pó foi comercializado em R\$ 20,00. Outras empresas também fecharam acordo com o CETRU, com o intuito de comercializar o guaraná.

Diante desses acontecimentos, era necessário o cadastramento dos colonos para o projeto de exportação, constituindo assim, os primórdios da Cooperativa Agrofrut. Com o caminho aberto, algumas empresas de porte internacional buscaram possíveis parcerias comerciais com a nova entidade. Entre elas a gigante Coca-Cola e uma grande financiadora Italiana. Em parceria com o Conselho Indigenista de Maués e a Agroriza, estavam propondo fazer um Consórcio com o CETRU. O objetivo do Consórcio era a aquisição de recursos para a construção de uma fábrica de xarope e refrigerante em Manaus e, com isso, exportar o produto já beneficiado para a Alemanha, Itália e Suíça, proposta que ficou apenas no campo das especulações.

Em detrimento das demandas que foram criadas pelo capital, visando principalmente o mercado externo, alguns jovens foram apoiados pela entidade com o objetivo de conhecerem os tramites e as burocracias que regem o mercado exportador. A principal dificuldade consistia no idioma, barreira que poderia ser sanada com alguém especialista na área.

A COMAP, responsável pela comercialização dos utensílios em cerâmica e do guaraná (pó e rama) começou a apresentar possíveis desentendimentos entre os seus membros. Muito ligada à visão de cooperativa e associação do passado, era preciso reformular esse tipo de empreendimento e colocá-lo em nível de competição no mercado atual. Como salientado pelo presidente da Cooperativa Agrofrut, o senhor Antônio Carlos (47 anos):

Os modelos de cooperativas até então apregoado pela direção do CETRU era baseada no molde comunitário, ou seja, onde um grupo de pessoas criava uma associação e nos primeiros anos dava lucro e depois começavam os desentendimentos e acabava até formar uma nova cooperativa e começar tudo novamente. Esse era o formato que conhecia, havia a troca de experiência em benefício de um bem comum, no entanto, sem conhecimento teórico e operacional. (Pesquisa de campo. Maio de 2016).

Para não repetir os mesmos erros das cooperativas que ao longo dos anos foram criadas e na sequência fracassadas, o último diretor administrativo do CETRU, Manoel Pedro Braga Paes (62 anos), o popular “Pedroca” convidou algumas pessoas com experiência e conhecimento, a destacar Antônio Carlos e Matheus Garcia.

Foi criada uma comissão, onde passamos um ano se reunindo, fazendo cursos, se capacitando para construir uma cooperativa que não cometesse o erro e sabíamos que não poderíamos fracassar, pois poderia ser a nossa única chance em falar em cooperativa, sendo que a base de criação vai se dar por pessoas que já tinham tido experiência de trabalho, conhecimento operacional ligados a documentação para exportação nas empresas de Manaus (A. C. 47 anos. Presidente da Cooperativa Agrofrut. Pesquisa de campo, maio de 2016).

Em 1999, os dirigentes do CETRU e alguns colonos resolveram criar uma nova cooperativa, a Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores de Urucará (AGROFRUT), sendo está consolidada e regularizada em 15 de janeiro de 2001.

Composta inicialmente por 29 cooperados e um grupo de 42 pessoas, sua filiação à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/AM) ocorreu em 2001 (figura 36).

Figura 36: Sede, Escritório e agroindústria da Cooperativa Agrofrut, Urucará-AM.



Fonte: SERRÃO, A. M. Trabalho de campo, julho de 2017.

Com objetivos bem estabelecidos, a mesma focou na organização, beneficiamento e comercialização da produção camponesa, seguido da capacitação maciça dos dirigentes, colaboradores e principalmente dos produtores, no sentido de melhorar o processo produtivo e torná-los mais competitivos no mercado (GONÇALVES, 2016).

3.3 O produto orgânico como mercadoria sustentável

De olho em um mercado nacional e internacional crescente no início do ano 2000, a Cooperativa Agrofrutíferas focou na exportação e certificação orgânica do guaraná. Entendida como uma das possíveis práticas de produção alternativa em relação à agricultura mecanizada e tecnificada, a agricultura e os alimentos orgânicos³⁷ vêm contribuindo para a construção de novas práticas de produção, além de caracterizar-se como uma forma de opção diante da monocultura industrial (MORETTI, 2014).

³⁷Alimento orgânico são produtos de origem vegetal ou animal que estão livres de agrotóxicos ou de qualquer outro tipo de produto químico, pois estes são substituídos por práticas culturais que buscam estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola. (MAPA, 2007, p.13).

Apesar de não fazer oposição a possíveis formas de agricultura dominante existente no médio rio Amazonas, como ocorrer em alguns territórios da região Centro-Oeste do país, locais do agronegócio exportador e das grandes monoculturas de soja, milho e cana. A produção agrícola orgânica local ainda é uma prática com pouca visibilidade, restrito exclusivamente a cooperativa Agrofrut e a alguns poucos camponeses que a adotaram (figura 37). Conceitualmente, podemos definir como princípio orgânico de produção agropecuário:

Todo sistema que adota tecnologia que otimize o uso dos recursos naturais e sócio-econômicos, tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais ou transgênicos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana (VALARINI, et al, 2005, p. 2).

Figura 37: Alguns princípios da produção orgânica, cooperativa Agrofrut



Fonte: Cooperativa Agrofrut

No Brasil, existem as normativas nº 007/99 e 006/02 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que estabelece alguns procedimentos sobre a agricultura orgânica e a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que visa organizar a produção, a certificação e a comercialização de produtos orgânicos em todo o país. Em termos globais, existem alguns modelos de “agricultura dita alternativa”, entre as principais podemos destacar:

- Agricultura Biodinâmica - sistema desenvolvido pelo alemão Rudolf Steiner na década de 1920, tem como princípio básico a Antroposofia (ciência

espiritual), preparados biodinâmicos e calendário astrológico (CAPORAL & COSTABEBER, 2007).

- Agricultura Biológica – sistema desenvolvido na década de 1960 pelo francês Lemaire Boucher tem como princípio básico o manejo de solos e a rotação de cultivos, visto que a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos.

- Agricultura Natural – sistema de agricultura desenvolvida pelo japonês Mokiti Okada, fundador da Igreja Messiânica na década de 1930. Tem como princípio básico uma agricultura sem fertilizantes, através do qual apregoava que a harmonia com o meio ambiente, alimentação, saúde e espiritualidade só seria possível através dos cultivos naturais.

- Agricultura orgânica – se desenvolveu principalmente a partir da obra do pesquisador inglês Sir. Albert Howard na década de 1920. Entre os principais princípios: uso da compostagem, plantas de raízes profundas, adubação orgânica e a associação simbiótica entre fungos e raízes.

- Agricultura Ecológica – surgiu nos EUA na década de 1960, estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W.A. Albrecht, S.B. Hill, E.F. Schumacher. Entre os princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia (CAPORAL & COSTABEBER, 2007).

Segundo Moretti (2014), agricultura orgânica participa deste movimento mundial de pensar as possibilidades de produção. Ela apresenta diferenças fundamentais no campo da organização dos produtores, práticas produtivas e de comercialização, conforme podemos identificar com os camponeses da cooperativa Agrofrut no município de Urucará. Se um dos princípios básicos da produção orgânica é a sustentabilidade, ela acaba também se tornando um contraponto à produção tecnificada, assumindo relevância política, social e cultural a partir da chamada crise ambiental.

No entanto, fica visível que um dos principais contrapontos da produção orgânica e a questão econômica, complementada pela valorização do produto, comércio justo e solidário. Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em primeira instância, as necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam (ALMEIDA, 2003).

A racionalidade camponesa de produção por sua vez, requer resultados imediatos, ausente de qualquer forma de burocracias que atrapalhe ou prolongue o tempo ou seu calendário agrícola. Trabalhar com a agricultura orgânica e dentro dos princípios do cooperativismo requer tempo, preparação, empenho, comprometimento, responsabilidade, empreendedorismo, investimentos, normas, legislação, adequação, que em alguns casos leva a resistência e desistência por parte dos produtores. Para enfrentar esses novos paradigmas e impor a esses sujeitos essa nova mentalidade produtiva, várias ações foram direcionadas pela diretoria da cooperativa e entidades parceiras.

Com a capacitação maciça dos dirigentes, colaboradores e principalmente dos produtores, no sentido de melhorar o processo produtivo e torná-los mais competitivo implantamos o Projeto de Qualidade e Segurança Alimentar através do Progex – FUCAPI com a implantação do Programa APPCC, Programa de capacitação Rural em parceria com o SEBRAE/Am, Educação Cooperativista com cursos e treinamentos através do SESCOOP OCB/AM e em janeiro de 2005, através de uma forte parceria entre SEBRAE E PMU implantamos o projeto Gestão Estratégica Orientada para o Resultado - GEOR, que após um diagnóstico novamente iniciamos uma série de ações. Seminários, cursos e treinamentos adquirimos a Certificação Orgânica (AGROFRUT, 2001, p. 2).

Segundo a Agrofrut (2001), a certificação orgânica do guaraná de Urucará foi resultado de muito esforço e inúmeras parcerias (Prefeitura Municipal; Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Amazonas (SESCOOP/AM); Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM); Centro De Treinamento Rural de Urucará (CETRU); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Instituto Nacional De Pesquisa Da Amazônia (INPA); Banco da Amazônia (BASA), Agência De Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Banco do Brasil e Secretaria de Estado e Produção Rural (SEPROR/AM) e Parceiros Comerciais RDV Productos, Recofarma / AM, AMBEV/AM, Centro-Flora – SP, Duas Rodas Comalt Comercio Alternativo – Itália, Agrorisa (AGROFRUT, 2001).

A partir desse marco, a atividade colocada em pauta pela cooperativa agrícola alcançou novos patamares. Impulsionado pelo aumento na produtividade e pelo rigoroso controle de qualidade na produção, as relações de comércio nacional e internacional foram ampliadas, assim como o capital social e financeiro. A venda de produtos com o selo de orgânico se tornou o expoente máximo no rol de exportação da entidade, ainda que naquele contexto histórico, pouco se conhecia desse novo mercado, visto que, a comercialização dos produtos orgânicos para o mercado internacional é algo que remonta ao início do século XXI (MORETTI, 2014).

Para a recém-criada cooperativa, eram considerados orgânicos apenas os produtos que não utilizavam em seu processo produtivo o uso de adubos químicos e defensivos agrícolas. No entanto, a questão era bem mais complexa do que se imaginava, ou seja, teriam um longo caminho pela frente e a preparação racional dos produtores, um processo contínuo.

Segundo o presidente da cooperativa Agrofrut A. C (47 anos):

O processo de certificação orgânica é bem mais profundo, a cooperativa não deve trabalhar o orgânico visando apenas o mercado, precisa olhar também para pessoas, para quem produz, isso tudo dentro de um projeto que garanta a segurança de quem produz, aonde produz (parte ambiental), de quem comercializa (os riscos), até chegar ao consumidor final. E vai além, pois tem que observar se esse produto vai deixar resíduos (embalagens, substâncias) no ambiente, monitora todo processo de produção até o consumo, se esses processos não estiverem todos fechados, ele não certifica, isso gera responsabilidades, que vai desde o produtor, os intermediários, até o consumidor final. (Pesquisa de campo. Maio de 2016).

Ao longo desses 17 anos de funcionamento da cooperativa, as lideranças trabalharam esses princípios de forma contínua com esse grupo de camponeses. E hoje podemos dizer que parte da produção da camponesa é constituída de produtos orgânicos, especialmente o guaraná. O território da produção orgânica é produzido por estas experiências de combinações múltiplas, relações espaço-tempo complexas e intimamente forjadas pelas relações de poder em seus diferentes níveis escalares, assunto que detalharemos a seguir

3.4 A circulação do guaraná orgânico no mundo globalizado e os agentes monopolizadores do território pelo capital

A procura por produtos orgânicos tem aumentado muito tanto no mercado interno e principalmente no externo, visto que mais de 150 países praticam e possuem registro do sistema orgânico de produção agrícola. Observa-se um aumento da produção na Europa, EUA, Japão, Austrália e América do Sul, sendo que esta ocupa a terceira posição em superfície produtiva (PEREIRA, *et al*, s/d).

Segundo dados do relatório “A Agricultura Orgânica Mundial”, o Brasil vem conquistando posição privilegiada no mercado de produção de alimentos orgânicos e encontra-se entre os maiores produtores do mundo. A área total do País com produção certificada em 2013 representou 1,8 milhão de hectares aproximadamente, manejados por 6.719 produtores em mais de 10.000 unidades produtivas. A agricultura orgânica é encontrada em todos os estados brasileiros, mas em termos de produção/área, o Mato Grosso e Pará são os estados com maior quantidade de terras dedicadas a este tipo de agricultura (MUÑOZ, *et al*, 2016).

Também identificada como “agricultura verde” pelo apelo ecológico e ambiental que carrega consigo, alguns autores a consideram mais uma das estratégias de reprodução e ampliação do capital, ou seja, o capitalismo se utilizando da crise ambiental para manter seus domínios sobre as práticas sociais.

Diante desse cenário de valorização da produção orgânica, a cooperativa Agrofrut através de toda preparação técnica e de competitividade empresarial, valoriza sua principal mercadoria no mercado internacional, o guaraná. Desde a década de 1990 o guaraná urucaraense já era comercializado para alguns países da Europa, em especial a Itália.

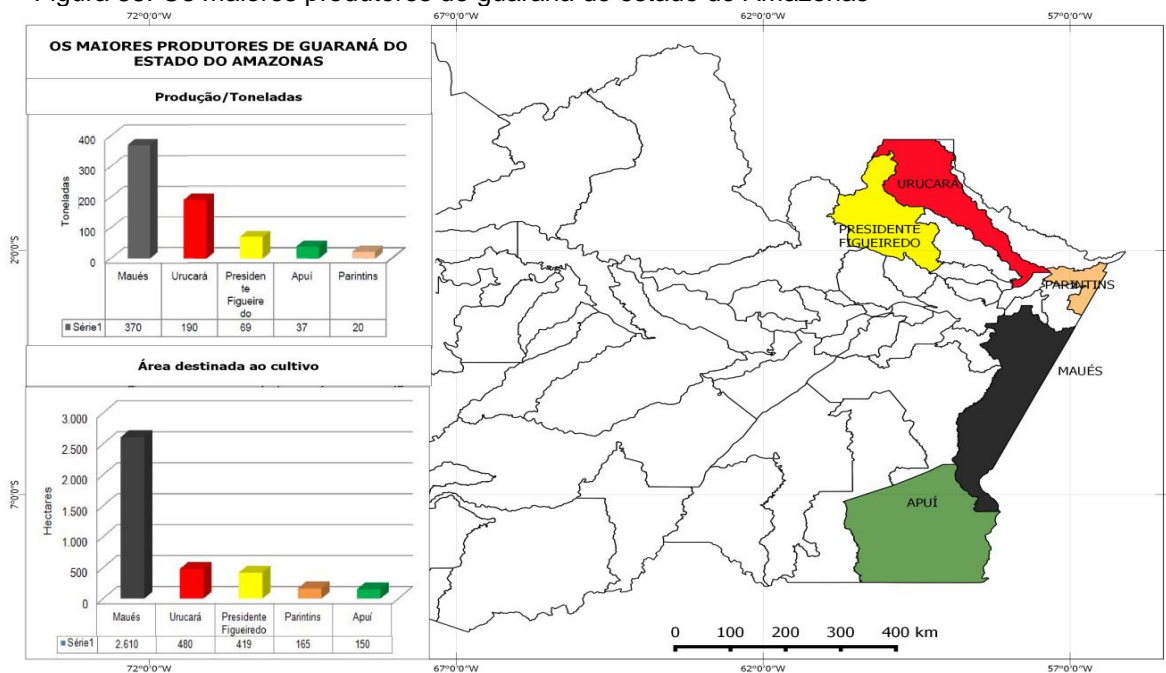
O Brasil é considerado o maior produtor de guaraná (*Paullinia Cupana* H.B.K) do mundo, ainda que pequenas áreas plantadas possam ser encontradas na Venezuela e no Peru. Pelo seu potencial econômico, social e ecológico, é considerada hoje uma das espécies agricultáveis mais importantes da Amazônia.

Segundo dados do IBGE (2012), a produção nacional de guaraná foi de 3.510 toneladas em 14.470 hectares (ha) colhidas, com produtividade média de 382 toneladas por hectare. O estado Amazonas que até a década de 1990 monopolizava a produção nacional, representa hoje apenas 19,5%, com média de 684 toneladas

em 6.743 hectares (ha) e produtividade de 101 toneladas/safra. Atualmente, o maior produtor de guaraná do Brasil é o estado da Bahia, que detém mais de 73%.

Com produção média anual de 190,5 toneladas, cultivada por cerca de 310 produtores em uma área de 480 hectares, o município de Urucará vem despontando como o segundo maior produtor de guaraná do estado do Amazonas, atrás apenas do município de Maués (figura 38).

Figura 38: Os maiores produtores de guaraná do estado do Amazonas



Bases cartográficas IBGE (2010); Fonte: IBGE (2012); Org: Serrão, A. M. 2018.

Do número total de camponeses (310) que cultivam e produzem guaraná no município de Urucará, cerca de 75% da comercialização é realizada de forma individual e outros 25% através da Cooperativa Agrofrut. Da produção total de guaraná comercializada pela cooperativa, que corresponde a variante de 40 a 60 toneladas/safra, 80% desse guaraná não possui certificação, vendidas para agroindústrias local, regional e nacional e o restante, 20%, certificado é vendida em forma de pó para os mercados internacionais (figura 39).

Figura 39: Comercialização do guaraná orgânico da Cop. Agrofrut, Uruará-AM.



Fonte: Agrofrut, s/d.

Outra questão importantíssima para ser analisada é a predominância de famílias cooperados acima de 50 anos, número bem superior a famílias jovens (20-45 anos), que corresponde 66%. Como regra geral, a resistência a inovação vem por parte dos camponeses mais velhos, no entanto, esse perfil contraditório dos cooperados da Agrofrut tem suas raízes históricas. Boa parte dos associados acima de 50 anos foram colonos e tinham no CETRU sua principal representação política, econômica e também ambiental (figura 40). Os dirigentes italianos incentivavam bastante aplicação técnicas agrícolas (insumos, defensivos) com recursos naturais, que se encaixariam hoje na produção orgânicas, algo não vivenciado pelos mais jovens.

Figura 40: Cooperados da cooperativa Agrofrut, Uruará-AM.



Fonte: Agrofrut s/d.

Com a certificação orgânica do guaraná ocorrido em 2007, o preço pago pelo quilo obteve aumento de 30% a 100%, dependendo da lei da oferta e da procura. As primeiras exportações do guaraná em pó como já salientado anteriormente passou a ocorrer de forma sistemática no final da década de 1990.

Atualmente, entre os principais mercados internacionais estão alguns países da Europa, em especial a Itália. Esse país foi o primeiro a manter comércio com a cooperativa AGROFRUT, através de alguns parceiros italianos. Para vencer as barreiras do idioma e dos tramites internacionais, o comércio internacional da cooperativa foi passada ao parceiro italiano, visto que o mesmo possuía experiência nesse tipo de relações.

A cooperativa possui também um “parceiro” francês que além de divulgar a marca comercial, compra a produção orgânica da cooperativa e revende a alguns consumidores dos Estados Unidos. No entanto, esse comprador não possui o selo de certificação orgânica e nem tão pouco de indicação geográfica.

Segundo o presidente da Cooperativa A. C (57 anos) pelas rigorosas legislações existentes nos Estados Unidos, ainda não conseguiram firmar a marca e exportar diretamente para os consumidores norte-americanos, estes preferem comprar dos europeus do que propriamente dos produtores urucaraense, ou seja, ainda há desconfianças. No entanto, isso tem razão lógica, considerando que as práticas de certificação (inspeção) e de acreditação (credenciamento) são heterogêneas, variando de um país para outro no que concerne às instâncias envolvidas na definição e fiscalização dos regulamentos, normas e padrões (VALARINI, 2005).

Nos últimos anos, a Alemanha e outros países da Europa vem consumindo e comprando os produtos da cooperativa, assim também como os japoneses, no entanto, por pouco tempo, o presidente da cooperativa aponta o motivo:

Os japoneses são bons de negócios, mas pra eles, é muito difícil trabalhar com japonês. Eles passaram três anos fazendo contato, fizeram algumas visitas, definiram preço e quando vieram comprar, pela constante variação no preço do guaraná, não poderíamos vender pelo preço que queriam então nossa relação de comércio não deu muito certo (A. C. 57 anos. Pesquisa de campo, maio de 2016).

Obviamente que a exportação do guaraná orgânico e de algumas peças de cerâmica não representa a maior parte das relações comerciais e financeiras da

cooperativa, no entanto, dá a esta, maior visibilidade a indicação geográfica do produto. O mesmo não se pode esperar das grandes indústrias monopolistas de bebidas que criam um manto de invisibilidade, desaparecendo o trabalho e as relações sociais que permeiam a produção do guaraná.

Não podemos esquecer que nesses conjuntos de relações que são estabelecidas entre os camponeses e a cooperativa, existem as empresas capitalistas que monopolizam o território pelo capital e extraem a renda da terra ao se apropriar através da compra, a produção, não pagando pelo trabalho camponês materializado no território. Em outras palavras, sabemos que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas se apropriam deles, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor do trabalho nele contido e que irá compor a sua taxa de lucro, possibilitando a reprodução do capital (PAULINO, 2012).

O processo de monopolização do território pelo capital ocorre quando o capitalismo não tem o poder de reproduzir integralmente as relações em uníssono a sua lógica (SHANIN, 1980). A territorialização do território nesse contexto se dá pelos camponeses, não pela agroindústria capitalista, logo, a sua permanência na terra é fundamental para a reprodução do capital.

A constatação de que o capital, em vez de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho, ou em sua variante, na separação entre os meios de produção e força de trabalho. É nessa forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital (PAULINO, 2012).

Nesse tipo de relação, os camponeses também saem ganhando, primeiramente porque eliminam a figura dos (intermediários ou atravessadores) e segundo, através dessas parcerias, tem a certeza e garantia da compra da produção, portanto, é o próprio mercado que faz da parceria com o capital, estratégia de reprodução camponesa. Em diversas localidades do Brasil e da Amazônia, as parcerias entre camponeses (cooperativas) e a agroindústria (empresas capitalistas) recebem distintas denominações e ocorrem em distintas escalas espaciais e econômicas.

No sul do Brasil, especialmente no norte do Paraná, as parcerias estabelecidas entre as empresas capitalistas processadoras de frangos e

camponeses, principais criadores é denominada de Sistema de Integração. No município de Maués no estado do Amazonas, especialmente no território indígena Sateré-Mawé, as parcerias com as empresas capitalistas são denominadas de Consórcio.

No município de Uruará as primeiras parcerias entre a Cooperativa Agrofrut e a empresa internacional Coca-Cola teve início em 2014 (figura 41), no momento em que a cooperativa consolidava o sistema de guaraná certificado, ocasionando crescente valorização do produto e o cliente se tornando parte do processo e do monitoramento do produto. Em 2015 foi assinado o segundo convênio, cujo principal objetivo que além da compra da produção, também consistia na transferência de tecnologia para a melhoria da produtividade.

Figura 41: Divulgação dos acordos entre a Coca-Cola e a Cooperativa Agrofrut

The image shows a screenshot of a news article on the Coca-Cola Brazil website. The article is titled "O guaraná da Amazônia move a parceria entre uma cooperativa de agricultores familiares e a Coca-Cola Brasil" and is dated 5/7/2016. The main image shows a man in a red shirt harvesting guaraná berries from a tree. Below the image, there is a caption: "Antônio Carlos Fonseca é um dos fundadores e presidente da Agrofrut, uma cooperativa que reúne 50 produtores familiares de guaraná, no município de Uruará, a 260 quilômetros de Manaus". To the right of the main image, there is a section titled "CONTEÚDOS RELACIONADOS" with two related articles: "Coca-Cola Brasil Jovens do Coletivo Floresta ensinam técnicas de plantio sustentável a suas comunidades" and "Coca-Cola Brasil No Paraná, família comanda plantação de erva-mate com 100 alqueires".

Fonte: Coca-Cola, 2016.

Ficam evidentes os interesses por detrás dessa parceria, algo muito bem avaliado por Antônio Carlos:

A gente sabe que a Coca-Cola não está fazendo isso porque ela é boazinha, tem os interesses dela também e que já ficou claro para nós. Uma que daqui a algum tempo, qualquer empresa que for comprar matéria-prima, seja ela qual for, ele precisa comprovar que aquele produto foi produzido atendendo as exigências das legislações ambientais. E a Coca-Cola que sair na frente, então, ela quer um fornecedor que ela possa dizer aos seus clientes e para sociedade do mundo inteiro que os seus produtos respeitam a legislação ambiental, respeitam o não uso do trabalho infantil, ele não trabalha com mão de obra escrava, isso dentro de um discurso ambiental (A. C, 47 anos. Presidente da Cooperativa Agrofrut. Maio de 2016).

Ao firmar essa parceria com a cooperativa, a Coca-Cola transfere tecnologia (melhoramento genético, plantas mais produtivas, resistentes), estabelece o preço, controlar os fluxos e os padrões de qualidade. Nesses acordos, há regras que são impostas aos produtores, o que indica que as empresas monitoram diretamente a produção das matérias-primas que alimentam a indústria, “pois a taxa de lucro dos agentes monopolizadores do território pelo capital depende diretamente da equação: qualidade, quantidade e preço” (PAULINO, 2006, p, 112).

Desde 2010 quando começaram as primeiras parcerias comerciais, a empresa queria 50 toneladas, a cooperativa garantiu 30. O preço para essa produção fechou em R\$ 10,00 o quilo. A AMBEV também entrou nessa briga oferecendo R\$ 11,00 pelo quilo, dando início a essa briga de gigantes para firmar de vez o monopólio da produção na Amazônia. Em determinados momentos, essa disputa era favorável a cooperativa, no entanto, a produção anual afetada por fatores climáticos nem sempre era sinônima de segurança na entrega da demanda final do produto (A. C. Presidente da Cooperativa Agrofrut. Pesquisa de campo, maio de 2016).

Nessa briga das corporações pelo controle da produção, a perda maior é sempre do lado mais fraco, ou seja, da cooperativa e dos cooperados. As grandes empresas comprando ou não a safra de um determinado ano, tem estoque suficiente para o próximo, visto que a produção de guaraná do estado do Amazonas que é comprado pelas grandes empresas monopolizadora, no caso a Coca-Cola e AMBEV, geralmente são usadas um ano depois da compra. Já os cooperados não podem esperar tanto tempo assim, se entregaram a produção a cooperativa, o retorno do dinheiro tem que ser imediato.

Isso acaba se tornando uma armadilha para a cooperativa e principalmente para o camponês, pois eventuais quebras de contratos podem levar a desestruturação interna (principalmente pelos investimentos contidos nas instalações). Por esse e outros motivos que na unidade de produção camponesa, a

diversificação é uma marca fundamental, ou seja, dificilmente o camponês se dedica exclusivamente a uma única atividade.

No caso específico dos camponeses cooperados, além de cultivarem o guaraná (produto que não serve para a sua alimentação), produzem também a banana (*Musa spp*); a mandioca (*Manihot esculenta*); praticam a pesca, o extrativismo e o consorciamento com outras culturas. Nesse caso, tem se plantado juntamente com o guaraná outras espécies de valor econômico, como o Cumaru (*Dipteryx odorata*) e outras espécies. Além disso, a cooperativa desde 2011 vem trabalhando em parceria com a prefeitura municipal de Uruará com merenda escolar, criando fluxos e alternativas de comercialização fundamentais para a recriação camponesa.

Apesar dessa trajetória marcada pelas in (certezas) que as relações comerciais impunham a esses camponeses, a Cooperativa Agrofrut e o setor primário do município de Uruará têm muito a comemorar, principalmente pela qualidade e valorização do preço. Atualmente o guaraná comercializado através da cooperativa de Uruará ultrapassa em questão de preço e qualidade o comercializado em Maués, que se denomina possuir o “melhor guaraná do Brasil”. Se o Estado da Bahia e o município de Maués querem esse título, os produtores cooperados de Uruará também afirmam possuir um dos melhores guaranás com o selo orgânico do Brasil (figura 42).

Figura 42: Sites e jornais eletrônicos destacando o guaraná orgânico de Uruará, AM.



Fonte: Google.com

Obviamente que em termos de quantidade, a produção urucaraense fica em posição desprivilegiada, no entanto, a qualidade e valorização do produto a coloca entre os melhores do país, ou seja, os produtores de Maués ainda têm muito a apreender com os produtores urucaraenses, aprender a cooperar, a se unir e a dividir os ganhos e as perdas. Um trabalho que ultrapassar os 17 anos da cooperativa, fruto dos primeiros trabalhos do CETRU e de seus dirigentes, que viam na cooperação formas de driblar os atravessadores que exploravam o trabalho camponês e com isso aumentar a sua renda e sua melhoria de vida. No entanto, ainda há muito caminho pela frente, muito desafios a serem enfrentados, vencidos e superados, talvez assuntos para futuros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs a partir de uma abordagem geográfica descrever a trajetória do camponês ribeirinho ao longo do século XX e início do século XXI em um determinado recorte territorial amazônico. As colônias agrícolas que surgiram no médio rio Amazonas fizeram parte de um contexto histórico de luta e resistência dos sujeitos sociais do campo, marcadas pela violência, pela exploração, subordinação, expropriação e exclusão, ganham visibilidade na segunda metade do século XX, tendo na Reforma Agrária uma importante bandeira de luta.

Um dos pontos essenciais que marcaram essa trajetória foi a insistente recriação, adaptação, territorialidades conquistadas, perdidas, reconquistadas (desterritorialização, reterritorialização) dos sujeitos do campo amazônico, entendido na terminologia local como caboclos, ribeirinhos, colonos. Uma das questões norteadoras propostas no início do trabalho, atentava principalmente para a formação de uma classe específica repletas de territorialidades (terra, água, floresta) e no decorrer das pesquisas (bibliográficas e empíricas) podemos constatar as nuances, as superações do determinismo geográfico, se firmando e se reafirmando através de sua cultura, identidade e de um modo de vida próprio.

Historicamente as relações estabelecidas com outras classes sociais (não camponesa) fizeram parte de seu cotidiano, principalmente pelo privilégio de serem produtores de mercadoria, fundamental para a reprodução do capital, seja dos comerciantes-patrão ou de outras hierarquias econômicas. Trabalhavam de acordo com as demandas do mercado, distintos produtos de valor econômico (sementes, pescados, couros, látex, fibras, madeiras, essências) em relação de comércio desigual. O cacau representou para os sujeitos das várzeas uma das primeiras integrações com o mercado, assim, também como a juta, na segunda metade do século XX.

Os sistemas de exploração e subordinação do trabalho camponês vai ser rompida ou acentuada pelas novas conjunturas políticas, econômicas e sociais da década de 1960. Essa década é emblemática não apenas pela visibilidade que os movimentos sociais no campo adquiriram no Brasil, ocorrendo em distintas escalas territoriais. No médio rio Amazonas, a crise na produção da juta, grandes enchentes/cheias, terras caídas, pecuarização das várzeas, criação das primeiras

comunidades eclesiais de bases e das colônias agrícolas atraíram inúmeras famílias camponesas para a terra firme.

A Igreja Católica na figura de alguns padres e missionários que chegaram no estado do Amazonas na década de 1960 tiveram um papel determinante nos novos rumos do campesinato nessa porção do território. Com cargas ideológicas distintas, as Prelazias de Itacoatiara e Parintins fincaram bases de um projeto inovador, elegendo os camponeses ribeirinhos, figuras negligenciada historicamente pelo governo, como sujeitos de transformações sociais, lançando as sementes da libertação, da autonomia, do desenvolvimento social e das amarras do patrão.

Os movimentos sociais em busca de comunidades mais “firmes”, não apenas pelo sentido geológico, mas de espírito de comunhão, igualdade e união formaram as bases e o combustível necessário para a organização camponesa em melhores condições de vida e de transformações sociais.

Por representar os setores da igreja sensíveis aos problemas sociais do camponês medioamazônico, esses sujeitos externos carregados ideologicamente de um pensamento progressista e libertário, os organizaram em comunidades e colônias agrícolas, fortalecendo suas lutas através da criação de entidades (associações, cooperativas, sindicatos, escola agrícola) e principalmente, de uma instituição que coordenasse e articulasse as ações juntamente aos setores estatais, engajado de uma forma ou de outra, despertar a consciência política e social desses sujeitos sociais.

Em 1972 é criado o Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU) e com ele a imposição de uma nova racionalidade produtiva, organizacional, religiosa e cultural de seus principais idealizadores, padres e missionários estrangeiros, governo (federal, estadual). Tinham como objetivo principal assentar camponeses oriundos da várzea na terra firme e lhe impor uma especialização (agriculturação) em colônias. É inegável a importância que essa entidade tivera para as questões agrárias para o médio rio Amazonas, especialmente ao município de Urucará, onde foram implantadas 32 colônias das 38 criadas, representando cerca de 85%, 5 no município de Parintins e 1 em Itapiranga.

Em um contexto de intensas transformações no campo brasileiro, principalmente pela modernização dos latifúndios com a intensa industrialização da agricultura, o governo do estado do Amazonas, não querendo ficar de fora desse

plano que o governo central tinha traçado para a Amazônia, seja através dos projetos de colonização direcionada na década de 1970 ou com a chegada do capital internacional através da Zona Franca de Manaus (1967), foi um grande incentivador e apoiador para com a entidade CETRU.

Pensado para constituir um atrativo econômico e fixar os camponeses na terra através de culturas perenes implantadas em suas colônias agrícolas, evitando que esse deslocasse ao grande centro urbano Manaus, o CETRU foi constituído como uma “Comunidade rural desenvolvimentista, progressista e emancipada”. Além de fixar os sujeitos sociais no campo, que no caso específico receberam o nome de “colonos”, possuía interesses puramente econômicos, ou seja, transformar ou direcionar os colonos em atividades agrícolas atrativas para as agroindústrias que estavam sendo implantadas através de incentivos e isenção de impostos.

No entanto, impor um determinado “modelo de agricultura” aos camponeses historicamente constituídos na várzea, ligados a um modo de vida específico, com territórios e territorialidades bem consolidadas e definidas não seria tarefa fácil. Além do cultivo de espécies perenes como o cacau e a seringa, dedicavam também ao cultivo de ciclos curtos, como a juta. A pesca, o extrativismo e outras combinações de atividades faziam parte de seus cotidianos, características fundamentais que definem a economia e o modo de vida camponês.

Romper com esse sistema combinatório e instituir exclusivamente a agricultura a esses sujeitos históricos, não seria e nem foi tarefa fácil. E de fato, assim foi feito, dada a introdução de culturas permanentes e com viabilidade econômica, no caso específico, o arroz e o guaraná. Padres e missionários estrangeiros tinham por objetivo especializar os colonos na agricultura, de acordo com as políticas de colonização idealizada pelo governo federal.

Não queremos dizer que os camponeses são avessos às técnicas, tecnologias ou insumos de uma agricultura moderna. Mas a sua trajetória vem demonstrando certas resistências quanto aos padrões caracterizado pelo elevado consumo de defensivos agrícolas, maquinários e tecnologias provenientes das grades indústria. Situação que na maioria das vezes leva dependência, falta de autonomia, endividamentos e principalmente o espírito individualista.

Seus sistemas agrícolas pautados na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas, exigiu-lhes um conjunto de conhecimentos e de técnicas

que possibilitou em distintos momentos históricos um saber fazer. Este saber fazer, herança de conhecimentos repassados de geração em geração, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico.

Esse conhecimento técnico apregoado pelas lideranças aos colonos se intensificaram principalmente com a implementação de uma escola agrícola em 1976. Em modelo baseado na Pedagogia da Alternância e da Escola Família Agrícola do Espírito Santo (1968), essa escola tinha por objetivo pensar uma educação condizente com a realidade social amazônica e ao mesmo tempo, formar filhos dos colonos em técnicos agrícolas, apregoando através de metodologia e princípios da agricultura moderna.

Formação que na maioria das vezes ia de encontro com os princípios produtivos das famílias camponesa, baseada principalmente em uma relação particular com a natureza, com o clima, calendário agrícola, condições meteorológicas, totalmente distinta dos princípios desenvolvimentista apregoado pelo CETRU e pela escola agrícola. Nesse sentido, como apregoado por Fabrini (2014) a terra não é vista necessariamente como mercadoria para acumular capital, ao cultivar uma determinada planta, esta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza.

Além da imposição de “pacotes” tecnológicos imposta aos colonos, outra questão fundamental no estabelecimento das relações entre o movimento social (CETRU, Estado) e o camponês (colono) foi a questão igualitária apregoado pelo corpo religioso, ou seja, colocar o “indivíduo” como igual, não levando em consideração diferenças internas. Isso gerou conflitos entre ambas as partes, de um lado, o CETRU tentando impor através de metodologia de igualdade, de práticas cooperativista e de outro, havia certas resistências dos colonos em aceitar esse sistema, em decorrência das condições históricas, sociais e econômicas aos quais estavam condicionados. Em suma, nos projetos de colonização implantada no médio rio Amazonas houve recusas e resistências por parte dos camponeses colonos, inclusive a práticas cooperativista, algo bastante trabalhada pelos dirigentes do CETRU.

Por outro lado, emergiu entre os camponeses um conjunto de atividades coletivas que não se realizavam necessariamente na esfera da produção agrícola. Essas relações sociais foram tecidas através da ajuda mútua, do puxirum, nas relações de vizinhança, de parentesco e de outras formas de sociabilidade. A igreja foi uma grande percussora desses princípios de comunhão, comunidade, lugar da socialização, dos encontros, batizados, cultos, casamentos e dos festejos, fundamentais na territorialização camponesa das colônias agrícolas.

A Escola Família Agrícola do CETRU reunia todas as qualidades necessárias para o sucesso do projeto de colonização na terra firme no médio rio Amazonas. Representou um segundo estágio colocado em prática pela entidade CETRU, pois o primeiro deve ser atribuído a “colonização”. Através seus princípios educacionais baseados na Pedagogia da Alternância, a família era uma peça fundamental. Criada para aplicar os princípios modernos de agricultura, deixou marcas profundas na história econômica, política e social do município de Urucará.

A crise econômica, política e ideológica dos anos 80 aos poucos foram esfacelando a importância que o CETRU e a escola agrícola tiveram para os colonos e demais segmentos sociais do médio rio Amazonas. Com o fim do regime militar e das instituições que davam suporte financeiro, fundamentais para o funcionamento das estruturas físicas e humanas, a entidade perde importância, passando a se dedicar exclusivamente aos trabalhos executados pela Escola Família Agrícola. Tudo isso somado ao esvaziamento das colônias, fragmentação das lideranças, falta de confiança e de apoio institucional aos poucos foram restringindo suas atividades, paralisadas por completo no final da década de 1990.

Com o fim do projeto de colonização, CETRU e escola agrícola, os últimos diretores da entidade focaram todas as suas forças no cooperativismo agrícola, visando principalmente o mercado consumidor interno e externo. O guaraná, o principal produto econômico das colônias se tornou importante alternativa frente às crises e adversidades produtivas do mundo globalizado.

Em 2001, com a criação da Cooperativa Agrofrut, um grupo de camponeses, oriundo dos projetos de colonização do CETRU desde a década de 1970, são inseridos em uma nova lógica produtiva, passando a trabalhar a partir de 2007 no sistema de produção orgânica. No entanto, o cooperativismo agrícola e as práticas de agricultura orgânica são vistas como algo estranho ao universo familiar

camponês, pois dos mais de 50 cooperados, poucos são aqueles que realmente se interessam pelas metodologias de trabalho.

Muitos camponeses avaliam bem os riscos dessas atividades, que em suma apresentam características burocráticas e empresarias, pois, parte dos financiamentos bancários, linhas de créditos e fomentos são usados para as melhorias produtivas, equipamentos a fim de aumentar a competição e a produção, aumentando a sua especialização em determinados produtos agrícolas, bem como a dependência das instituições governamentais e privadas. A alternativa encontrada pelos camponeses frente à especialização estabelecida pela cooperativa é combinação de atividades, sejam elas agrícolas ou não agrícolas.

A produção orgânica ao mesmo tempo em que vem agregando maior valor a mercadoria, no caso o guaraná em pó e em rama, vem contribuindo significativamente para a dependência externa, algo evitado a todo custo pelos camponeses e que parece impossível nas entrelinhas das relações comerciais mundializada. As parcerias com as indústrias monopolizadora do território tem se mostrado alternativas em certos aspectos positivos, a certeza de mercado, valores pré-estabelecidos, demanda crescente e outras vantagens.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira**. Estudos Avançados 24 (68), 2010.
- AGROFRUT. **Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores De Urucará**. Fundação, Perfil socioeconômico e de mercado. Urucará, 2001.
- ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre - RS, v.24, n.2, 2003. p. 499-520.
- ALMEIDA, Rosimere Aparecida. **(Re) criação do campesinato identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALMEIDA, Juliana. **Memória dos brasileiros: saberes e fazeres: o guaraná de Maués**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas Rurais – as ligas camponesas e a sindicalização dos Trabalhadores do campo. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 73-85.
- ARAUJO LIMA. **Amazônia, a terra e o homem: com uma Introdução a Antropologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1975.
- ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades na Amazônia do Século XVIII Belém, Macapá e Manzagão**. Porto: Faup Edições, 1998.
- ARCHETTI, Eduardo. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na Revolução Russa. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Orgs). **Chayanov e o campesinato**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.p. 15-32.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Tavares. **O Vale do Amazonas**. Coleção Reconquista do Brasil. Itatiaia. Belo Horizonte. 10ª Ed. 2000. 203 p.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus, AM: Valer: 1999. 479 p.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BEGNAMI, João Batista. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias: um estudo intensivo dos processos formativos**

de cinco monitores. 263 p. (Dissertação) Mestrado Internacional em Ciências da Educação, Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours, Belo Horizonte, 2003.

BURDICK, John. **Procurando Deus no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**. IBGE, Rio de Janeiro, 1957.

_____. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica**. Câmara dos Deputados Federais. Brasília, 2001.

_____. **Livro branco da grilagem de terras no Brasil**. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. INCRA, 1999.

_____. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vol. 5. Série Agronegócio. Brasília-DF: IICA, MAPA/SPA, 2007.

_____. **Educação do Campo: marcos normativos**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Brasília, 2012.

_____. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA: **Bases de dados macroeconômicos**. <http://www.ipeadata.gov.br> (20 de jan. 2018).

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Geografia no contexto da educação do campo**. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 3, n. 2, p. 25- 40, 2011 (on-line).

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano: Sociedade e Política**. São Paulo: Difel, 1986.p.121-224.

CAMPOS, Raimundo Sidnei dos Santos. **Educação do Campo: olhares, dilemas e perspectivas dos trabalhadores rurais da FETAGRI no Estado do Amazonas**. 2007. 177f. (Dissertação), Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília DF: MDA/SAF/DATER, 2007.

CARVALHO, Jose Alberto Lima de. **Erosão nas margens do Rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e suas implicações na vida dos moradores**. 2008. 187 f. Tese, Doutorado em Ordenamento Territorial Ambiental, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

CERETTA, Padre Celestino. **História da Igreja na Amazônia Central**. 2º volume, Editora Pallotti, Santa Maria/RS, 2014.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Cacau: história e evolução**. s/d. Disponível: http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm>. Acesso em: 23 de março de 2017.

CETRU. Jornal Boa União. **CETRU 1972/1986**. 2. ed. Uruará-AM, fevereiro de 1986. a. (mimiografado).

_____. Jornal Boa União. **CETRU**. Uruará (AM). 1981. (Mimiografado).

_____. Jornal Boa União. **Relatórios das atividades**. Uruará (AM). 1973. (Mimiografado).

_____. Jornal Boa União. **Relatórios das atividades**. Uruará (AM). Abril de 1975. (Mimiografado).

_____. Jornal Boa União. **Relatórios das atividades**. Uruará (AM). Setembro de 1976. (Mimiografado).

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influencia no Brasil**. Revista Estudos Avançados, 2001.

CONCAGH, Viviana Bosi. **A Escola-Família Agrícola no Espírito Santo**. São Paulo: Caderno de Pesquisa. p. 89-98, fevereiro de 1989.

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. **Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual**. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro. vol 2, nº 1, pp 33 – 50, 2010.

COSTA, Luís Fernando Belém da. **Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM**. 2017. 111p. (Dissertação), Mestrado em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Movimentos sociais do Século XIX: resistência e Luta dos balaios no Piauí. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 199-218.

DEZEMONE, Marcus. A era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Márcia; Zarth, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 73-98.

DOSSO, Maria Regina; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do Campo: Avanços, limites e desafios para sua efetivação**. Paraná, Governo do Estado Secretaria da Educação. Versão online, Cadernos PDE, Vol. 1, 2013, 17p.

FABRINI, João Edmilson. Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário. 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (ORG). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo. 1. Edição. Editora Expressão Popular, 2008.p. 239-272.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do Patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001.

FELICIANO, Carlos. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Movimento social como categoria geográfica**. p. 59-86. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros (Orgs.). Terra Livre, Nº 15, São Paulo, 2000.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **A vida dos trabalhadores da juta e da malva no baixo Solimões**. Manaus: Edua, 2014.

FIGUEIREDO, Luciano. Viva o povo! Morte aos traidores! As quimeras do Sertão em Minas Gerais, 1736. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 25-42.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GARCIA, Graciela B. O legado da imprecisão: a transmissão da propriedade fundiária no Brasil meridional (1870-1890). In: GARCIA, Graciela; VAZELESK, Vanderlei. (Org.) **Vozes da Terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.p. 63-75.

GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **Trabalho rural e cooperativismo: análise das condições de vida dos produtores de guaraná da comunidade São Miguel do Marajzinho em Uruará-Am.** 2016. 92 f. (Monografia), graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Universidade Federal do Amazonas. Parintins, 2016.

GOULART, José Alípio. **O regatão (mascate fluvial da Amazônia).** Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 209-236.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndios.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação – Brasília, DF: Embrapa, 2014.**

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis, Vozes, 1979.

MITIDIERO JUNIOR, Marcos Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** 2008. 501 f. Tese, Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados, 2002.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sérgio. **Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, dinâmica agrária e modernização conservadora.** Reforma Agrária (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Vol.25, no.1(jan/abril),1995. p. 137-152.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Entre batalhas e papéis: a cabanagem e a imprensa brasileira na menoridade (1835-1840).** 2016. 329 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. 2ª. Edição. Manaus; Editora Valer, 2007.

MACHADO, Lia Osorio. **O Controle Intermitente do Território Amazônico**. REVISTA TERRITÓRIO, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n.2, p. 19-32, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MAESTRI, Mário; FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: A horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 63-83.

MARQUES, Rildo Oliveira. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM**. 2017. 175 p. (Dissertação), Mestrado em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis. 5ª ed, Vozes, 1995.

_____. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. EDITORA HUCITEC. São Paulo, 1989.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. O processo global de produção capitalista**. 4º ed. São Paulo, Difel, 1985, v. 6.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Territorialidades indígenas e territorialização no semiárido pernambucano (século XVIII). In: CHAMBOULEYRON, Rafael *et al* (Orgs): **Histórias e memórias indígenas**. vol 11. Editora Açaí, Belém, 2014.p. 306-315.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 303 p. Tese (Tese). Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 1995.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro. FASE, 1989.

MIGUEZ, Samia Feitosa. **Rotas da colonização na Amazônia: legados e novas incursões**. 130 p. (Dissertação) Mestrado em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

MONTEIRO, Silvio Tavares. **Anotações para uma história rural do médio Amazonas**. Manaus, Emater/Amazonas, seção de produções gráficas, 1981. p. 81-87.

MUÑOZ, C. M. G; GÓMEZ, M. G. S; SOARES, J. P. G; JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares

do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 54. N° 2. Brasília. Abril/junho, 2016.**

MORETTI, Silvana Aparecida Lucato. **Território da produção orgânica no mundo da mercadoria.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

MOTTA, Márcia Maria. Posseiros no Oitocentos e a construção do mito Invasor no Brasil (1822-1850). MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 85-101.

MOTA, André. **Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso de Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930.** Interface Comunicação Saúde Educação, Botucatu, v. 14, n. 32, p. 9-22, jan./mar. 2010.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM.** 2016. 187p. Dissertação, Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avel. **Instrução Primária nas Colônias Agrícolas da Amazônia na Segunda Metade do Século XIX.** InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, V. 20, n.40, p.13-29, jul./dez, 2014.

NEGRI, Teodoro. **Augusto: um eremita na selva amazônica.** Diário. São Paulo, Editora: Mundo e Missão, s/d.

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil.** 2. ed. Vitória: EDUFES, 2012. 277p.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas *et al* (orgs.): **Amazônia: Desenvolvimento, integração e ecologia.** São Paulo: Brasiliense: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.p. 144-327.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A geografia das lutas no campo.** 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994.

ONETI, Maglúcia Izabel de Assis. **Políticas para o campo no Amazonas: o papel político do Instituto de Terras do Amazonas.** Dissertação, mestrado em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio grande no período Colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs). **Formas de**

resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 43-62.

OTRANTO, Cláudia Valéria Alves. **Pedagogia da Alternância: Projeto de formação profissional na perspectiva dos processos identitários do campo.** 2011.66f. (Dissertação) Mestrado em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: 2ª ed. editora da UNESP, 2012.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 2009. 240 p. (Tese) Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, M.C; MÜLLER, C. R; RODRIGUES, F. S. A; MOUTINHO, A. B. A; RODRIGUES, K. L; BOTELHO, F. T. **Mudança no perfil sociodemográfico de consumidores de produtos orgânicos, s/d.**

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. A constituição histórica da produção mercantil simples no Estado do Amazonas e a cultura da juta. In: WITKOSKI, Antônio Carlos. *et. al.* (Org). **A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Annablume, 2010. p. 141-216.

PINTO, Luís Carlos Guedes. Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período 1964-1994. In: **Reforma Agrária.** Campinas, vol. 24, nº 1, 1995. p. 65-91.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** Documento Técnico-científico. Revista Econômica do Nordeste, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, PR, n.º 17, p.21-31, Editora UFPR, jan/jun. 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1973.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 14, nº. 18, Jan-jun, 2011. p. 37-46.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.p. 17-35.

RIBEIRO, Marlene. **Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de Luta pela terra. In: MOTTA, Márcia; Zarth, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 53-72.

RICCI, Magda. As batalhas da memória ou a Cabanagem para além da guerra. In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda Maria de Oliveira (Org.). **Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. 1ed. Belém: Açaí, 2013.p. 45-80.

_____. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. A (Org.). **Formas de resistência camponesa. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2008.p. 153-170.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Maria Rosangela Santos. **Descrição da cadeia produtiva do cacau no estado do Pará e a inserção do produto nos mercados nacional e internacional**. 2006. 121p. (Dissertação), Mestrado em Economia, Universidade da Amazônia, Belém, 2006.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; TENÓRIO, Basílio; ANDRADE, Francisco Alicley. **Integração social e trabalho na colônia modelo Andirá dos anos de 1930, fronteira Amazônia Central, Brasil**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 30, octubre de 2015.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero (Org). **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Vol. 8, 1986.p. 262-290.

ROSSETTO, Neuri Domingos. **Lutas e práticas de resistência dos camponeses na Era Vargas (1930 - 1945)**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Quirós, 1980.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonização de Novas Terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República**. In: **Revista Reforma Agrária**. Nº 1, vol. 25. Campinas. ABRA, jan/abr 1995. p. 39-64.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: BOTTA FERRANTE, Vera Lúcia Silveira; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Orgs). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008.p. 53-87.

SCOPINHO, R.A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. In: **Psicologia & Sociedade**; 19, ed. Especial, 2007. p. 84-94.

SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, I. e Kriskchke, P.J (Orgs). **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-63.

SERRÃO, Arenilton Monteiro; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da; COSTA, Luís Fernando Belém da. **Da trajetória secular aos novos caminhos do guaraná: desafios e perspectivas da produção na Amazônia do século XVII ao século XXI**.REVISTA GEONORTE, V.8, N.28, p.98-114, 2017.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Manuel Azevedo. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia**. Trecho de uma palestra proferida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, 09 de maio de 2002.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2004.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. CONTAG (s/d). Disponível no site: http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP, nº 26, Editora Vozes, 1980.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (ORG). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo. 1. Edição. Editora Expressão Popular, 2008.p. 23-47.

_____. La clase incomoda. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

SOUZA, José Octávio de. **Agrimensura**. São Paulo, Livraria Nobel S. A, 1978.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

TENÓRIO, Basílio. **Fundamentos de Uruará**. Parintins: Gráfica João XXIII, 2016.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. -- Edições do Senado Federal; v. 17, Brasília: Conselho Editorial, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964**. University Park: Penn State Press, 1999.

_____. Os camponeses entram em cena: a iniciação da participação política do campesinato paulista. In: MOTTA, Márcia; Zarth, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 29-51.

WITKOSKI, A.C. **Terra, florestas e águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2006.

VALARINI, P. J.; FONSECA, M. F. A. C.; TOKESHE, H.; PRIMAVESI, A.; ABREU, L. S. **Diagnóstico da agricultura orgânica no Brasil**. Separatas. Embrapa Meio Ambiente, 2005.